

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Marina Rodrigues Siqueira

**MUDANÇAS DE ATITUDES POLÍTICAS NO CONTEXTO DE PROJETOS DE
EDUCAÇÃO CÍVICA:**

A experiência do Parlamento Jovem Mineiro 2008

Belo Horizonte

2013

MARINA RODRIGUES SIQUEIRA

**MUDANÇAS DE ATITUDES POLÍTICAS NO CONTEXTO DOS PROJETOS
DE EDUCAÇÃO CÍVICA:
A experiência do Parlamento Jovem Mineiro 2008**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Mário Fuks

**Belo Horizonte
2013**

MARINA RODRIGUES SIQUEIRA

**MUDANÇAS DE ATITUDES POLÍTICAS NO CONTEXTO DOS PROJETOS
DE EDUCAÇÃO CÍVICA:
A experiência do Parlamento Jovem Mineiro 2008**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mário Fuks (orientador/UFMG)

Prof. Dr. Ernesto Friedrich De Lima Amaral (DCP/UFMG)

Profa. Dra. Andreia dos Santos (ICS/ PUC Minas)

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2013

“Uma longa caminhada começa com o primeiro passo”. Lao-Tsé

AGRADECIMENTOS

A caminhada acadêmica por vezes parece solitária, é você, seus livros, artigos, sua dissertação e seu computador. Por isso, os momentos de partilha e discussão sobre o tema da pesquisa são importantes e costumam gerar êxtase e empolgação aos cientistas. Entre os familiares e amigos, a exposição de nossas ideias e angústias são acolhidas, geralmente perguntam mais sobre você e seus sentimentos do que sobre as teorias e achados. Eles fornecem a força necessária para continuar. Nesse sentido, gostaria de agradecer profundamente à minha mãe Mariângela Rodrigues e ao meu namorado Leonardo Maciel que por vezes me permitiram divagar sobre minhas ideias e teorias, a maior parte do tempo sem realmente compreender a pesquisa, mas os ouvidos estavam atentos para expressar apoio.

No âmbito da universidade, professores e colegas me escutaram pacientemente, teceram comentários e expuseram visões que contribuíram enormemente. Cada crítica, cada sugestão, cada autor indicado soavam como pérolas preciosas a serem levadas em consideração. Desse modo, agradeço a todos os colegas e professores. Especialmente, agradeço ao meu orientador Mário Fuks pela confiança depositada, mesmo não me saindo como uma orientanda ideal. Estendo minha gratidão aos colegas do grupo de pesquisa sobre cultura política, com destaque aos amigos Gabriel Casalecchi e Guilherme Quaresma.

Muitas pessoas fizeram parte desse processo e agradeço imensamente por isso, manifesto meu muito obrigada ao meu pai José Roberto Siqueira e aos meus irmãos Mateus R. Siqueira e Bruno R. Siqueira. Em especial, agradeço de coração à madrinha e tia Maria das Dores que contribuiu financeiramente e com decisões diretas para minha educação, reunindo esforços e me trazendo à Belo Horizonte. Também agradeço à minha prima Cláudia Siqueira Caetano que por 5 anos me acolheu em sua casa e me proporcionou todas as condições necessárias para seguir os estudos. Digo obrigada às orações constante da minha avó Maria José Veloso Rodrigues e à tia Sandra. Não posso esquecer-me do apoio dado pelo Tio Antônio Carlos e sua família e o carinho da Tia Tânea e também sua família.

Agradeço ao meu avô Sinésio Rodrigues e ao tio Zeca (José de Oliveira Caetano) *in memoriam*, embora não mais presentes fisicamente ao meu lado, são responsáveis diretos pela trajetória acadêmica e profissional que hoje trilho. Agradeço,

não só com palavras, mas verdadeiramente com minha alma por terem acreditado, sonhado junto, e investido! Nenhuma só palavra desta dissertação seria escrita se vocês, querido vovô e tio/padrinho, não tivessem feito parte da minha vida e da minha história de maneira tão presente. Muito obrigada!

Não posso deixar de agradecer à querida amiga Rayza Sarmiento e ao amigo Thiago Sampaio, que principalmente no primeiro ano do mestrado foram colegas e vizinhos tão importantes. Foi muito bom conhecer vocês e partilhar longos períodos de trocas, trabalho e diversão.

Ainda, agradeço à professora Kelly Cristina e a amiga Fernanda Garcia por me auxiliarem de prontidão nas revisões ortográficas de última hora. Manifesto minha gratidão também a bibliotecária e amiga Melina Vaz que revisou as normas da ABNT. Vocês contribuíram enormemente! Estendo meu agradecimento aos meus grandes e eternos amigos. Obrigada Gilmara Goulart, Melina Vaz, André Sena, Michele Maia, Giselle Miranda, Bruna Aarão, Carla Franco e todos que estiveram ao meu lado.

Por fim, agradeço a CAPES pelo apoio financeiro e ao Departamento de Ciência Política da UFMG pela excelente formação.

Após citar tantos nomes, ressalto, parece que a caminhada acadêmica é um caminho solitário, mas só parece, porque de fato, não é!

Muito obrigada a todos!

RESUMO

Programas de educação cívica, ou educação para cidadania, são recorrentes no mundo desde o período da terceira onda de democratização em 1970. Estes programas, geralmente, possuem como objetivo transmitir e desenvolver em seu público alvo habilidades cívicas, os municiando de conhecimento a respeito do sistema político e econômico. Há o pressuposto que os regimes democráticos necessitam de um perfil de cidadãos com valores, atitudes, cognição e ações congruentes, capazes de legitimá-lo, e dessa forma, os programas de educação cívica possuem uma função socializadora de catalisar as habilidades necessárias do comportamento político esperado. O Parlamento Jovem (PJ) é um programa de educação cívica promovido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em parceria com a PUC Minas destinado aos alunos do ensino médio de escolas públicas e privadas. O PJ possui a duração de um semestre e desenvolve atividades de formação política e participação, sendo que ao final os alunos propõem projetos de leis os quais são votados no plenário da ALMG. Desse modo, o objetivo dessa pesquisa é compreender a dinâmica da mudança das atitudes políticas promovidas nos jovens em decorrência de sua participação no projeto. Haja vista, que as atitudes são as dimensões do comportamento político que mudam em uma menor velocidade se comparados a outras dimensões como cognição e valores, a participação dos jovens no PJ seria suficiente para promover uma mudança significativa de atitudes? Essa mudança ocorreria em um sentido mais democrático? Ao comparar diferentes atitudes políticas, elas mudam na mesma velocidade entre si? As perguntas são analisadas a partir do quase-experimento realizado em 2008 pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, a qual contou com grupo de tratamento e controle. Em síntese, os resultados não correspondem ao esperado quanto à mudança de atitudes. O Parlamento Jovem configura-se como um espaço de socialização cuja função é reforçar as atitudes políticas obtidas nas principais instituições socializadoras, família e escola, não sendo observado um efeito próprio sobre as atitudes analisadas. As possíveis explicações desse fenômeno são encontradas na literatura sobre socialização política de jovens e adultos e nas teorias das mudanças de atitudes.

Palavras Chaves: socialização política, educação cívica, atitudes políticas, Parlamento Jovem.

ABSTRACT

Civic education or citizenship education, are recurrent in the world since the time of the third wave of democratization in 1970. These programs generally are aimed forward and develop civic skills your target audience, forming knowledge about the political and economic system. There is the assumption that democracies require citizens with a profile of values, attitudes, cognition and actions congruent able to legitimize it, and thus, the civic education programs have a socializing function of catalyzing the skills of political behavior expected . The Parlamento Jovem (PJ) is a civic education program sponsored by the Legislative Assembly of Minas Gerais (ALMG) in partnership with PUC Minas intended for high school students from public and private schools. The PJ has a duration of one semester and develops training activities and political participation, and at the end the students propose draft laws which are voted on the floor of ALMG. Thus, the goal of this research is to understand the dynamics of change of political attitudes promoted in the young due to their participation in the project. Considering that attitudes are the dimensions of political behavior which change at a lower rate compared to other dimensions such as cognition and values. Thus, the participation of young people in PJ would be sufficient to cause a significant change in attitudes? This change would occur in a more democratic? What is the profile of the participants who are most subject to this change? When comparing different political attitudes, they change each other at the same speed? The questions are analyzed from the quasi-experiment conducted in 2008 by the project "Parlamento Jovem como espaço de socialização política" which included treatment group and control. In summary, the results do not match what you expect regarding changing attitudes. The Parlamento Jovem is configured as a space of socialization whose function is to strengthen political attitudes obtained through major socializing institutions, family and school, no observable effect on the attitudes analyzed itself ..Possible explanations of this phenomenon are found in the literature on political socialization of young people and adults in the theories of attitude changes.

Keywords: Political Socialization, Civic Education, Political Attitudes, Youth Parliament (Parlamento Jovem).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Oficina de formação para os monitores do Projeto Parlamento Jovem 2008.....	38
Figura 2 - Sessão de Abertura do Parlamento Jovem 2008.....	39
Figura 3 – Oficina de formação técnica dos participantes do Parlamento Jovem 2008.....	40
Figura 4 – Oficina de teatro com os participantes do Parlamento Jovem 2008	42
Figura 5 – Grupo de trabalho – Estatuto da Criança e do Adolescente.....	43
Figura 6 – Plenária Final do Parlamento Jovem 2008.....	44
Figura 7 – Plenária Final do Parlamento Jovem 2008.....	44
Figura 8 – Votação de propostas - Plenária Final do Parlamento Jovem 2008.....	45
Figura 9 – Encerramento da edição do Parlamento Jovem 2008	46

LISTAS DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Projetos de Educação Cívica no Brasil	32
Quadro 2 - Sistematização do desenho de pesquisa (quase experimento)	49
Tabela 1 - Regressão Logística. Variável dependente: ser participante do Parlamento Jovem ..	50
Tabela 2 - Modelo de Regressão Logística 1 - Variáveis dependentes: dimensão das atitudes na escola (espírito democrático)	64
Tabela 3 - Modelo de Regressão Logística 2 - Variáveis dependentes: dimensão das atitudes na escola (espírito democrático)	66
Tabela 4 - Modelo de Regressão Logística - Variável dependente: Índice de Propensão ao Clientelismo	75
Tabela 5 - Modelo de Regressão Logística - Variáveis dependentes: Atitudes em relação a grupos (Tolerância)	87
Tabela 6 - Modelo de Regressão Logística referente ao tempo 1 - Variáveis dependentes: dimensão das atitudes na escola (espírito democrático) e a certas práticas políticas (clientelismo)	89
Tabela 7 - Modelo de Regressão Logística referente ao tempo 1 - Variáveis dependentes: atitudes em relação a grupos (tolerância)	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: O que seria mais adequado na escolha de um representante de turma?.....	55
Gráfico 2 – Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - O que seria mais adequado na escolha de um representante de turma?.....	56
Gráfico 3 - Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: O que você faria se fosse representante de turma e tivesse que escolher o destino de uma excursão?.....	58
Gráfico 4 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - O que você faria se fosse representante de turma e tivesse que escolher o destino de uma excursão? .	59
Gráfico 5 - Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Quando há um problema que precisa da escolha da maioria, você... ..	60
Gráfico 6 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - Em um debate na escola com professores e alunos, você.....	61
Gráfico 7 - Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Em um debate na escola com professores e alunos, você.....	62
Gráfico 8 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - Em um debate na escola com professores e alunos, você.....	63
Gráfico 9 – Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Um candidato oferece uma bicicleta para uma criança. O que os pais deveriam fazer?	68
Gráfico 10 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - Um candidato oferece uma bicicleta para uma criança. O que os pais deveriam fazer?.....	69
Gráfico 11 - Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Uma mãe não consegue vaga para matricular seu filho na escola e um candidato consegue uma vaga para o filho dela. O que ela deveria fazer?	70
Gráfico 12 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - Uma mãe não consegue vaga para matricular seu filho na escola e um candidato consegue uma vaga para o filho dela. O que ela deveria fazer?	71
Gráfico 13 - Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Um candidato oferece uma cesta básica de alimentos para uma família muito pobre que passa fome. O que as pessoas dessa família deveriam fazer?	72
Gráfico 14 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - Um candidato oferece uma cesta básica de alimentos para uma família muito pobre que passa fome. O que as pessoas dessa família deveriam fazer?	73
Gráfico 15 – Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2 – Índice de Propensão ao Clientelismo... 74	
Gráfico 16 – Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) - Comunistas .	77
Gráfico 17 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) – Comunistas	78

Gráfico 18 – Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) - Membros do movimento negro	79
Gráfico 19 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) - Membros do movimento negro	80
Gráfico 20 – Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) - Homossexuais	81
Gráfico 21 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) - Homossexuais	82
Gráfico 22 – Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) - Pessoas que defendem a superioridade de uma raça	83
Gráfico 23 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) - Pessoas que defendem a superioridade de uma raça... ..	84
Gráfico 24 – Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) - Pessoas que não acreditam em Deus	85
Gráfico 25 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) - Pessoas que não acreditam em Deus	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CAPÍTULO 1: AS ATITUDES E A JUVENTUDE: UM ELO ESTRATÉGICO	5
1.1 A Socialização Política e As atitudes.....	7
<i>1.2.1 A Teoria Clássica da Socialização Política: a primazia da infância</i>	<i>8</i>
<i>1.2.2 O segundo e terceiro momento das teorias de socialização política: entre jovens e adultos.....</i>	<i>11</i>
1.2 A juventude e a política.....	14
<i>1.2.1 Juventude Brasileira</i>	<i>19</i>
2 CAPÍTULO 2: OS PROJETOS DE EDUCAÇÃO CÍVICA E O CONTEXTO DO PARLAMENTO JOVEM MINAS.....	24
2.1 A educação para a Cidadania no Brasil	28
3 CAPÍTULO 3: DESENHO DE PESQUISA: OBJETO, HIPÓTESES E METODOLOGIA	35
3.1 Objeto: O Parlamento Jovem Minas	35
3.2 Hipóteses de pesquisa.....	46
3.3 Metodologia de pesquisa	48
4 CAPÍTULO 4: AS MUDANÇAS DE ATITUDES	52
4.1 As mudanças de atitudes decorrentes do Projeto Parlamento Jovem	53
<i>4.1.1 Mudanças de atitudes na escola (Espírito Democrático).....</i>	<i>54</i>
<i>4.1.2 Mudanças de atitudes em relação a certas práticas políticas (Clientelismo)</i>	<i>67</i>
<i>4.1.3 Atitudes em relação a minorias (Tolerância)</i>	<i>76</i>
4.2 A família e a escola como agentes de socialização	88
4.3 O Parlamento Jovem e as mudanças de atitudes.....	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
APÊNDICE 1 – CONSTRUÇÃO DAS VARIÁVEIS DE PESQUISA.....	102

INTRODUÇÃO

“A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original.” Albert Einstein

A presente dissertação desenha-se em consonância com o campo de estudo do comportamento político. Para Putnam (1996), Inglehart (1989), Galston (2004), entre outros autores, as democracias requerem cidadãos com crenças, valores e atitudes apropriados para legitimá-las, dar sustentação e atribuírem qualidade à gestão. Isso porque os interesses populares devem estar alinhados com o desenvolvimento institucional, fazendo com que os cidadãos se informem, votem, participem, se organizem e posicionem suas opiniões frente ao Estado. Em democracias ainda jovens ou em momentos de instabilidade em relação às instituições, o próprio Estado ou até mesmo outros agentes podem criar, como mecanismo estratégico, programas e projetos para o desenvolvimento massivo das habilidades desejadas por eles, como já dito, crenças, valores e atitudes democráticas dos cidadãos. Essas ações são chamadas de “educação cívica”.

Finkel e Smith (2011) detectaram a lacuna de pesquisas na área dos estudos do comportamento político que visem a entender os efeitos dos programas de educação cívica, uma vez que estes são recorrentes em todo o mundo e dispõem quantias grandes de investimento financeiro e humano¹.

Apesar de ser difícil estimar quantos programas de educação cívica existem, a *Agency for International Development* (USAID) sugere que os Estados Unidos gastaram entre \$ 30 milhões e 50 milhões de dólares por ano em educação cívica entre 1990 e 2005. (FINKEL & SMITH, 2011, p. 418)

Entre as poucas pesquisas que existem e que serão apresentadas no capítulo 2, a maioria relata experiências com jovens e adultos e conclui que geralmente os programas e projetos de educação cívica possuem impactos positivos sobre conhecimento, participação política, valores democráticos, normas, tolerância, eficácia institucional e confiança. Será esse o mesmo caso do projeto de educação cívica Parlamento Jovem Minas? Essa pergunta se torna relevante, uma vez que essas experiências como mecanismo socializador mudam

¹ Não há dados disponíveis sobre o custo estimado dos projetos e programas de educação cívica no Brasil.

significativamente de cultura para cultura (SAPIRO, 2004). E como Sapiro (2004) argumenta, as teorias de socialização política e atitudes reconhecem que precisam de trabalhos em diferentes culturas para a construção de modelos teóricos gerais que darão maior legitimidade as suas inferências. Este projeto de dissertação busca contribuir academicamente neste sentido.

No Brasil, durante 21 anos, observou-se uma tendência de rejeição à política em que a maior parte dos jovens distanciou-se dessas atividades, por vezes se atendo somente à prática do voto. Ou seja, entre os períodos de 1992, com o movimento dos Caras Pintadas, que culminou no *Impeachment* do presidente Collor, e as recentes manifestações que tomaram as ruas do país em junho de 2013, não se verificou com veemência a participação juvenil efetiva nos espaços formais de participação. Em tempos em que a juventude brasileira parecia adormecida, houve uma protagonização do Estado e também de agentes da sociedade civil, numa tentativa de estimular a juventude à mudança de atitudes e ao engajamento cívico, pois, como a escola da cultura política argumenta, para que se constitua um regime democrático estável há a necessidade de cidadãos com valores democráticos congruentes com ele, e, por vezes, há necessidade de mecanismos externos de ativação política.

O Projeto Parlamento Jovem² (PJ) se configura como um programa de educação cívica que foi originado em 2004 através de parcerias realizadas entre a PUC Minas, por meio do curso de Ciências Sociais, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), representada pela Escola do Legislativo de Minas Gerais (ELMG), juntamente com a Comissão de Participação Popular (CPP), e escolas do ensino médio de Belo Horizonte³.

Dentre os projetos educação cívica⁴ da ALMG, o PJ é o que envolve maior investimento financeiro e humano. O PJ mineiro é um projeto de formação política de jovens que apresenta características peculiares em seu desenvolvimento. Ele se diferencia dos demais Parlamentos Jovens existentes no Brasil por não se tratar de uma simulação, mas sim de uma experiência de participação direta.

² Sites oficiais do Projeto Parlamento Jovem de Minas Gerais: ALMG: <http://www.almg.gov.br/educacao/parlamento_jovem/index.html>; PUC Minas: <http://www.pucminas.br/parlamento_jovem/index_padrao.php>.

³ Para que o projeto possa abranger uma maior parte possível das escolas da capital, cada uma delas tem o direito de participar somente em duas edições (dois anos), e logo é substituída por outra, para que haja rotatividade. Além disso, as edições são mescladas com escolas públicas e particulares.

⁴ Outros projetos de Educação Cívica protagonizados pela ALMG são: “Expresso Cidadania”; “Pensando Minas” e “Cursos Externos” oferecidos pela Escola do Legislativo de Minas Gerais.

A metodologia do PJ é participativa⁵ e acontece em dois módulos: capacitação teórica dos monitores do projeto e posteriormente oficinas ministradas pelos monitores nas escolas do ensino médio, sendo acrescidas de palestras, visitas técnicas e atividades complementares. Ao final desse processo, acontece a plenária final, onde as propostas aprovadas pelos jovens são entregues à CPP, e, se cumprirem os requisitos constitucionais, tramitarão na ALMG como iniciativas de lei.

O objeto pesquisado neste trabalho de dissertação é a edição de 2008 do Projeto Parlamento Jovem Minas. O tema que norteou os trabalhos da edição foi: “Violência: o jovem é provocador ou vítima?”. A escolha de 2008 foi devido a um estudo longitudinal o qual considerou toda a coorte de participantes do PJ nessa edição, coordenado pelo professor Mário Fuks – Departamento de Ciência Política da UFMG⁶, com financiamento do CNPQ e da Fapemig. O banco de dados foi constituído por um painel de duas ondas (quase-experimento), uma antes da primeira oficina e a outra após o término do programa (para maiores detalhes sobre a Metodologia de Pesquisa, ir para a página 48).

Esta dissertação se propõe a discutir as mudanças de atitudes proporcionadas pela experiência do Parlamento Jovem e responder a seguinte questão: quais são as mudanças que ocorrem em relação às atitudes políticas daqueles que tiveram a experiência de vivência do Parlamento Jovem Minas? Para subsidiar uma análise aprofundada sobre as mudanças de atitudes, outras perguntas foram formuladas. De fato, há mudanças perceptíveis? Pode-se afirmar que as atitudes mudam na direção democrática em decorrência da participação no projeto? As atitudes mudam na mesma velocidade?

Para responder a essas perguntas, três dimensões de atitudes foram selecionadas para análise: atitudes na escola (espírito democrático); atitudes em relação a grupos (tolerância); e atitudes em relação a certas práticas políticas (ações clientelistas). Segundo a literatura, as atitudes são as dimensões da cultura política que modificam em ritmo mais lento se comparadas com outras áreas do comportamento político, como participação e a cognição. Mas, também há a questão – que será explorada na dissertação – da uniformidade ou não do ritmo de mudança das diferentes dimensões das atitudes.

Com o intuito de responder a todos os questionamentos salientados e dar maior organização a essa dissertação, a seguinte estrutura será seguida. O primeiro capítulo – As Atitudes e a Juventude: um elo estratégico – apresenta a literatura sobre as atitudes e

5 Ver FINKEL e SMITH (2011).

6 Pesquisa coordenada pelo professor Mário Fuks: “Mudança Institucional e Cultura Política: Uma Análise da Imagem Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006)”.

socialização política, trazendo a construção do processo de entendimento do que é, de como se forma e quando se cristaliza. A literatura clássica afirma que é a infância o período da vida propício para se adquirir e cristalizar as atitudes, sendo estas determinantes para a vida adulta dos indivíduos; em contraponto, as teorias contemporâneas argumentam que as atitudes podem ser adquiridas em todas as fases da vida. Posteriormente, ainda neste capítulo, será apresentada uma discussão teórica a respeito da juventude e suas atitudes, passando do mais geral para o mais específico, ou seja, do tema “juventude e a política” para a juventude brasileira e, por fim, a belo-horizontina

O segundo capítulo apresenta com maior detalhamento os programas de educação cívica. Contempla as experiências internacionais, suas características, desdobramentos e o contexto dos projetos de educação cívica no Brasil e em Minas Gerais. Em meio a essas discussões, são abordados os temas sobre o papel do Poder Legislativo nos projetos de educação cívica no país e também o processo de inovação institucional da ALMG, que proporcionou um ambiente favorável para a criação do Projeto Parlamento Jovem de Minas Gerais.

O terceiro capítulo contempla o desenho de pesquisa propriamente dito. Nele, o leitor encontrará a descrição detalhada do objeto de pesquisa (PJ), das hipóteses que nortearam a análise dos dados e da metodologia. Como dito, esta dissertação faz uso dos dados do quase-experimento da pesquisa realizada pelo professor Mário Fuks, “*O Parlamento Jovem como espaço de Socialização Política*”. Dessa forma, o tópico metodológico abordará não só as técnicas quantitativas adotadas, mas também os procedimentos da pesquisa original como: conceituação de quase-experimento, coleta dos dados em grupos de tratamento e controle e, por fim, a construção dos bancos de dados.

O quarto capítulo traz as análises das relações das mudanças de atitudes dos participantes em decorrência da experiência do Parlamento Jovem. Por meio das análises de dados, as hipóteses são testadas em relação às três dimensões de atitudes aqui selecionadas: atitudes na escola (espírito democrático); atitudes em relação a grupos (tolerância); e atitudes em relação a certas práticas políticas (ações clientelistas). E, por fim, são destacadas as considerações finais, que trazem resumidamente os resultados encontrados no trabalho, suas implicações e, ainda, as possibilidades de desenvolvimento de pesquisas futuras..

1 CAPÍTULO 1: AS ATITUDES E A JUVENTUDE: UM ELO ESTRATÉGICO

Este capítulo se propõe a estruturar os enquadramentos teóricos que serão suportes essenciais para a sustentação dos marcos analíticos desta dissertação. Sistemáticamente, o trabalho pretende medir se o programa de educação cívica “Projeto Parlamento Jovem⁷” (PJ) produz mudanças de atitudes políticas em seus participantes. Como serão desenvolvidas no texto, dentro da literatura sobre cultura política, as atitudes são as dimensões que mudam com uma frequência menor de velocidade se comparadas a outras dimensões do comportamento político, a participação e cognição (FINKEL e ERNEST, 2005). No entanto, não se tratarão as “atitudes” como uma categoria homogênea, ampliar-se-á com uma lupa esta dimensão buscando detectar se há diferença entre as mudanças das “dimensões” das atitudes provocadas na juventude a partir do projeto de educação cívica aqui analisado.

Atitude é uma predisposição de responder a uma situação de uma determinada forma, expressa de maneira afetiva por meio de “sentimentos”, em especial de gostar ou não gostar (ou ser indiferente) de alguma coisa ou de alguém (FUKS, 2011)⁸. De acordo com Krosnik (1990), as atitudes precedem o comportamento. “*Therefore, changing the attitudes would change behavior*” (KROSNICK, 1990, p. 1). Percebe-se, dessa forma, o papel estratégico das atitudes na formação política dos cidadãos comprometidos ou não com regimes democráticos. Para os cidadãos terem ações de cidadania condizentes com o regime democrático, devem primeiramente obter atitudes democráticas.

A formação das atitudes políticas se desencadeia a partir de experiências socializadoras em que os indivíduos estão expostos cotidianamente. Psicólogos sociais e cientistas políticos¹⁰ se debruçaram em pesquisas, principalmente a partir da década de 1960, para entender qual a fase do desenvolvimento humano é a mais propícia para a aquisição de opiniões e valores que irão formar as atitudes políticas que influenciarão o cidadão adulto ao longo de sua vida. E também buscaram entender quais as agências de socialização – família,

⁷ O Parlamento Jovem (PJ) é um programa de educação cívica da Assembleia Legislativa e PUC Minas que visa à formação cidadã de alunos do ensino médio de Belo Horizonte. Durante um semestre, os temas trabalhados são: democracia, cidadania, participação política e poder legislativo. Uma maior caracterização do PJ será feita 1.3.1.

⁸ Conceito formulado dessa forma pelo professor durante a disciplina de Cultura Política oferecida pelo DCP em 2011 ao programa de pós-graduação em Ciência Política.

⁹ Tradução nossa: “*Portanto, mudar as atitudes seria mudar o comportamento*” (KROSNICK, 2005, p. 1).

¹⁰ Hyman (1959), Easton e Dennis (1962) e Greenstein (1968) Jennings *et al.* (1971), entre outros.

escola, ambiente de trabalho, grupos, programas de educação cívica, entre outros – são mais decisivas para se constituírem as atitudes e, em consequência, desencadear comportamentos.

Segundo Schmidt (2000), a escola europeia não desenvolveu uma tradição tão expressiva quanto a escola americana; no entanto, de acordo com o autor, principalmente na França, também na década de 1960, alguns estudos foram realizados, como o de Annick Percheron e Charles Roig. Essa tradição apresentou resultados diferentes da escola americana por examinar o comportamento político em uma matriz metodológica menos quantitativa e mais influenciada pela sociologia e filosofia, como o marxismo, weberianismo, fenomenologia, teoria crítica e estruturalismo.

Nessa trajetória, as duas tradições passaram por diversas fases de entendimento dos processos socializadores e de formação de atitudes ao longo do tempo. A princípio, as conclusões apontavam que as atitudes formadas na infância permaneciam inalteradas durante a vida adulta, ou seja, as atitudes se cristalizavam. Recentemente, estudos (FINKEL, 2003) apontam que mudança nas atitudes podem ocorrer em todas as fases da vida e, por isso, são consideradas mais voláteis em relação às primeiras teorias. O tema de fundo desse debate teórico era o seguinte: as atitudes são resistentes ou não ao longo do tempo?

O *Dicionário de Política*, de Norbert Bobbio (2000), representa esse paradoxo teórico ao apresentar o verbete de “socialização política”. Segundo o dicionário, é a partir da socialização política que se formam atitudes, valores, predisposições e concepções que são as gêneses para o comportamento político. No entanto, há duas tradições. A primeira considera que a socialização nos primeiros anos de vida, proporcionada pela família e pela escola, deixa efeitos duradouros durante a fase adulta, e, neste aspecto, a mudança acontece de forma lenta e gradual a partir das substituições de gerações. A segunda postula que a socialização política ocorre em todas as fases da vida, sendo que a socialização dos primeiros anos de vida não é capaz de impedir rupturas profundas entre gerações, devido à possibilidade de mudanças em médio e curto prazo.

De acordo com Jennings e Markus (1984), para a construção de um modelo capaz de trazer respostas a esse impasse teórico, é necessário que estudos em diferentes culturas sejam realizados em faixas etárias diversas para conseguir captar uma dimensão global das mudanças de atitudes. Esta dissertação visa a contribuir para lançar luz a esse impasse ao estudar as mudanças de atitudes dos jovens participantes do programa de educação cívica Parlamento Jovem Minas. Essas mudanças de fato ocorrem ou as atitudes já se encontram cristalizadas? Qual é o grau esperado de mudança de atitudes dos jovens nessa faixa etária

enquanto participantes de programas de educação cívica? As atitudes mudam na mesma velocidade? Para dar suporte teórico sobre a reflexão dessas questões, este capítulo será organizado em três tópicos seguindo a lógica apresentada: a) A socialização política; b) A juventude e a política; e c) A formação das atitudes.

1.1 A Socialização Política e As atitudes

Assim como Slomczynski & Shabad (1998), Sapiro (2004), em revisão da literatura sobre socialização política, no texto *“Not your parent’s political socialization: Indroduction for a new generation”*, identifica a socialização política como um campo que entrelaça fenômenos no nível micro e no nível macro. O nível micro com o processo psicológico da aquisição de conhecimento, atitudes e valores pelo indivíduo; e o nível macro com o enquadramento de como as organizações políticas e os contextos econômicos incluem normas e práticas apropriadas nos cidadãos condizentes ao sistema político em que vivem. Destarte, encontra-se o desafio de construir um conceito sólido e abrangente para caracterizar a socialização política.

O conceito de socialização política, como poucos na ciência política, traz consigo certo consenso a respeito de sua definição, como afirma Shimidt (2001) e Casalecchi (2012), que simplificadamente pode ser considerado como todo aprendizado político. No entanto, seu manejo e suas aplicações empíricas realizadas ao longo do tempo foram auferindo conotações específicas a respeito de sua abrangência. A socialização indica os processos de aquisição de habilidades e atitudes que influenciam os sujeitos a desempenharem funções e atividades esperadas. De acordo com o Handbook Socialization, *“The term ‘socialization’ refers to processes whereby naive individuals are taught the skills, behavior patterns, values, and motivations needed for competent functioning in the culture in which the child is growing up¹¹”* (MACCOBY, 2007, p. 13). A essência geral do conceito, de ganhos de conhecimento e habilidades capazes de influenciarem o comportamento dos indivíduos perpassam as conceituações dos diversos estudiosos do comportamento político.

¹¹ Tradução nossa: *“O termo ‘socialização’ refere-se aos processos em que são ensinadas às pessoas ingênuas as habilidades, padrões de comportamento, valores e motivações precisos para o funcionamento competente dentro da cultura em que a criança está crescendo”* (MACCOBY, 2007, p. 13).

Schimidt (2001) e Casalecchi (2012) identificaram o quanto genérico este conceito de socialização política é: “*ao tentar explicar tudo, acaba que não explica nada*” (CASALECCHI, 2012, p. 7). E assim as pesquisas de socialização só fazem sentido ao buscarem enquadrar o conceito nas condições específicas em que ele ocorre, isto é, identificar os agentes de promoção da socialização e os estágios da vida a socialização acontece de maneira mais significativa; mas, para captar bem a dimensão do que seja a socialização e seus contextos, faz-se necessária uma remontagem histórica de sua consolidação e seu uso ao longo do tempo.

1.2.1 A Teoria Clássica da Socialização Política: a primazia da infância

Os primeiros trabalhos sobre socialização política tiveram início no final da década de 1920 e início de 1930. De acordo com Nieme (1998), o campo começou a se consolidar mais estruturalmente ao final do período da segunda guerra mundial, a partir de 1950 e 1960. Nesse momento, após a guerra, tornou-se plausível pesquisar e entender os antecedentes que formam a personalidade e os comportamentos dos cidadãos nos regimes políticos e como se constroem preconceitos, xenofobias, *etnofobias* e racismo. Sears e Levy (2003) interpretam o aumento de estudos sobre socialização no pós-guerra como uma tentativa de os cientistas sociais evitarem conflitos políticos como o genocídio e o etnocentrismo.

Três obras pioneiras alavancaram os estudos sobre socialização política: a primeira de Hyman (1959), com o livro “*Political Socialization: a study in the psychology of political behavior*”, que revisa a literatura sobre socialização política até sua época e conferiu consistência ao conceito; posteriormente o estudo de Easton e Hess publicado em 1962, da Universidade de Chicago, com a pesquisa “*The child’s political world*”, publicada no *Midwest Journal of Political Science* (1992, v. 6); e, por fim, o estudo de Greenstein, da Universidade de Yale, com a obra “*Political Socialization*”, publicada em “*International Encyclopedia of the Social Science*”, 1968.

Segundo Shimidt (2001) e Casalecchi (2012), esses autores precursores, ao se tornarem referência na área dos estudos de socialização, disseminaram uma concepção de que a infância e os primeiros anos da adolescência se configuravam como o tempo cognitivo apropriado dos indivíduos para o desenvolvimento das habilidades e percepções políticas que

os acompanhariam durante a idade adulta. Para Hyman (1959, p.25), psicólogo social de tradição behaviorista, a socialização se conforma como uma interiorização de padrões sociais pelo indivíduo, moldados segundo a sua posição social através de agências da sociedade. Uma concepção diferenciada da compreensão predominante até sua época de que as crianças eram sujeitos apolíticos e que deveriam ser preservados até a idade adulta.

The recent systematic discussion of socialization by Child does not have a single reference to the problem, virtually implying that politics has been treated as an abrupt event of adult life, quite different from other developmental processes that have been studied again and again by investigator¹². (HYMAN, 1959, p. 18)

Para Hyman, a infância era considerada uma fase relevante para a construção de atitudes estáveis para o cidadão ao longo do tempo. Em seu estudo, buscou examinar como as atitudes se formam nos cidadãos, em um sentido geracional, ou seja, através da transmissão de valores e crenças da família para a criança. Para verificar sua teoria, sistematizou três dimensões de atitudes: a) em relação à participação política; b) diante das tendências autoritárias; e c) pela identificação ideológica partidária dos cidadãos. Ao final, concluiu que a origem do comportamento dos cidadãos nessas dimensões era formada na infância, principalmente por influência da família, e seu efeito era duradouro (HYMAN, p. 45). Das atitudes examinadas, a ideologia partidária foi a que revelou efeitos mais robustos, pela tendência de os filhos adotarem atitudes semelhantes às dos pais (HYMAN, p. 71).

Em conformidade com Hyman, para Easton e Dennis (1969, p. 7), a socialização é tida como um processo de desenvolvimento no qual as pessoas adquirem orientações que definirão seus padrões de comportamento futuros, e estes são importantes para manutenção do “sistema político”. Esses autores, no início da década de 1960, encabeçaram um estudo nos Estados Unidos em que entrevistaram mais de 12 mil crianças, solidificando assim, através de uma metodologia forte, o campo da socialização política de maneira decisiva e firmando a concepção da precocidade da formação das atitudes nos cidadãos.

O foco principal da pesquisa de Easton e Dennis (1969) é sobre a formação de atitudes frente às autoridades, atitude em que as crianças estão constantemente experimentando.

¹² Tradução nossa: “A recente discussão sistemática de socialização de crianças não tem uma única referência para o problema, praticamente dando a entender que a política tem sido tratada como um evento abrupto da vida adulta, diferente de outros processos de desenvolvimento que foram novamente estudados pelo investigador” (HYMAN, 1959, p. 18).

Mesmo que as crianças apresentem pouca intimidade com a política de maneira mais ampla, expressam experiências de aprendizado com situações cotidianas e desenvolvem sentimentos e opiniões que são transferidos para outros aspectos do sistema político; por exemplo, o afeto da criança pelos pais influencia uma posição mais positiva ou negativa em relação à figura do presidente, dependendo da relação do político com a família (EASTON e DENNIS, 1969, p. 84-89). Schmidt (2001) revisa os autores clássicos e destaca o seguinte exemplo da obra de Easton e Dennis:

Um exemplo típico apresentado pelo livro [de Easton e Dennis (1969)] é da situação em que um pai não consegue estacionar o carro, e seu filho de três anos e meio, que o acompanha, lhe indica um lugar proibido; o pai lhe diz laconicamente que não pode estacionar lá porque um policial o deteria. Esta seria uma indelével experiência para a criança no sentido de perceber que seu pai não é onipotente, que há um poder externo à família a que mesmo o pai deve se submeter e que de algum modo o policial representa esse poder. (SCHMIDT, 2000, p. 60)

Mais uma vez, o que está em debate é a infância como precursora de comportamentos futuros. A partir disso, Easton e Dennis (1969) apresentaram uma cronologia do desenvolvimento das atitudes políticas: por volta dos 8 anos de idade, as crianças já possuem opção partidária consolidada; aos 13, as atitudes e valores políticos já estão cristalizados; a partir dos 14 anos, o adolescente começa a compreender o sistema político mais amplo; no entanto, suas orientações atitudinais pouco mudam, mantendo assim a estabilidade do sistema político.

Easton e Hess (1962) mostram, por exemplo, como as orientações políticas transmitidas na infância adquirem resistência à mudança, e “como cada nova geração emerge na cena política como uma tabula rasa, do ponto de vista político, sobre quem o sistema político deve deixar suas marcas” (p. 232). (CASTRO, 2009, p. 480)

E, por fim, entre os estudos seminais, destaca-se a obra de Greestain de 1968. Segundo Shimidt (2001), para este autor, a socialização envolve tanto o aprendizado político formal quanto informal, incluindo não só o aprendizado político, mas também o aprendizado apolítico, como a apatia, que afeta o comportamento dos indivíduos, formando uma

personalidade com características políticas relevantes. Ou seja, para os autores clássicos, a infância é considerada uma fase natural de desenvolvimento da vida que, semelhante a uma esponja, esses indivíduos absorvem padrões sociais e reproduzem tal comportamento na idade adulta. É uma faixa etária considerada preparatória ao aportar conhecimento e habilidades necessários para que, quando cidadão formado, ou seja, adulto, possa participar das atividades políticas (CASTRO, 2009, p. 480). Essa linha de interpretação da cristalização concreta das atitudes na fase etária da infância deu origem ao que hoje é considerado como literatura clássica sobre socialização política.

1.2.2 O segundo e terceiro momento das teorias de socialização política: entre jovens e adultos

A perspectiva clássica dos estudos sobre socialização política permaneceu até o início da década de 1970. No entanto, nesta década, segundo Nieme e Sobieszek (1977, p. 210), uma série de estudos começa a relativizar a rigidez com que a infância era considerada como o momento único da socialização em contraponto com as outras fases da vida dos indivíduos, como a adolescência e a fase adulta. A pesquisa desenvolvida nos Estados Unidos por Jennings e Nieme (1974) causou a ruptura com a teoria clássica. O objetivo deste estudo era determinar as fontes que originavam as ideias políticas dos jovens; e, para isso, investigaram o aprendizado político dos “pré-adultos”, termo utilizado pela literatura. Com uma metodologia que considerou quatro décadas e três gerações em um painel, demonstraram que a família não é a única agência socializadora e que crianças que nascem em lares de pais desengajados ou em condições socioculturais e econômicas desfavorecidas não estão fadadas à apatia política nem à repetição do comportamento dos pais, como defendia a escola clássica. Nesses casos, a escola é agência mais decisiva na formação das atitudes que influenciarão a vida política desses cidadãos.

Nieme *et al.*, no texto “*Political Socialization*” (1977, p. 210), ao buscarem reconstruir historicamente o campo da socialização política, criticam a teoria clássica. Para eles, essa teoria se limitou a entender aspectos socializadores somente da infância, isso por ser fortemente influenciada pelo freudismo nas décadas anteriores, argumentam. Detectaram que, em consequência dessa priorização, uma lacuna do entendimento de como ocorre a

socialização política de fato foi exposta. Ao identificar tal vazio, os estudos do início de 1970 mudaram para ampliar o alcance do conceito de “socialização política”. Segundo revisão de Nieme *et al* (1977), os autores mais relevantes neste momento foram: Abramson em 1977, com a pesquisa comparativa entre atitudes de grupos diferentes de americanos brancos de classe média, como os negros e latino-americanos e Torney, Oppenheim & Farnen, em 1975, que relativizam os estudos de socialização no nível internacional

Somando-se a esses estudos, a obra de 1989 – organizada por Roberta Singel, “*Political Learning in Adulthood: a Sourcebook of Theory and Research*”, que agrega estudos de Lafferty, Drassel e Lipsky; Lovell e Stiehm; e Renshon – sintetiza e argumenta de maneira amadurecida que a socialização é um processo permanente, resultante do conjunto das experiências vivenciadas pelo indivíduo, desde a infância até o final da vida.

Singel (1989), ao analisar os estudiosos do segundo momento da socialização política, detectou que estes se assemelhavam por concluírem que a socialização política de adultos caracterizava-se como um fenômeno que interage com a dimensão individual e social e é representada não só pela continuidade, mas também pela ruptura; ou seja, as atitudes políticas dos indivíduos em momentos de mudanças sociais e econômicas podem se modificar de acordo com o contexto. Essa conclusão refaz uma nova premissa de que as atitudes não são tão enrijecidas; é possível que, mesmo após a idade adulta, essas atitudes possam passar por momentos de reestruturação por influência do contexto político, econômico e das agências secundárias de socialização, como o grupo de amigos, ambiente de trabalho, instabilidade institucional, igreja e outros. Para a autora, são considerados como uma complementaridade os fenômenos da continuidade e mudanças.

No entanto, como revisa Casalecchi (2012),

(...) não se deve perder de vista que qualquer mudança só ocorre a partir de um contexto que a molda. As mudanças não ocorrem, nesse sentido, em uma tábula rasa. Mas estão condicionadas à socialização primeira, que compõe o hábito, as crenças mais cristalizadas e guias de toda uma estrutura cognitiva e afetiva. (CASALECCHI, 2012, p. 12)

O que Casalecchi (2012) chama atenção é que as teorias clássicas, ao considerarem a infância como berço da formação de atitudes, não conseguem explicar grandes rupturas ocorridas em sociedades em curto período de tempo. As crianças não são como *tábulas rasas*

que, como uma esponja, absorvem todo o comportamento dos pais para depois os reproduzirem; se isso fosse verdade, grandes transformações sociais não seriam possíveis. O que se observa é que a estrutura social é dinâmica, adapta-se às questões econômicas, culturais e políticas e também apresenta demandas novas diante de seu desenvolvimento ao longo do tempo; ou seja, quando há uma ruptura drástica do sistema, não quer dizer que as novas concepções dos cidadãos, seja de resistência ou apoio à mudança, irão ser descoladas de suas primeiras, mas reestruturadas cognitivamente a partir das concepções antigas, principalmente dos valores aprendidos na família.

Para medir com propriedade os efeitos de transmissão de valores, atitudes e comportamentos no âmbito da família, Jennings e seus colaboradores fizeram um grande estudo de painel, a partir da década de 1960, com o intuito de analisar esta perspectiva geracionalmente. Jennings e Niemi (1974), com a primeira onda do painel, já ressaltaram que a identificação partidária dos norte-americanos é uma dimensão que se cristaliza na infância sob forte influência dos pais, mas é uma exceção se comparada a outras dimensões atitudinais. Já Jennings e Markus (1984) observaram, após três ondas do painel, que entre a infância e a adolescência as atitudes tendem a se alternar, não estando prontamente cristalizadas. As atitudes começam a apresentar padrões estáveis de cristalização após os 20 anos.

Em 1999, Jennings, Stoker e Bower, analisando quatro ondas do painel sobre três gerações diferentes, buscaram padrões claros da transmissão intergeracional. Segundo os dados, se os pais possuem um posicionamento equivalente entre si e claro para os filhos, eles tendem a ter mais sucesso na transmissão. Outro fator de sucesso diz respeito ao grau de engajamento político dos pais. Pais engajados levam para dentro do ambiente familiar temáticas políticas que serão discutidas e compartilhadas com toda a família, o que influencia sobremaneira as atitudes dos filhos. *“Children are more likely to adopt their parents’ political orientations if the family is highly politicized, but they are also more likely to adopt any parental attribute that is clearly and consistently cued”* (JENNINGS, STOKER e BOWER, 1999, p. 1). Neste mesmo texto, *Politics Across Generations: Family Transmission*, os autores sugeriram uma nova linha de pesquisa na qual os filhos na idade adulta influenciam também as atitudes dos pais, isso após observação de três gerações.

O estudo de Campbell *et al.* (1960), o qual analisa o comportamento dos cidadãos diante das eleições americanas, demonstra, nesse sentido, a tendência das atitudes herdadas pelas gerações em relação à identidade partidária dos estadunidenses, que é tipicamente adquirida cedo na vida e é altamente estável depois disso. Paradoxalmente, já identifica que a

escolha do candidato se configura como um processo mais complexo, e nem sempre segue uma linearidade ideológica em significativa parcela dos casos. Fatores contextuais e de *background* possuem forte influência sobre a racionalidade que envolve esse processo de escolha dos indivíduos.

Sears (1983) identificou que era preciso detalhar teoricamente os estudos sobre o comportamento político e a formação das atitudes. Dessa forma, pesquisou sobre as opiniões dos adolescentes e sua significação. Seu estudo revelou que o momento mais importante para socialização política na vida dos indivíduos é sua primeira experiência com o voto; a identificação dos indivíduos e partidos são continuamente e racionalmente ajustadas até a idade adulta; e para os indivíduos que deixam a casa dos pais, a identificação partidária torna-se cada vez mais ligada com suas preferências sobre as questões atuais, mesmo à custa de algumas deserções com o partido parental. Jennings, M. K; Markus, (1984) encontram resultados semelhantes.

Como visto, há toda uma tradição teórica preocupada em desvendar o “como” os cidadãos formam suas atitudes, valores e comportamento. Em sua origem, no pós-guerra, o objetivo era entender esse processo para que agentes externos pudessem interferir para evitar males políticos como a xenofobia e a etnofobia; mas também esse conhecimento foi aplicado estrategicamente em diversos sistemas políticos que passavam por período de reestruturação institucional, como os países da terceira onda de democratização em 1970. Entre estes, alguns com ajuda internacional e outros de maneira independente, desenvolveram projetos de educação cívica em escolas ou em comunidades para darem suporte ao desenvolvimento de uma cultura congruente com o regime. Porém, antes de aprofundar essa discussão sobre a educação cívica e a juventude mineira, é necessário entender com maior propriedade a juventude, o que é essa fase da vida, quem são os jovens brasileiros e mineiros, e qual o diagnóstico de suas atitudes em relação ao regime democrático.

1.2 A juventude e a política

“Os jovens de hoje são o futuro do amanhã.” Essa é uma frase difundida, incorporada em discursos tanto do senso comum quanto por parte do governo (Secretaria Nacional de

Juventude¹³), para justificar estratégias de intervenção política focalizadas para este público-alvo, tais como as políticas de esportes, educação, primeiro emprego, entre outras. Ao analisar semanticamente o sentido de “jovens de hoje” e “futuro do amanhã”, a interpretação perpassa pela juventude como uma categoria intermediária composta de sujeitos pré-adultos¹⁴ desprovidos de direitos políticos plenos, porém em fase preparatória para adquiri-los. Essa reflexão se torna significativa aos pesquisadores que buscam compreender “como” os jovens se preparam para desempenhar as atividades políticas na fase adulta (JENIKS, ZUKIN & ANDOLINA, 2003; ANDOLINA, JENKINS, KEETER & ZUKIN, 2002; CASTRO, 2009; BAQUERO, 2001; FUKS, 2010). Para a ciência política, os jovens são ainda uma incógnita, por isso a preocupação: como os jovens se comportam politicamente?

O conceito de juventude não se define somente a partir de um período biológico ou por características psicológicas, como destaca Abreu (1997, p. 181). Trata-se de uma construção social que compreende o fim da infância e o início da idade adulta, possui idade mínima e máxima, variando de acordo com os contextos históricos e culturais. Apesar das ponderações, para essa autora, a juventude está associada à idade, o que conduz à noção de geração para subsidiar uma base analítica da subcultura dos jovens, suas mudanças de atitudes, valores e comportamentos.

Já Melucci (1997) define a juventude como um período biológico, psicológico e social, em que esta fase é inaugurada juntamente com a adolescência, no momento em que a infância é deixada para trás e começa a transição para a idade adulta. Zaluar (1997) novamente se aproxima das definições apresentadas, ou seja, a juventude é uma fase da vida que está correlacionada à idade e ao momento de alteridade próprio da adolescência, onde os sujeitos já não são mais crianças e ainda não adultos, são classificados em uma posição diferenciada na sociedade.

Apesar de o conceito de juventude ser considerado simplificado como a transição da infância para a idade adulta, não se pode considerá-lo homogêneo. Como salientado no discurso de Guimarães, citado por Silva (2003), o conceito deve ser pensado no plural como “juventudes”, para não menosprezar as diferenças existentes entre os jovens.

¹³ A Secretaria Nacional de Juventude foi criada em 2005 vinculada à Secretaria Geral da União. (http://www.juventude.gov.br/sg_juvjeentude_juventude/juventude/noticias/ultimas_noticias/2013/04/19-04-2013-texto-do-pronunciamento-do-senador-paulo-paim-sobre-aprovacao-do-estatuto-da-juventude/view)

¹⁴ O termo “pré-adulto” é utilizado pela literatura clássica da formação das atitudes; portanto, no contexto, considera-se a conquista dos direitos da infância e adolescência, tal como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual nega essa concepção de crianças e jovens como pré-adultos, mas procura entendê-los como sujeitos com singularidades. No entanto, para possibilitar o diálogo com os autores mobilizados, o termo “pré-adulto” será adotado, mesmo com a ponderação apresentada.

a cultura jovem atual é marcada, no Brasil, como em outros países, por profunda heterogeneidade, ainda que sejam visíveis os elementos de continuidade entre eles. É nisso que reside sua originalidade: nessa imensa capacidade de mobilizar os bens disponíveis e diferentes processos sociais e culturais, daí extraindo estilos e formas de organização peculiares. (Guimarães, 1998, apud Silva, 2003, p. 4)

Portanto, a interpretação de juventude considerada como uma etapa transversal de dois momentos bem definidos socialmente, a infância e a idade adulta, não deve ser analisada como uma etapa de vivência marginal. Segundo Melucci (1997), na cultura ocidental, há uma tendência de extensão do período da juventude ao descentrá-la subjetivamente como a fase de preparação para a entrada no mercado de trabalho. Contudo, o comportamento desempenha uma função de identificação entre os próprios jovens, onde se observam características como: a busca de ser aceito em grupos, postura contestadora e conflito com a estrutura social estabelecida, o que pode desencadear movimentos de contraculturas (EISENSTADT, 2001). Dessa maneira, a juventude deixa de ser uma questão biológica e se transforma em uma questão simbólica e psicológica, em que é marcada, sobretudo, pelo comportamento.

A juventude é uma categoria complexa, que comporta peculiaridades biológicas, sociais, psíquicas, culturais, políticas e econômicas. (TELLES e DIAS, p. 84, 2011)

Em termos pragmáticos e legais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera como adolescente a faixa etária de 12 a 18 anos. A terceira idade, conforme regulamentação do Estatuto do Idoso, compreende a faixa etária a partir de 60 anos. Portanto, para fins legais, os adultos compreendem a faixa de 19 a 59 anos. É importante salientar que essa é uma categorização formal e institucional dos ciclos da vida. Para o Estado, alguém que acabou de completar 12 anos dormiu criança e acordou adolescente. Diante da conceituação oficial, os participantes do Parlamento Jovem que serão analisados neste trabalho são adolescentes, com idade entre 15 e 18 anos. Fora do âmbito institucional, essas etapas não são tão rígidas, como já mencionado; as denominações das faixas etárias – infância, adolescência, jovem, adulto e idoso – são influenciadas por pretextos mais complexos.

Abreu (1997) destaca que a preocupação com os jovens não é algo recente; em muitos momentos da história, idealizou-se os jovens como a gênese das mudanças sociais, como

apresentado pelos resultados de seu estudo sobre os jovens brasileiros da década de 1960 e os jovens revolucionários da revolução francesa de 1789. A expectativa sobre a juventude é algo que está à baila do imaginário social. Os jovens são concebidos como a esperança de superação dos problemas dos tempos atuais, corajosos e questionadores, e, por isso, exercem fascínio pelos seus valores, seja por se silenciarem ou por requererem mudanças estruturais e maior participação na sociedade.

De acordo com Telles e Dias (2011), “*existe um mito da sociedade moderna segundo o qual o jovem seria o agente da mudança, o que suporia uma participação mais ativa desse grupo do que a observada nos demais setores sociais.*” (TELLES e DIAS, 2011, p. 84). Neste ponto, resgatamos a pergunta: qual o perfil político da juventude?

Como argumentado por Finkel (2010), segundo a *Associated Press* (2000) e Meinert (2000), os adolescentes e jovens estão menos interessados por política e, conseqüentemente, estão menos engajados na vida pública se comparado aos mais velhos e às gerações anteriores. Na sociedade moderna capitalista, segundo Jenkins *et al.* (2003), o foco da juventude se deslocou para consolidação individual do sucesso, estabilidade econômica, formação educacional e desenvolvimento das relações sociais. “*It is not surprising that many youth are tuned out and disengaged from what’s going on around them*¹⁵” (Jenkins *et al.*, 2003, p. 1). A partir disso, existe a apreensão com a manutenção do processo desenvolvimentista e político do futuro: como serão os jovens do amanhã?

No estudo de Jenkins, Zunkin e Andolina (2003), “*Three Core Measures of Community-Based Civic Engagement: Evidence from the Youth Civic Engagement Indicator Project*”, os autores partiram do diagnóstico de uma juventude desengajada politicamente e buscaram medir “a saúde cívica” sobre efeitos geracionais dos norte-americanos. Nesse texto, eles propuseram uma análise sobre o engajamento cívico entre jovens de 15 a 19 anos a partir de três categorias: a) atividade em grupo informal para resolver problemas da comunidade; b) voluntariado; c) participação em grupo. Embora o conceito de saúde cívica não seja de fato explicitado, pode-se inferir que diz respeito aos padrões de comportamento dos cidadãos que sejam adequados à manutenção institucional do sistema político, como participação e engajamento. Como resultado desse estudo, encontraram que realmente há alienação dos jovens em relação aos mecanismos tradicionais de engajamento, por exemplo, a percepção de irrelevância do comparecimento nas urnas durante as eleições (kaiser Family Foundation, 2000 *apud* Jenkins *et al.*, 2002).

¹⁵ Tradução nossa: “Não é de surpreender que muitos jovens estão dessintonizados e desligados do que está acontecendo ao seu redor” (Jenkins *et al.*, 2003, p. 1).

No entanto, segundo o mesmo estudo, uma parcela de 37% dos jovens analisados realizava algum tipo de engajamento e trabalho informal, incluindo a internet como meio de se engajar. O perfil desses jovens participativos engloba características como: a propensão em participar de serviços religiosos, ter crescido em família onde alguém é voluntário, costumar seguir os acontecimentos políticos de seu país e sentir que podem fazer a diferença na comunidade (Jenkins *et al.*, 2002, p. 14).

Baquero (2004), ao identificar um padrão semelhante no Brasil, escreveu: “*Trata-se, segundo Almond e Powell (1983, p. 46), de uma socialização que envolve a transmissão de atitudes não políticas que afetam atitudes referentes a papéis e objetivos similares no sistema político*” (BAQUERO, 2004, p. 69). Assim como os jovens brasileiros, os demais jovens do estudo de Jenkins e colaboradores, mais precisamente 63% deles, carecem de um estímulo exterior para fomentar o interesse por política e por mecanismos de engajamento. Esse estímulo pode ser espontâneo, a partir de um acontecimento político significativo capaz de mobilizar amplamente a sociedade, os encorajando para se manifestarem, emitirem suas opiniões e se posicionarem, fazendo com que os cidadãos se munam de informações para participar¹⁶. E também o estímulo pode ser induzido, ou seja, ser protagonizado pelo próprio Estado ou instituições formais, ao elaborarem projetos e programas para informar a população e incentivar o engajamento, como geralmente acontecem nos programas de formação política.

Os estudos de Finkel e seus parceiros, que por mais de 20 anos se dedicam a compreender em diversas sociedades os efeitos destes “estímulos exteriores induzidos” – que daqui em diante irão ser chamados de intervenção para educação cívica e/ou programas de educação cívica –, também detectam esta tendência de desligamento político dos jovens e a necessidade estratégica das intervenções de educação cívica nessa faixa etária.

Some of this renewed interest is rooted in concerns that young Americans are increasingly disengaged from political affairs and that increased efforts to instruct students in democratic political processes will stem this potentially dysfunctional trend¹⁷. (FINKEL & ERNEST, 2005, p. 334)

¹⁶ Como estímulo espontâneo, citam-se as recentes manifestações populares que ocorreram no Brasil no mês de junho, coincidentes com a realização da Copa das Confederações no Brasil em 2013. Milhares de pessoas saíram às ruas em mais de 120 cidades do Brasil para protestar contra a corrupção, taxas do transporte público, a favor da moralização e pela garantia dos direitos.

¹⁷ Tradução nossa: “Parte desse interesse renovado está enraizada na preocupação de que os jovens americanos estão cada vez mais desligados dos assuntos políticos e que maiores esforços para instruir os estudantes nos processos políticos democráticos resultam nessa tendência potencialmente disfuncional”. (Bennett, 1997; Delli Carpini & Keeter, 1996; Hibbing & Theiss-Morse, 1996; Putnam, 2000). (FINKEL & ERNEST, 2005, p. 334).

Mas afinal, por quê a juventude brasileira, em especial, a juventude mineira, é estimulada politicamente pelo projeto de educação cívica Parlamento Jovem de Minas Gerais? O tópico abaixo apresentará as características da juventude brasileira e belo-horizontina destacando as atitudes políticas e valores adotados por ela.

1.2.1 Juventude Brasileira

Devido à importância da inclusão dos jovens para a consolidação do processo democrático, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) realizou um diagnóstico da juventude brasileira, em que os resultados estão dispostos no relatório “*Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas*”, publicado em 2006¹⁸, o qual pesquisou adolescentes e jovens do país entre 15 e 24 anos. O estudo procurou reconstituir o debate com diferentes jovens sobre os limites e possibilidades da sua participação em atividades políticas, sociais e comunitárias (*Juventude Brasileira e Democracia, 2006, p. 5*).

Analisando o cenário latino-americano, percebe-se a importância que os jovens possuem dentro do contexto brasileiro. Do total, 50% dos jovens da América Latina concentram-se no Brasil, são cerca de 34 milhões, o que equivale a aproximadamente 20% da população brasileira. Desses, 83% moram na zona urbana; e 17%, na zona rural. E, 58,7% da juventude brasileira vivem com uma renda *per capita* de até um salário mínimo (IBASE, 2006, p. 12¹⁹).

As três principais preocupações dos jovens brasileiros são: violência (falta de segurança e criminalidade); trabalho (emprego, desemprego, falta de oportunidades e primeiro emprego); e, por fim, educação (qualidade do ensino, degradação das escolas públicas, acesso ao ensino médio e universitário); ou seja, assim como nos resultados da pesquisa de Jenkins *et al.* (2003), o foco das preocupações dos jovens brasileiros centra-se em valores de consolidação individual, como acesso à formação educacional e ao mercado de trabalho.

¹⁸ Relatório Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2006. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/06/juv-juv-bras-e-democracia-relat%C3%B3rio-final.pdf>>.

¹⁹ Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/dialogo_juv_final21.pdf>.

Entretanto, diferentemente dos jovens norte-americanos, os brasileiros se preocupam mais com sua segurança, enquanto os americanos dedicam suas atenções ao desenvolvimento das redes sociais. A preocupação em relação à política ocupa o sétimo lugar para os jovens do país. Segundo as teorias de Inglehart (2005) sobre modernização, pode-se inferir que os valores mais fortes que guiam os jovens brasileiros são os valores materialistas, ou seja, de sobrevivência, apesar de se observarem valores pós-materialistas, mas em uma densidade menor.

O diagnóstico identificou que 28,1% dos jovens brasileiros participam de algum tipo de grupo. O mais expressivo é a participação desses em grupos religiosos, 42,5%. Há 32,5% envolvidos com grupos ligados aos esportes, e 26,9% de jovens que fazem parte de grupos artísticos como grupos de música, dança e teatro. Somente 4,3% participavam de algum partido político. Para além dos partidos, apenas 8,5% dos jovens disseram se considerar como politicamente participantes (Relatório IBASE, 2006, p. 15).

Apesar do percentual baixo sobre a participação dos jovens, menos de 10% manifestaram possuir atitudes antidemocráticas. Foram 89,5% dos(as) jovens que concordaram totalmente com a frase: “é preciso que as pessoas se juntem para defender seus interesses”. E 85% concordaram que: “é preciso abrir canais de diálogo entre os cidadãos e o governo”; porém estes mesmos jovens são descrentes sobre a atuação e a representatividade política realizada pelos políticos: 64,7% concordaram que: “a maioria dos políticos não representa os interesses da população” (Relatório IBASE, 2006, p. 15).

Os(as) jovens identificam nas ações governamentais a possibilidade mais efetiva para a resolução dos problemas apontados como mais urgentes em suas vidas. Eles(as) reconhecem que as ações individuais, as ações coletivas e a organização social são forças necessárias, desejáveis, mas não suficientes para resolver os enormes problemas nacionais. Situações estruturais (salários, segurança etc.) são apontadas como responsabilidade do governo. (Relatório IBASE, 2006, p. 17)

Telles e Dias (2011) publicaram dados da pesquisa *Juventude, participação e voto*²⁰, um *survey* realizado em Belo Horizonte, no ano de 2010, durante o primeiro turno das

²⁰ A pesquisa “*Juventude, participação e voto*” consistiu em uma pesquisa probabilística com entrevistas domiciliares em uma amostra de 500 jovens residentes em Belo Horizonte entre 18 e 24 anos. A margem de erro foi de 4,5% e o intervalo de confiança foi de 95%. A pesquisa foi realizada pelo DCP (Departamento de Ciência Política) da UFMG, tendo como parceiros a Fapemig e Ipespe, sob a coordenação da professora Helcimara de Souza Telles.

eleições presidenciais. A religiosidade dos jovens belo-horizontinos destacou-se neste estudo. Essa é uma das características do perfil dos jovens que possuem uma maior predisposição a participar de grupos. Embora não seja inesperado, os altos percentuais chamaram atenção: 81% dos jovens identificam que a religião possui um grau de importância superior à política.

As autoras analisaram que as características da religiosidade extrema dos jovens “*poderiam contribuir para produzir um cidadão do tipo delegativo, fatalista em relação ao seu destino e com uma visão de mundo autoritária, que apoia um Estado interventor nos direitos individuais*”(Telles e Dias, 2011, p. 98). E este grupo, de posicionamento mais conservador, tem ganhado força a ponto de influenciar as campanhas presidenciais de 2010, fazendo com que os candidatos se posicionassem em torno de temas moralmente polêmicos como o aborto e a homossexualidade.

Diante das instituições políticas, 82% dos jovens afirmaram possuir pouco ou nenhum interesse por política. Uma das possíveis explicações para justificar essa apatia é a percepção de que os partidos e os representantes eleitos não os representam de fato, ou seja, creem não terem voz e nem serem ouvidos pelas lideranças. O desinteresse é acompanhado pela desconfiança. As casas legislativas consideradas em âmbitos municipal, estadual e federal não atingiram média de confiança de 4,4%. Há também a desconfiança de fraude no processo de organização das eleições, ponto questionado por 60% dos entrevistados. Dos jovens, 52% disseram que conhecem pessoas que trocaram alguma vantagem pessoal pelo voto em um candidato, o que quer dizer que mais da metade dos jovens possui experiências próximas com ações clientelistas.

No entanto, não são só as atitudes de desconfiança, desinteresse e clientelismo que prevalecem entre os jovens belo-horizontinos. Embora a análise de Telles e Dias (2011) não apresente os percentuais, ela aponta que a maioria expressiva é contrária ao fechamento do Congresso Nacional e não admite o controle dos meios de comunicação pelo Estado. Aproximadamente a metade é contra a extinção dos partidos políticos e acredita que sem partidos não há democracia.

Ao analisar a avaliação da atuação dos governantes, percebeu-se uma avaliação positiva do Poder Executivo, tanto do Governo Federal, na época com o presidente Lula da Silva (80%), quanto pelo Governo do Estado com Aécio Neves (82,6%). O que não foi observado em relação ao Poder Legislativo; um percentual bem mais baixo, de 29%, foi o dos que atribuíram uma boa avaliação para o trabalho dos parlamentares estaduais.

Descrentes da política, desconfiados das instituições representativas, suspeitosos em relação à organização do processo eleitoral e com poucas expectativas de serem ouvidos pelas lideranças, os jovens acabam por participar pouco da vida política. Constata-se uma reduzida experiência associativa e, mesmo, certa tendência a que essa participação fique ainda menor. Apenas 18,8% deles participam de organizações como partidos políticos, sindicatos, organizações não governamentais, associações de bairro, religiosas ou estudantis. Atualmente, a principal forma de os jovens participarem é por meio de associações religiosas (8,4%). O ingresso em partidos políticos (1,4%) ou mesmo em associações estudantis (2,6%) é praticamente nulo. (TELLES e DIAS, 2011, p. 97)

O cenário da juventude belo-horizontina mostrou-se polissêmico e ao mesmo tempo intrigante, principalmente ao trazer para discussão as manifestações massivas que ocorreram na capital em junho de 2013 em consonância com as manifestações nacionais. Mesmo com as particularidades observadas pelos estudos anteriores, há questões similares que representam as tendências de indiferença dos jovens com a política, a desconfiança nas instituições e a dificuldade para lidar com a alteridade, ou seria esse um cenário ultrapassado após o gigante ter acordado em junho de 2013 levando às ruas grande parcela de jovens? Ainda há uma lacuna de estudos nesta área para compreender estas atitudes adotadas pela juventude. Embora demonstre um avanço dos jovens brasileiros no reconhecimento dos mecanismos legais como os partidos e o congresso para sustentar o regime democrático, isso não tem sido suficiente até o momento para promover uma percepção mais profunda sobre as diretrizes e os valores da democracia.

A realidade dos contextos distintos da juventude, tanto a americana, como a brasileira e a mineira, retrata a problemática do engajamento político da juventude. Nas entrelinhas da apreensão demonstrada pelos seus valores, suas atitudes e seus comportamentos, está a concepção sistêmica sobre as condições adequadas para o funcionamento da democracia, ou seja, a relação entre cultura e instituições políticas.

De acordo com os estudiosos da cultura política, é necessário que os sistemas políticos e econômicos tenham culturas congruentes com o regime político, de forma a conferir estabilidade e eficácia a este regime. (ALMOND & VERBA, 1963; SLOMCZYNSKI & SHABAD, 1998; PUTNAM, 1993)²¹. Nessa perspectiva, é de interesse do Estado que seus cidadãos possuam valores e habilidades satisfatórias para fortalecer a democracia. Assim, é atribuída, sobretudo à juventude, uma grande preocupação teórica. Segundo Sears (1983), é na juventude, especialmente com a primeira experiência do voto, que ocorre o momento da socialização política desse novo eleitor, e essa experiência é capaz de deixar marcas

²¹ Também existe a linha das teorias institucionalistas que defendem que as instituições políticas formam a cultura de seus cidadãos, e não o inverso.

duradouras na sua vida política. Dessa forma, a preocupação com a socialização política dos jovens é motivada por presumir efeitos agregados de valores culturais sobre o funcionamento e a estabilidade do sistema como um todo (Slomczynski & Shabad, 1998).

Pautados nessa conjuntura teórica, começa a chamar atenção os processos individuais de como as pessoas adquirem conhecimento, formam atitudes e crenças sobre o mundo político e o quão voláteis ou duradouras são essas experiências. Como apresentado por Slomczynski & Shabad (1998) no texto “*Can Support for Democracy and the Market Be Learned in School? A Natural Experiment in Post-Communist Poland*”, a socialização política é o mecanismo que assegura que certas orientações básicas adquiridas na infância e adolescência sejam relativamente duradouras.

Apesar de existirem diversos espaços de socialização política para crianças e jovens, a família, a escola e projetos de educação cívica são considerados como os mais importantes para a formação política. (NIEMI & SOBIESZEK, 1977; SEARS, 1975; JENNINGS *et al.*, 2001).

2 CAPÍTULO 2: OS PROJETOS DE EDUCAÇÃO CÍVICA E O CONTEXTO DO PARLAMENTO JOVEM MINAS

Educar para a democracia é preparar para o que não está pronto, para o que está por vir, para o que se constrói no fazer diário e na reflexão comprometida com a superação dos conflitos, por meio da participação, do diálogo e da construção do consenso. (MEDEIROS E MARQUES, 2012, p. 18)

Na década de 1970, ocorreu a terceira onda de democratização no mundo, começando em 1974 com a “Revolução dos Cravos”, em que se derrubou a ditadura de Salazar e Marcelo Caetano em Portugal, alastrando-se pela América Latina do final da década de 1970 à década de 1980; e, no início de 1990, se propagou pelo leste europeu, após o colapso do regime socialista da União Soviética. Nesse momento de rupturas políticas e a necessidade de reconstrução institucional nos países, os projetos de educação cívica ganharam força como mecanismos estratégicos de disseminação de valores democráticos na sociedade. Os diversos programas, em várias partes do mundo, contribuíram como um “laboratório” propício para investigar as formações de atitudes e as mudanças comportamentais dos cidadãos²². Esses estudos colaboraram para relativizar a teoria clássica da rigidez das atitudes e valores, após a formação na fase infantil, ao possibilitarem a observação de nações inteiras deslocando-se, em médio e curto prazo, para corroborarem com uma nova concepção ideológica e com uma nova arquitetura institucional.

Os projetos de educação cívica trabalham a partir de um reconhecimento de que contribuem para o desenvolvimento da cidadania e da competência cívica. Isso através de transmissões de significados únicos, obrigações, virtudes, cidadania e aquisição de valores (Finkel e Sabatini, 2000, p. 1852). No entanto, Finkel (2003), norte-americano consultor especializado em avaliação de projetos de educação cívica, identifica que a mudança de atitudes é o processo mais lento observado em relação à mudança nas diversas dimensões do comportamento político.

Dentro do campo do comportamento político, esta dissertação focará apenas nas mudanças de atitudes, tendo em vista o dilema das teorias clássicas e as teorias recentes

²² Autores que estudam a educação cívica em contextos nacionais de instabilidades institucionais: SLOMCZYNSKI & SHABAD, 1998; FINKEL & SABATINI, 2000; FINKEL, 2003; FINKEL & ERNST, 2003; CAMPBELL, 2008; FINKEL & SMITH, 2010; NIEMI, 2011.

apresentadas no capítulo anterior. Como a tese mais forte de que as atitudes mudam lentamente ao longo das gerações são relativizadas e a nova abordagem passa a declarar que é possível ocorrer mudanças atitudinais de médio e curto prazo, fica a dúvida: será que um programa de educação cívica como o Parlamento Jovem, com duração de um pouco mais de quatro meses, possui tempo suficiente para serem observadas tais mudanças atitudinais?

O Parlamento Jovem é um programa específico no contexto de um crescimento do número de programas de educação cívica nas últimas décadas²³. E eles não aconteceram, ou acontecem, de forma padronizada. Há experiências relatadas desses programas vinculados às escolas (JENKIS, 2003), organizações não governamentais (FINKEL, 2000, FINKEL *et al* 2011), organizações externas (CAROTHERS, 1997), o próprio aparato governamental (SLOMZYNSKI e SHABAD, 1998; FUKS, 2011) e instituições de ensino superior. No entanto, apesar de fomentados por instituições distintas, apresentam como aspecto comum o desejo de munir o público-alvo com informações políticas a partir de atividades, palestras, dinâmicas e vivências sobre cidadania, participação política e democracia.

Devido ao volume considerável de experiências relatadas sobre programas de educação cívica na literatura internacional, dois casos, o do Quênia, estudado por Finkel e Smith (2011), e o da Polônia, realizado por Slomzynski e Shabad (1998), foram selecionados com intuito de apresentar e ilustrar os resultados de alguns desses programas.

Em 2002, período de transição para eleições democráticas no Quênia, Finkel e Smith (2011) se dedicaram a observar como a educação cívica afetava o desenvolvimento da cultura democrática nas novas democracias. Um grande programa de educação cívica para jovens e adultos foi instaurado no país, o “*The Kenyan National Civic Education Programme*” (NCEP). A metodologia utilizada pelos autores era um painel de três tempos para avaliarem os efeitos gerados em relação às atitudes e ao comportamento dos participantes, além de contar com grupo de controle. O que quer dizer que foram comparados grupos que participaram do NCEP com grupos de não participantes. Observaram que o NCEP teve efeitos positivos de mudanças de conhecimento, atitudes e participação; e que estes, após a exposição ao programa, tornavam-se líderes formadores de opiniões em suas redes sociais.

We find first that the Kenyan National Civic Education Programmer (NCEP) affected the knowledge, attitudes, and participatory inclinations of those directly trained in the program. These individuals then became opinion leaders,

²³ Ver estudos de Finkel & Smith, 2000; e Carothers, 1997.

communicating new democratic orientations to neighbors, family members, and friends within their social networks. (FINKEL E SMITH, 2011, p. 419)

Ainda como resultado do NCEP, os autores identificaram que os efeitos da educação cívica se concentraram entre os quenianos com menor escolaridade e com baixos níveis de interação social; isso porque, se comparados a pessoas bem informadas, os menos informados possuem um “espaço cognitivo” maior para aprendizagem. Também aqueles que se expuseram mais, ou seja, foram mais frequentes às oficinas do programa, tiveram maiores ganhos de conhecimento. No entanto, em relação a atitudes e valores como tolerância, eficácia e confiança, os resultados foram mais modestos, justamente por se tratar de dimensões atitudinais, e estas mudarem de maneira mais lenta se comparadas a valores e cognição. Para Finkel e Smith (2011), esses resultados são positivos, pois ficou claro que o NCEP, como esperado, se tornou um agente eficaz de socialização democrática.

Grande parte do sucesso obtido, segundo os autores, foi atribuída à estrutura adotada no projeto. O NCEP, assim como esperado de um programa de educação cívica, valorizou duas etapas: o treinamento de indivíduos e a discussão desses indivíduos com pessoas de sua rede social. E esse segundo processo seria responsável por uma abrangência maior de um efeito triplicado do projeto na população do Quênia, pois o aprendido nas oficinas era apresentado e discutido com pessoas que não faziam parte dele. Assim os integrantes se tornaram formadores de opiniões em suas comunidades, e o efeito da socialização política secundária oferecida pelo projeto foi mais efetiva nestes do que naqueles que não discutiam os temas fora das oficinas.

A metodologia do NCEP, “método participativo”, também foi apontada por Finkel e Smith como um fator de sucesso. A metodologia participativa nas oficinas se diferencia dos métodos pedagógicos tradicionais de ensino-aprendizado, como a explanação de conteúdos e palestras. Em vez disso, propunham atividades lúdicas e dinâmicas que transferiam para os próprios participantes as tarefas de resoluções de problemas em atividades em grupos. Isso acontecia sob a supervisão não de um professor, mas de um monitor, visto como igual, cuja função era coordenar as dinâmicas e trazer questões referentes a valores e símbolos democráticos.

O segundo exemplo trata do período de redemocratização da Polônia, após o colapso do sistema comunista, apresentado pelos pesquisadores Slomczynsk e Shabad (1998), no texto *“Can Support for Democracy and the Market be Learned in School? A Natural*

Experiment in Post-Communist Poland”. Segundo o diagnóstico dos autores, em 1989, a Polônia estava mal preparada para construir uma democracia liberal e um mercado baseado em competições. Os valores da sociedade polonesa eram de uma solidariedade forte e resistente ao sistema democrático. Como estratégia, o Ministério da Educação Nacional promoveu nas escolas, com um público de até 15 anos, um programa de educação cívica chamado de “Educação Cidadã para Democracia” (ECD), que também adotaram a metodologia participativa substituindo o modelo tradicional. Seu objetivo: “ensinar” (termo utilizado pelos autores) o apoio à democracia liberal e de mercado para uma nova geração de estudantes, os quais tiveram menor exposição à “educação política” sob o antigo regime, e, dessa forma, possuíam orientações políticas e econômicas mais maleáveis (SLOMCZYNSK E SHABAD, 1998, p. 751).

O método de pesquisa foi um painel que contou com grupo de tratamento e controle entre 1994 e 1996. Os autores observaram que o ECD trazia um efeito curioso sobre as mudanças de atitudes. Em relação ao grupo de controle, os que participavam tendiam a adquirir uma atitude menos polarizada em relação ao espectro político e mercadológico; ou seja, não eram totalmente a favor nem totalmente contra a democracia e a economia de mercado. Dessa forma, esse programa de educação cívica causou um efeito não esperado sobre os participantes; aqueles que tendiam a um extremo apoio à democracia deixam de tê-lo em 1996 e passam a uma posição mais moderada. Em contrapartida, também aqueles que expressavam uma forte resistência à democracia vão para o centro do espectro ideológico, diminuindo sua postura antidemocrática (*Ibid*, p. 764).

Três possíveis explicações para esse fenômeno foram levantadas pelos autores. Primeiro, em pequenos grupos, na busca de uma solução nas discussões, o posicionamento dos participantes se concentra em torno da média. Assim, os participantes buscaram as opiniões de referências situadas no meio. Segundo, diz respeito ao efeito do pensamento crítico em processos de aprendizagens. Os alunos participantes, por se submeterem mais tempo às discussões, perceberam que pode haver algumas deficiências de uma democracia liberal e um mercado livre, adotando uma postura crítica. E, por fim, a possível explicação condizente com o processo de formação e mudança das atitudes: no modelo de ensino proposto, podem-se ter formadas atitudes de um ponto de vista negativo tanto do capitalismo democrático quanto do socialismo autoritário, fazendo com que os participantes rejeitassem os extremos.

Como visto através desses exemplos, nos últimos anos, programas de educação cívica foram fomentados na tentativa de disseminar valores democráticos, sobretudo entre os jovens de países de instituições democráticas frágeis e instáveis. Nesse sentido, espera-se que, a partir de intervenções focadas na informação e na vivência de situações políticas, os participantes aumentem seu conhecimento, interesse, alterem suas atitudes e valores políticos (FINKEL, 2011). No entanto, quais são os verdadeiros benefícios de tais programas para a construção de uma sociedade mais democrática? Como e quanto eles podem alterar as atitudes de seus representantes?

Os dois projetos apresentados são ilustrativos e possuem certa semelhança com a maior parte dos programas de educação cívica encontrada na literatura. Identificado esse contexto internacional, o olhar se desloca para o Brasil. Qual a postura brasileira adotada para a formação cívica de seus cidadãos?

Para responder a essas indagações, aqui é analisado o caso específico do Projeto Parlamento Jovem (PJ) de Minas Gerais, edição de 2008. O Parlamento Jovem (PJ) é exemplar na compreensão de como se estruturam os programas de educação cívica no Brasil²⁴, pois agrega as características que regem o funcionamento e os objetivos dos vários outros programas em execução. Mas, antes cabe situar o contexto do Projeto Parlamento Jovem.

2.1 A educação para a Cidadania no Brasil

A preocupação em se formar jovens para a cidadania se configura como uma prática de quase dois séculos, sobrevivendo a diferentes regimes políticos no Brasil. O professor Carlos Roberto Jamil Cury, ao escrever a apresentação do livro de Cosson (2008), identificou registros desses procedimentos de formação cidadã de jovens desde o Império de Pedro I, no artigo 6º da primeira lei geral de educação de 15 de outubro de 1827, a qual destacava como também papel escolar o incentivo às leituras da Constituição do Império e História do Brasil. Ao ser outorgada a Constituição Republicana de 1934, esta determinou em seu artigo 25 que exemplares da Constituição deveriam ter ampla divulgação, sendo distribuídos sobretudo aos

²⁴ Para citar experiências de educação cívica com este desenho de “simulação”, destacamos como exemplo: Parlamento Jovem Nacional, Parlamento Jovem Paulista, Parlamento Jovem Catarinense, Parlamento Jovem de Recife, Câmara de Vereadores Mirins de São Lourenço do Oeste (Santa Catarina).

alunos de ensino superior e secundário, bem como deveriam ser promovidas conferências para lhes divulgar o conhecimento.

No ano de 1961, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, determinou que fosse acrescentada ao currículo escolar uma disciplina de “Organização Social e Política do Brasil”; seu conteúdo seria norteado a partir dos princípios e valores democráticos. Reflexo do cenário político brasileiro, não tardou o deslocamento da formação democrática garantida em 1961 em uma estratégia para reafirmação do autoritarismo. Em 1969, de acordo com o Decreto de Lei nº 869, o Regime Militar instaurou a disciplina de “Educação Moral e Cívica” nos currículos, como uma estratégia de legitimar este tipo de governo.

De acordo com Cury, o período da ditadura militar brasileira ocasionou:

o silenciamento da política em bases democráticas, a censura ao espírito de crítica, a impossibilidade de uma socialização no eixo da cidadania produziram um vácuo geracional e induziram muitos dos nossos jovens a substituir a política pelo consumo, a vida societária pela vertente do indivíduo possessivo. Desse vácuo, pode-se apontar a emergência de uma espécie de degeneração da vida política que atingiu parte de nossa história política atual. (CURY, in COSSON, 2008, p. 12)

Ao término do período ditatorial, diante da efervescência da redemocratização no Brasil, garantiu-se ao ciclo básico a disciplina de Estudos Sociais e discutiu-se a implementação da disciplina de “Sociologia” no nível secundário, o que ocorreu anos mais tarde com a implementação da disciplina através da Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. O currículo básico da disciplina de sociologia destaca novamente conteúdos de cidadania, participação política e regime democrático.

Ao longo da história da educação no Brasil, percebe-se claramente que foi atribuída à escola, não por acaso, a incumbência do processo de formação política dos alunos, intrínseco aos conteúdos ministrados em sala de aula. Como visto no capítulo 1, a escola e a família são instituições responsáveis pela socialização dos indivíduos. Dessa forma, moldam atitudes e comportamentos dos cidadãos. E, de acordo com os teóricos da escola da cultura política²⁵, a democracia necessita de cidadãos com valores apropriados condizentes com o regime político em que vivem para dar legitimidade e estabilidade ao sistema político.

Além da escola, outras instituições do sistema político brasileiro também se somaram aos procedimentos da educação cívica, assumindo para si, como também função institucional,

²⁵ Ver: Putnam (1996), Inglehart (1988), Galston (2004).

a formação política dos cidadãos. Nesse aspecto, identifica-se o Poder Legislativo como precursor de um tipo de educação cívica continuada voltada para a formação democrática dos cidadãos brasileiros. Por que, no entanto, o Poder Legislativo assumiria para si essa função educativa? E quais são os procedimentos adotados por este poder para a educação cívica?

De acordo com Ribeiro (2011), a discussão sobre o papel formador do Poder Legislativo não é algo recente. O autor citou um texto do século XIX, de Walter Bagehot de 1867, o qual trazia o discurso que apontava para a atividade nobre da formação política do Parlamento:

Um grande conselho formado por homens importantes, e cujas deliberações são públicas, não pode existir em uma nação sem influir nas ideias desta nação. Seu dever é modificá-las em um bom sentido. A Câmara pode, pois, instruir o país (...). (BAGEHOT, 1867 *apud* RIBEIRO, 2011, p. 117)

Para Bagehot, segundo Ribeiro, 2011, o Parlamento, através de sua função legisladora, era fonte primária de produção e sistematização de conhecimento, uma vez que os debates travados por diferentes segmentos da sociedade nas casas legislativas traziam pontos de vista distintos e apresentavam diferentes informações, lapidando a compreensão sobre o tema discutido. E o próprio processo de discussão já era capaz de gerar informações significativas para a sociedade, e esse conhecimento poderia ser apropriado por atores de instituições distintas.

O Parlamento e a sala de aula têm esse denominador comum: ambos são lugares da palavra, da discussão, da circulação de informações, da produção do conhecimento e aprendizagem. No entanto, no parlamento delibera-se. (RIBEIRO, 2011, p. 99)

Como meio de administrar e difundir o conhecimento gerado e sistematizado pelo Parlamento, originou-se o processo de criação das *Escolas do Legislativo*. Ficou claro que o Poder Legislativo necessitava de criar espaços de discussão e aprendizagem, para munir os agentes parlamentares, servidores e técnicos com informações para qualificar o processo decisório, e também um espaço capaz de fazer circular as informações de maneira autônoma, tendo alguma distância da arena política.

As escolas do legislativo são instituições pertencentes ao poder Legislativo, sendo observadas nos níveis municipais, estaduais e federal, com a função de formação cívica,

disseminação de conhecimento para o povo brasileiro e iniciação das novas gerações aos espaços políticos. Cosson (2008) adotou o conceito de *educação legislativa* para descrever as atividades educacionais desenvolvidas pelas escolas dos legislativos e a difusão do conhecimento. As ações formativas correspondem a cursos, seminários, atividades simuladas, audiências e projetos de vivência como os Parlamentos Jovens. Para Ribeiro, “*A difusão do conhecimento é mecanismo essencial para se manter o grau de democratização do processo legislativo*” (RIBEIRO, 2011, p. 100).

No Brasil, os programas de educação cívica possuem como característica marcante serem promovidos pelo poder Legislativo²⁶ em articulação com ONGs, escolas e agentes internacionais (COSSON, 2008). Tais programas, em sua maioria, são gestados com objetivos que vão além do simples fortalecimento da democracia; por trás há, geralmente, o desejo de que a imagem do Legislativo como espaço transparente e aberto ao diálogo seja propagada (FUKS, 2008; e MANGUE, 2008).

Deve-se considerar que os programas de educação cívica são recorrentes, sendo um fenômeno que ganhou força nos últimos 40 anos. Desse modo, projetos com formatos semelhantes ao Parlamento Jovem são observados em todo o mundo²⁷. Também no Brasil há uma pluralidade de projetos equivalentes, que vão desde as câmaras municipais à Câmara dos Deputados. No

Quadro 1, encontram-se destacadas algumas experiências observadas no Brasil. Como dito, os projetos de educação cívica pretendem municiar os participantes de conhecimento e lhes proporcionar uma vivência institucional capaz de gerar socialização política, que, por sua vez, espera-se que essa experiência possa influenciar seus participantes a serem cidadãos politizados e engajados.

²⁶ Programas desse tipo podem ser observados no Congresso Nacional, nas assembleias estaduais, como também em diversas câmaras municipais.

²⁷ Um dos exemplos de maior visibilidade mundial é o *European Youth Parliament (EYP)*, que anualmente reúne cerca de 300 jovens para fazerem proposições que serão entregues ao Parlamento Europeu. Outros projetos de educação cívica que atuam ao redor do mundo: *Parlement Jeunesse du Québec*; *National Youth Parliament Competition*; *Parlamento da Catalunha*; *A Day in Parliament*; e *Parlamento de las Niñas y los Niños*.

Quadro 1 - Projetos de Educação Cívica no Brasil

<i>Projeto</i>	<i>Instituição Legislativa</i>	<i>Endereço na Web</i>
Parlamento Jovem Nacional	Câmara dos Deputados	http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/parlamentojovem
Parlamento Jovem Minas	Assembleia Legislativa	http://www.almg.gov.br/educacao/parlamento_jovem/
Parlamento Jovem Paulista	Assembleia Legislativa	http://www.al.sp.gov.br/portal/site/Internet/PJ?vgnextoid=4b15671976067110VgnVCM100000590014acRCRD
Parlamento Juvenil do Rio de Janeiro		
Parlamento Jovem Bahia	Secretaria de educação	http://www.educacao.estudantes.ba.gov.br/nod/e/889
Parlamento Jovem Santa Catarina	Escola do Legislativo/Secretaria Estadual de Educação	http://parlamentojovemalesc.blogspot.com/
Parlamento Jovem Itápolis – SP	Câmara Municipal	http://www.camaraitapolis.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=25&Itemid=67
Parlamento Jovem Pernambuco	Câmara Municipal de Recife	http://www.pernambuco.com/ultimas/nota.asp?materia=20111118123519
Câmara Mirim São Lourenço	Câmara Municipal	http://www.legislador.com.br/LegislatorWEB.ASP?WCI=Imprensa&ID=301&tp=3
Encontro estadual de vereadores mirins SC – São Lourenço do Oeste	Encontro Estadual de Vereadores Mirins de Santa Catarina, promovido pela Assembleia Legislativa, através da Escola do Legislativo	http://www.legislador.com.br/LegislatorWEB.ASP?WCI=Imprensa&ID=301&tp=3
Vereador por um dia – Arcos – MG	Câmara Municipal	http://www.camaradosvereadoresdearcos.vera.dorporumdia.html

Fonte: Construção nossa

Para alguns autores como Cosson (2008), Fuks (2011), Casaleche (2012), entre outros, a educação cívica ainda possui um papel estratégico no combate ao descrédito social das casas legislativas e se caracteriza como uma inovação institucional (FUKS 2010). A Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi considerada por Fuks (2008) e Anastasia (2001) como

pioneiras nos procedimentos de inovação institucional do Poder Legislativo. Algumas dessas ações foram: 1) em 1992, a ALMG criou a Escola do Legislativo de Minas Gerais; 2) promoveu a separação do corpo técnico do corpo político, possibilitando maior continuidade nos processos entre mandatos, além de outros benefícios trazidos; 3) instituiu a TV Assembleia como mídia direta, levando aos cidadãos mineiros as informações com transparência e em tempo real; 4) criou a Comissão Permanente de Participação Popular em 2003, que possui como objetivo acolher iniciativas de leis providas dos setores organizados da sociedade; 5) implementou a audiência pública para o PPAG (Plano Plurianual de Ação Governamental), em que mobiliza a sociedade civil para participar do processo de planejamento das políticas públicas e políticas orçamentárias; 6) investiu, de forma decisiva, em estratégias de comunicação para fazer a ponte com a sociedade, instituindo assim o Departamento de Comunicação Social da ALMG.

Segundo Fuks e Fialho (2009), a década de 1990 foi expressiva para a inovação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, pois se estruturou como um potente sistema de comunicação tanto para o público interno quanto para o externo. Dessa forma, a ALMG inaugurou com exclusividade, até o momento, o primeiro canal legislativo da América Latina, antes mesmo da TV Câmara e TV Senado Brasil. A casa legislativa ainda conta com uma estação de rádio e um *website*, considerado como um dos melhores do Brasil em termos de apresentação de conteúdo.

O conjunto dessas inovações colocou a ALMG, no decorrer da década de 1990, na “vanguarda” dos legislativos estaduais brasileiros. Mas, considerando que inovações institucionais não geram, automaticamente, mudanças nas atitudes políticas dos cidadãos, a aproximação mais efetiva da ALMG com a sociedade mineira dependeria ainda de ações na área de comunicação, envolvendo a produção e veiculação de mensagens políticas com a finalidade de tornar a ALMG mais visível e promover uma imagem pública mais favorável da instituição. Isso porque, enquanto os eventos legislativos, restritos a um público específico da sociedade, orientam-se por uma visão de mudança de longo prazo na cultura política, somente as estratégias de comunicação são capazes de gerar, no curto prazo, mudanças na opinião pública. (FUKS & FIALHO, 2009, p. 86)

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, além de todas as ações já citadas, também protagonizou, em 2004, um programa de educação cívica para jovens. Esse programa, o

Parlamento Jovem, envolveu a Escola do Legislativo de Minas Gerais, a Comissão de Participação Popular e a Universidade PUC Minas.

3 CAPÍTULO 3: DESENHO DE PESQUISA: OBJETO, HIPÓTESES E METODOLOGIA

Nos capítulos anteriores, procurou-se expor teorias, conceitos e contextos sobre a juventude, atitudes políticas, socialização política e programas de educação cívica. As discussões e reflexões elaboradas possuíram o objetivo de lançar luz, frente às teorias, para responder a seguinte questão: quais são as mudanças que ocorrem em relação às atitudes políticas daqueles que tiveram a experiência de vivência do Parlamento Jovem Minas? Antes de responder essa questão, outras perguntas foram formuladas como: de fato, há mudanças perceptíveis? Pode-se afirmar que as atitudes mudam em uma direção democrática em decorrência da participação no projeto? As atitudes mudam na mesma velocidade? Essas questões, juntamente com o marco teórico, deram origem às hipóteses de pesquisa, que são apresentadas a seguir. Por fim, o último tópico deste capítulo trata da metodologia de pesquisa.

3.1 Objeto: O Parlamento Jovem Minas

De acordo com a conceituação oficial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, “*O Parlamento Jovem de Minas é um projeto de formação política destinado aos estudantes dos ensinos médio e superior dos municípios mineiros, que cria para os jovens uma oportunidade de exercício de participação no Parlamento*” (ALMG – PARLAMENTO JOVEM, 2013²⁸).

O Parlamento Jovem foi concebido através de uma parceria entre a PUC Minas, representada pelo curso de Ciências Sociais, e a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), por intermédio da Escola do Legislativo desta instituição (ELMG). A parceria foi viabilizada por meio do Programa Conexão Assembleia, da Escola do Legislativo, criado em agosto de 2003 e destinado às instituições mineiras de ensino superior, com o objetivo de contribuir, através das parcerias, para a formação política e cidadã dos estudantes universitários de Minas Gerais.

²⁸ http://www.almg.gov.br/educacao/parlamento_jovem/

Os encontros e negociações entre a PUC Minas e a Escola do Legislativo extrapolaram as expectativas e ações do Conexão Assembleia. Dessa forma, foi-se desenhando um projeto mais complexo e peculiar, o Projeto Parlamento Jovem de Minas Gerais. Em 2004, entre os meses de fevereiro e novembro, a primeira versão do PJ foi realizada. Posteriormente, o projeto passou a contar com edições anuais. De acordo com o documento elaborado pela PUC Minas e Escola do Legislativo referente ao Projeto Parlamento Jovem 2004, o “*Projeto Parlamento Jovem ganhou vida própria e foi incorporado à agenda institucional, tanto da PUC Minas, quanto da Assembleia Legislativa de Minas Gerais*” (PUC MINAS & ELMG, 2004, p. 1). Nesse contexto, o objetivo motivador do projeto era incentivar jovens do ensino médio e superior a participarem da política e exercerem a cidadania.

O projeto Parlamento Jovem tem como objetivo geral promover a participação de jovens estudantes do Ensino Médio e Superior em discussões e proposições sobre o exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. (PUC MINAS & ELMG, 2004, p. 1)

Dessa forma, o desenho das seis primeiras edições contemplaram escolas públicas e privadas da capital mineira, Belo Horizonte. Foram 42 escolas participantes, o que mobilizou aproximadamente 800 estudantes do ensino médio juntamente com monitores universitários do curso de Ciências Sociais da PUC Minas. Como resultados efetivos do projeto, foram encaminhadas 149 proposições de leis para serem apreciadas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Em 2010, o PJ deixa de acontecer somente na capital mineira, sendo ampliado para todo o estado. Para sua viabilização, novas parcerias se firmaram com as câmaras municipais das cidades mineiras participantes. Assim, o Poder Legislativo Municipal ganhou autonomia para mobilizar escolas do ensino médio e superior de sua região, adaptando o projeto à realidade e ao contexto do município. No entanto, a coordenação geral do programa fica sob responsabilidade da Escola do Legislativo de Minas Gerais. Essa inovação formou uma “*extensa rede de educação legislativa em todo o Estado*” (ALMG – PARLAMENTO JOVEM, 2013).

Com a expansão do PJ para o Estado, os seus objetivos também se tornaram mais ousados:

- Estimular a formação política e cidadã de estudantes dos ensinos médio e superior, por meio de atividades que os levem a compreender melhor a organização dos Poderes, especialmente do Legislativo, e a importância da participação popular no Parlamento.
- Levar os jovens a se interessarem pela agenda sociopolítica de seu município e pelo exercício da participação democrática na discussão e decisão de questões relevantes para a comunidade.
- Propiciar espaço para vivência em situações de estudos e pesquisas, debates, negociações e escolhas, respeitando-se as diferentes opiniões.
- Incentivar o envolvimento das câmaras municipais em atividades de Educação para a Cidadania.

(ALMG – PARLAMENTO JOVEM, 2013)

Este trabalho de dissertação analisa o Projeto Parlamento Jovem de Minas Gerais fazendo um recorte analítico na edição de 2008, ou seja, a quarta edição do projeto. Essa edição aconteceu entre os meses de setembro de 2007 e junho de 2008. Nesse período, o contexto do projeto Parlamento Jovem se enquadrava ao desenho anterior à estadualização, que ocorreu em 2010. No ano de referência, a conjuntura em que PJ era desenvolvido concentrava-se apenas na capital mineira.

Considerando a estrutura do Parlamento Jovem que é analisado neste estudo, remonta-se a seguir ao arcabouço do projeto até o ano de 2009 e apresenta-se a descrição da edição de 2008. O PJ inicia-se com a seleção das escolas²⁹ que participarão da edição pela equipe coordenadora da PUC Minas e ALMG. Sete escolas, entre públicas e privadas, participaram da edição de 2008, a saber: Escola Santo Tomás de Aquino; Escola Estadual Walt Disney; Colégio Tiradentes PMMG – Unidade Santa Tereza; Colégio Tiradentes PMMG – Unidade Gameleira; Colégio Loyola; Colégio Frei Orlando – Unidade Carlos Prates; e Colégio Frei Orlando – Unidade Alípio de Melo. Escolhidas as escolas, estas fazem um movimento de mobilização dos alunos.

O processo de seleção dos participantes, alunos do ensino médio, pode acontecer de duas maneiras: a própria escola selecionar aqueles alunos que se destacam por possuir conhecimento diferenciado dos demais (melhores alunos), ou abrir um processo de inscrição em que oferece aos discentes a opção de participarem ou não, deixando que a escolha seja

²⁹ Havia dois procedimentos para as escolas do ensino médio participarem do PJ. O primeiro é a manifestação espontânea da escola, em que esta procura a equipe do PJ para se inscrever. A outra maneira é por indicação. A equipe da PUC Minas, juntamente com professores e monitores do projeto, e a equipe da ALMG indicam escolas para serem convidadas a participar. Cada escola podia participar no máximo de duas edições do projeto, isso para garantir que houvesse uma rotatividade entre as escolas da capital e para que outras também tenham oportunidade. Em cada edição, era mesclada a participação de escolas públicas e privadas.

feita por iniciativa dos alunos (qualquer aluno). Dessa forma, o processo de seleção dos alunos é um ponto relevante para esta pesquisa, pois aqueles que optam por participar, na média, apresentam maior nível de conhecimento se comparado com o grupo de controle.

Simultaneamente a esse processo de preparação para a abertura oficial dos trabalhos, os monitores que participaram da edição, alunos do curso de ciências sociais da PUC Minas, passaram por treinamentos ministrados por professores de ciência política da universidade e pelo corpo técnico da ALMG. A capacitação dada aos monitores visava a uni-los de conteúdos programáticos e lhes fornecer autonomia para que atuassem no desenvolvimento de oficinas de formação política para os alunos participantes do ensino médio de Belo Horizonte. Em 2008, as cinco primeiras oficinas eram teóricas e tratavam dos seguintes temas: democracia, participação política, cidadania e poder legislativo. Ao todo, os monitores tiveram atividades com carga horária de 233 horas, distribuídas em 41 horas de formação teórica e 192 horas de trabalho de campo, o que contemplava atividades como: oficinas ministradas na escola, oficinas de produção legislativa, oficina de teatro, palestras e visitas técnicas. A Figura 1 mostra uma das oficinas de preparação dos monitores realizada na Escola do Legislativo de Minas Gerais, antes do início formal do projeto.

Figura 1 - Oficina de formação para os monitores do Projeto Parlamento Jovem 2008



Descrição: Oficina de formação dos monitores da PUC Minas da edição de 2008 do PJ – Ministrante da formação: Ricardo Moreira - Local: Escola do Legislativo de Minas Gerais

Fonte: Acervo digital da ALMG

De acordo com a estrutura do PJ, para dar início aos trabalhos da edição, reuniram-se todos os participantes para escolherem e votarem o tema que o Parlamento Jovem abordaria durante aquele ano. Antes dessa sessão, as escolas participantes enviam à coordenação do projeto temas que gostariam de discutir. A coordenação fez o exercício de aglutinar da melhor forma possível os temas por grau de afinidade, através de temas e subtemas. Sistematizadas as propostas de temas, ocorreu o evento de lançamento, onde estes foram apresentados aos alunos participantes, juntamente com explicações técnicas preliminares sobre os mesmos. Após as dúvidas dos participantes serem esclarecidas, iniciou-se o primeiro processo de discussão, em que os alunos, por meio de inscrição, tomavam a palavra e faziam defesas sobre o tema que julgasse favorito. Após essa discussão, iniciava-se a votação.

Em 2008, o tema votado foi: “Jovem e Violência: provocador ou vítima?”. Os outros temas que não foram selecionados foram: “Lixo Urbano: por que sobra tanto?” e “Políticas Públicas: o jovem dá conta de fiscalizar?”. A sessão de abertura da edição analisada aconteceu no dia 12 de março no auditório da PUC Minas. **A Erro! Fonte de referência não encontrada.** representa o momento de votação dos temas da quarta edição do PJ, que ocorreu no dia 12 de março de 2008.

Figura 2 - Sessão de Abertura do Parlamento Jovem 2008



Descrição: Votação do tema da edição do Parlamento Jovem 2008 pelos participantes na sessão de abertura – Local: Auditório da PUC Minas

Fonte: Acervo digital da ALMG

Escolhido o tema, iniciou-se uma jornada de formação e capacitação política dos participantes, em que foram abordados tópicos como democracia, cidadania, participação política e poder legislativo, além de debates sobre o próprio tema da edição conduzidos por especialistas. Estabeleceu-se uma agenda de atividades, geralmente semanais, para cumprir as atividades propostas pelo projeto, como as oficinas realizadas pelos monitores nas escolas, visitas técnicas, oficinas técnicas e oficinas lúdicas para munir os participantes de informações a ponto de prepará-los para o desafio de propor “leis” para o Estado em relação ao tema escolhido. Essas propostas de leis serão votadas pelos próprios participantes na sessão da plenária final. A Figura 3 apresenta uma das oficinas técnicas que ocorreram na ALMG na edição de 2008.

Figura 3 – Oficina de formação técnica dos participantes do Parlamento Jovem 2008



Descrição: Oficina de formação técnica dos participantes da edição de 2008 do PJ – Ministrante da formação: Gomes de Oliveira e Silva (Editor Chefe do “Repórter Assembleia 1ª Edição”) – Teatro ALMG

Fonte: Acervo digital da ALMG

Os participantes, durante esse período de formação, além de se informarem, realizaram atividades de aproximação e ambientação com o Poder Legislativo e a política. Como, por exemplo, a visita à ALMG, que lhes proporcionaram ver de perto os espaços de discussões, conhecer os procedimentos legislativos, o funcionamento das comissões técnicas, mesa-diretora, entre outros aspectos, que contemplam até mesmo o contato e a aproximação com os deputados estaduais. No decorrer do projeto, com as oficinas e visitas na ELMG e ALMG, esperava-se que os alunos participantes se sentissem mais à vontade em frequentar este ambiente. Vale destacar que em Minas Gerais o PJ é o projeto de educação cívica que possui maior investimento financeiro e humano do poder legislativo estadual.

Pautados pela própria metodologia participativa³⁰ adotada pelo Parlamento Jovem Minas, nas oficinas, os participantes são desafiados a resolver problemas políticos práticos através de dinâmicas e atividades lúdicas. As atividades lúdicas, como as oficinas de teatros e entrosamento, desempenham um papel importante em relação a dois aspectos. O primeiro é auxiliar no desenvolvimento das habilidades requeridas para a participação efetiva do projeto, ou seja, trabalha a retórica, problemas com timidez, técnicas de expressão corporal e desenvoltura. Em segundo lugar, essas atividades permitem que os participantes extrapolem a convivência de seu círculo de amigos da própria escola, possibilitando que conheçam outros participantes, que poderão em momentos de negociações se aliarem para defender as pautas comuns; ou seja, nem sempre há consenso entre os participantes de uma mesma escola, o que os leva a formarem alianças com participantes de outras escolas com posicionamento semelhante e, assim, se unirem para defender seus pontos de vista.

³⁰ Metodologia participativa aos moldes da sugerida por Finkel e Smith (2011), por ser mais eficiente do que a metodologia tradicional de ensino aprendido.

Figura 4 – Oficina de teatro com os participantes do Parlamento Jovem 2008



Descrição: Oficina de teatro com os participantes da edição de 2008 do PJ – Ministrante da formação: Ludovico (Artista e produtor) – Local: Anfiteatro PUC Minas

Fonte: Acervo digital da ALMG

Após o período de formação, debates e construção de propostas de leis, iniciou-se a última etapa do projeto, a Plenária Final. Essa é a principal experiência de vivência dos jovens no Poder Legislativo oferecida pelo projeto. Em Minas Gerais, os participantes do PJ não simulam as atividades parlamentares, mas, de fato, as propostas aprovadas pelos alunos tramitarão na ALMG como iniciativas de leis; e, caso cumpram os requisitos constitucionais e institucionais, podem vir a virar Leis Estaduais; mas, para isso, primeiramente, os alunos do ensino médio e os monitores se organizam em Grupos de Trabalho (GT). Em 2008, três GT's foram formados. O papel do GT é próximo do papel das comissões parlamentares, em que grupos de alunos ficam responsáveis por estudar as propostas apresentadas, elaborar novas, fazer junções e supressões após os debates e defesas dos participantes. A Figura 5 retrata o GT que discutiu as temáticas do Estatuto da Criança e do Adolescente. Como parte do processo preparatório, antes dos GT's, cada escola escolheu os redatores, e esses participaram de uma oficina de redação legislativa.

Figura 5 – Grupo de trabalho – Estatuto da Criança e do Adolescente



Descrição: Monitores e alunos do ensino médio em grupo de trabalho para priorizarem propostas a serem levadas para a plenária final. – Local: Escola do Legislativo de Minas Gerais

Fonte: Acervo digital da ALMG

Ao todo, foram elaborados 72 projetos de leis pelos alunos, e essas propostas foram organizadas em subtemas. Os GT's tinham a missão de votar nove propostas por subtema, e, caso necessitassem, podiam propor três novas, somando um total de 11; ou seja, os participantes, por meio de negociações, tiveram o exercício de “enxugar” as propostas para serem levadas à Plenária Final. Como resultado dos grupos de trabalho, 35 propostas foram priorizadas. No dia 5 de julho de 2008, aconteceu de fato o grande evento do PJ, a realização da Plenária Final. Os alunos, reunidos na Assembleia Legislativa, tomaram o lugar dos deputados por um dia, e, assim, com energia de quem acredita que está mudando a realidade, trabalharam para propor novas ideias e ações para o Estado de Minas Gerais. Das 35 propostas enviadas à Plenária Final, por meio dos procedimentos formais da ALMG, que envolveram debates, defesas e votações dos participantes, foram priorizados 15 projetos, que compuseram o documento final entregue à Comissão de Participação Popular (CPP), representada pelo deputado estadual André Quintão (PT). Como dito, o PJ se diferencia dos demais Parlamentos Jovens do Brasil porque não se trata de uma simulação, existe a possibilidade concreta de as propostas serem promovidas a leis. As fotografias a seguir registraram a Sessão da Plenária Final de 2008.

Figura 6 – Plenária Final do Parlamento Jovem 2008.



Descrição: Abertura da Plenária Final com grupo cultural. Participantes do PJ ocuparam o lugar dos deputados por um dia – Local: Plenário Principal da ALMG

Fonte: Acervo digital da ALMG

Figura 7 – Plenária Final do Parlamento Jovem 2008



Descrição: Momento de concentração e debate das propostas– Plenário Principal da ALMG

Fonte: Acervo digital da ALMG

Figura 8 – Votação de propostas - Plenária Final do Parlamento Jovem 2008



Descrição: Momento de votação de uma das propostas na Plenária Final – Local: Plenário Principal da ALMG
Fonte: Acervo digital da ALMG

O PJ é pautado pela busca em ampliar o conhecimento político dos envolvidos³¹, desmistificar o processo legislativo e incentivar a participação. Em síntese, o esperado após PJ é encontrar ganhos de conhecimento político e verificar uma influência positiva nas mudanças de atitudes. Mas, quais atitudes o projeto consegue influenciar? Em que direção?

³¹ Até a edição de 2009 do PJ Mineiro, as oficinas de formação política eram promovidas por monitores do curso de Ciências Sociais da PUC-MG. Esse vínculo fortaleceu o objetivo do Projeto de propiciar aos participantes o aprendizado político. Devido a essa característica, não se deve ver o PJ como um projeto que quer propiciar somente a aproximação afetiva da ALMG e dos participantes.

Figura 9 – Encerramento da edição do Parlamento Jovem 2008



Descrição: Foto oficial com os participantes e monitores do Parlamento Jovem 2008 – Local: Salão dos Bandeirantes, ALMG

Fonte: Acervo digital da ALMG

Dessa forma, conhecer as mudanças de atitudes proporcionadas pelo projeto torna-se estratégico para mensurar seu efeito. Será ele um agente capaz de ocasionar mudanças nessa dimensão do comportamento político que se altera em menor velocidade que a cognição e participação política?

Embasadas na dicotomia das teorias clássicas e contemporâneas das mudanças de atitudes e socialização, juntamente com a experiência do PJ, hipóteses puderam ser formuladas.

3.2 Hipóteses de pesquisa

Mediante a literatura apresentada sobre as mudanças de atitudes, programas de educação cívica e o Projeto Parlamento Jovem Minas, algumas hipóteses foram formuladas para esse contexto, que considera o PJ como um evento político capaz de modificar as atitudes dos jovens. Como mostram os estudos de Lazarsfeld *et al.* (1968), Finkel *et al.*

(2000), Finkel & Ernest (2005), Finkel & Smith (2011), Sears & Valentino (1997), e Fuks (2012), entre outros, existe a expectativa de que os eventos políticos possam exercer um papel socializador que influencie a vida política dos cidadãos inseridos no evento. Dessa forma, a primeira hipótese formulada diz respeito à capacidade intrínseca de mudança de atitude proporcionada pelo PJ aos seus participantes, mesmo controlado por outras variáveis.

H1. O PJ se configura como um programa de educação cívica capaz de influenciar mudanças de atitudes dos que dele participam, em consonância com a teoria da mudança de atitudes em curto prazo, contrariando assim a perspectiva clássica.

Os estudos de Finkel & Sabatini (2000), Finkel & Smith (2011), Slomczynski & Shabad (1998) se basearam em premissas de que a educação cívica é um caminho possível para alcançar níveis de desenvolvimento de cidadania e competência cívica. E isso se daria a partir da transmissão de significados simbólicos, aquisições de valores e disposições adequadas de competência cívica para a sociedade. Nessa linha, o Projeto Parlamento Jovem Minas, em sua origem, possui a pretensão de desenvolver no público-alvo as características necessárias de cidadania, valores democráticos e competência cívica, por entender que esse é um perfil desejável para a democracia. Portanto, sendo o PJ um projeto de educação cívica, considerado uma agência socializadora, a segunda hipótese é formulada.

H2. As mudanças de atitudes proporcionadas pelo Parlamento Jovem Minas devem ocorrer em um sentido positivo, ou seja, mais democrático.

Por fim, pretende-se verificar se as atitudes mudam no mesmo ritmo. Segundo Finkel (2011), as atitudes são as dimensões da cultura política que modificam em menor velocidade se comparadas com outras áreas do comportamento político; portanto, pretende-se entender se há diferenças na velocidade de mudanças entre as próprias atitudes políticas. Há alguma atitude em especial em que o PJ consegue um melhor efeito? Baseado nessas inquietações, formula-se a terceira hipótese.

H3 – As mudanças de atitudes não mudam na mesma velocidade. Espera-se que a atitude em relação à escola mude mais rapidamente que as atitudes de tolerância e as atitudes sobre o comportamento clientelista. Isso é esperado pelo fato de ser uma dimensão menos abstrata, pois se localizam em um espaço explorado pelo projeto (escola); ou seja, é mais fácil de o participante perceber e colocar em prática suas novas atitudes em ambientes físicos e de convívio cotidianos.

3.3 Metodologia de pesquisa

O método utilizado para a realização deste estudo é de natureza quantitativa e faz uso da técnica de “quase experimento”. Segundo Triola (2005), “*Em um experimento, aplicamos algum tratamento e passamos, então, a observar seu efeito sobre os sujeitos*” (TRIOLA, 2005, p. 17), ou seja, busca-se identificar causalidades em relação ao fenômeno observado. Para a pesquisa aqui desenvolvida, utilizou-se de um quase experimento, não se configurando propriamente em um experimento pelo fato de a amostra não ser aleatória, o que viola o pressuposto da aleatoriedade de que os experimentos necessitam.

O contexto social é marcado por uma dinâmica complexa de fatos que ocorrem simultaneamente. Dessa maneira, corre-se o risco de se obter um efeito espúrio, ou seja, atribuir a causalidade a um fenômeno, quando de fato sua causa é outro fenômeno distinto. As metodologias que possuem a pretensão de medir efeitos causais, como os experimentos e quase-experimentos, trabalham geralmente com dois grupos: um de *tratamento*, indivíduos expostos à intervenção; e um grupo de *controle*, que são indivíduos emparelhados³² não expostos ao programa, que possuem a função comparativa para isolar o que de fato é ganho originado do projeto ou política, e não pelos contextos que a geração estava exposta – por exemplo, a efervescência das eleições de 2008 que os participantes estavam vivenciando simultaneamente ao Parlamento Jovem.

Em experimentos e quase experimentos, outro fator relevante é a variável tempo. Para mensurar quais foram as transformações que ocorreram ao longo de um período em decorrência de uma intervenção, as avaliações são compostas de, no mínimo, duas ondas, em que os indivíduos são entrevistados no início da intervenção (PJ), *ex-antes*, e outra vez esses mesmos indivíduos são entrevistados no final, *ex-post*. Dessa forma, os dados aqui analisados

³² Indivíduos emparelhados significam que, para cada indivíduo participante do projeto, se buscou outro com um perfil socioeconômico e educacional semelhante, mas que não participou da intervenção, no caso, do PJ.

se estruturam em quatro níveis de informações: dos participantes e não participantes (tratamento e controle) nos tempos 1 e 2 (antes e após as atividades do projeto). A coleta de dados realizada anteriormente à intervenção, tempo 1, é chamada também de “Marco Zero”. Vale ressaltar que durante toda a análise os termos “grupo de participantes” e “grupo de tratamento” serão utilizados como sinônimos, assim como “grupo dos não participantes” e “grupo de controle”. O Quadro 2 demonstra esquematicamente o desenho metodológico da pesquisa:

Quadro 2 - Sistematização do desenho de pesquisa (quase experimento)

Grupo Pesquisado	Tempo 1 da Pesquisa (<i>ex-antes</i>)	Política Pública ou Projeto (<i>a ser avaliado</i>)	Tempo 2 da Pesquisa (<i>ex-post</i>)
Tratamento	T ₀	Parlamento Jovem Minas	T ₁
Controle	C ₀	<i>Grupo não exposto ao projeto</i>	C ₁

Fonte: Construção Nossa (Baseado em aulas do professor Ernesto Amaral, disciplina de Metodologia, DCP, 2011)

Desse modo, a pesquisa foi a campo antes da primeira oficina do programa Parlamento Jovem, entre os meses de fevereiro e março de 2008, e novamente o questionário foi replicado ao grupo de tratamento e controle entre os meses de agosto e outubro do mesmo ano, após o término da última sessão do projeto. Esses dados fazem parte da pesquisa “*O Parlamento Jovem como espaço de socialização política*”, que, por sua vez, fazem parte de uma pesquisa ainda maior que estuda as inovações do Legislativo Mineiro e a relação com os cidadãos de Minas Gerais, cujo nome é “*Mudança Institucional e Cultura Política: Uma Análise da Imagem Pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006)*”, coordenada pelo professor Mário Fuks, do DCP/UFMG³³.

Em síntese, o banco de dados trabalhado é composto pelos integrantes do ensino médio da quinta edição do PJ de Minas Gerais, que ao todo somam 168 participantes, juntamente com o grupo de controle, composto por 167 jovens. Dessa forma, foram pesquisados 335 jovens, ou seja, houve a aplicação de 335 questionários antes do PJ ter início e mais 335 no tempo 2, ao término do programa.

Em termos metodológicos, há um viés conhecido entre os grupos de tratamento e controle. Como já mencionado neste estudo, os jovens que se interessam em participar do

³³ Agradecemos ao Professor Mário Fuks e às equipes integrantes das pesquisas por terem cedido os dados necessários para composição desta Dissertação de Mestrado.

projeto Parlamento Jovem geralmente demonstram ter mais interesse e, em consequência, possuem maiores informações sobre a política, em relação com os colegas que não quiseram ou não foram escolhidos para participar. Dessa forma, cabe perceber se o grupo de tratamento e controle possui a similaridade adequada para subsidiar o estudo tendo em vista esses aspectos em relação à seleção dos participantes e do grupo de tratamento, pois a qualidade do quase experimento está associada à qualidade do pareamento dos grupos.

Casalecchi (2012) estudou o Projeto Parlamento Jovem Minas, edição de 2008, com o olhar voltado para a relação entre a cognição e a mudança de atitudes sobre a confiança institucional dos participantes. O autor fez uso do mesmo banco de dados aqui trabalhado, e, preocupado com a questão do emparelhamento dos grupos de tratamento e controle, se embasou no estudo de Khandker, Koolwal e Samad de 2010, que ressalta a importância da simetria entre os grupos, por meio de características individuais (sexo, idade, série), ambiente familiar (classe social e a escolaridade dos pais) e ambiente escolar (perfil socioeconômico e cultural das escolas participantes).

Para tirar prova se existe a simetria necessária entre os grupos de tratamento e controle da pesquisa do Parlamento Jovem, Casalecchi elaborou um modelo de regressão logística em que a variável dependente era a “participação ou não do programa” e as variáveis independentes eram as utilizadas no pareamento, que estão citadas acima. Desse modo, a Tabela 1 representa o modelo feito por Casalecchi (2012), que comprova que “*o pareamento foi executado com sucesso, uma vez que nenhuma das variáveis apresenta efeitos com significância estatística e de magnitude*” (CASALECCHI, 2012, p. 44).

Tabela 1 - Regressão Logística. Variável dependente: ser participante do Parlamento Jovem

	Exp (B)	(Erro Padrão)	Sig.
Constante	0,583	0,427	0,207
Sexo	1,082	0,245	0,748
Escolaridade dos pais	1,095	0,214	0,672
Segundo ano	1,357	0,437	0,485
Terceiro ano	0,951	0,501	0,921
Escola militar	1,219	0,568	0,728
Escola de classe média	1,075	0,261	0,781

Escola de elite	1,589	0,396	0,242
N	294		
Qui-quadrado	3,164		

FONTE: CASALECCHI (2012) - Pesquisa “Socialização Política e Mudança de Atitudes: a experiência do Parlamento Jovem Mineiro 2008” (CASALECCHI, 2012, p. 44).

Como procedimentos metodológicos para subsidiar a análise, serão utilizados métodos estatísticos descritivos, inferenciais, como modelo de regressão logística, e, por fim, testes de hipóteses. Para conhecer o efeito do Projeto Parlamento Jovem sobre seus participantes, ainda se fará uso da técnica de “diferença em diferença”, que significa:

Através de um modelo de banco de dados “long-wise” (em que o pré-teste e o pós-teste são organizados em casos e não em observações), essa estratégia consiste na inclusão de duas variáveis dicotômicas nos modelos de regressão. Uma delas (V1) indica a situação antes (=0) e após (=1) a atividade e a outra (V2) a não-participação (=0) e a participação (=1) – e a sua interação (multiplicação). Podemos representar estatisticamente o modelo desse método em uma regressão linear (MQO) da seguinte maneira: $Y = \beta_0 + \beta_1V1 + \beta_2V2 + \beta_3V1*V2 + \text{controles} + \text{erro}$ ³⁴. (CASALECCHI, 2012, p. 45)

Portanto, é essa multiplicação “ β_3V1*V2 ” que significa a interação entre as variáveis do “tempo” e de “participação” que fornece o real efeito do Parlamento Jovem no grupo de tratamento em comparação ao grupo de controle. Desse modo, nos modelos estatísticos apresentados a seguir, a variável (tempo*participação) configura-se como a que possui maior relevância para esse estudo, pois mostra o efeito do Parlamento Jovem sobre as atitudes, e esta será controlada no modelo pelas variáveis independentes³⁵.

³⁴ Nesse caso, Y é a variável dependente, β_1V1 é o impacto de estar no tempo dois, β_2V2 o impacto de ser um participante, β_3V1*V2 o impacto da participação quando comparado com a não participação.

³⁵ O tratamento das variáveis dependentes e independentes utilizadas nos modelos estatísticos está descrito no Apêndice A.

4 CAPÍTULO 4: AS MUDANÇAS DE ATITUDES

Este capítulo analisará as mudanças de atitudes políticas dos participantes do Parlamento Jovem com a finalidade de responder às hipóteses de pesquisa apresentada no capítulo anterior. Realmente o Projeto Parlamento Jovem é capaz de mudar as atitudes dos jovens que dele participam? Essas mudanças ocorrem em uma direção democrática como esperado pelo projeto? As atitudes mudam igualmente para todos os participantes? Como já apresentado, as atitudes são dimensões do comportamento político que dizem respeito à predisposição de responder a uma situação de uma determinada forma, expressa de maneira afetiva por meio de “sentimentos”. (FUKS, 2011). E como argumentado nos capítulos anteriores, as atitudes são preditoras dos comportamentos (KROSNICK & PETTY, 1995, p.1), ou seja, um eleitor rejeita o candidato que não gosta ou não sente confiança e, como ação esperada, ele não vota nesse candidato.

Dessa maneira, as atitudes políticas dos cidadãos são estratégicas para a própria estabilidade institucional do regime político. Como amplamente discutido, a qualidade dos regimes democráticos está associada à cultura política de seu povo, como defende a escola culturalista. Sendo assim, a democracia necessita de um perfil de cidadãos com atitudes e valores democráticos. Nesse perfil, os indivíduos, além de possuir as habilidades mínimas sobre política, devem ter valores como tolerância, apoio à liberdade política, confiança interpessoal, entre outros. (FUKS & CASALECCHÉ 2011, PUTNAM, 1996; ALMOND & VERBA, 1989; FINKEL & SABATINI, 2000; FINKEL 2003; FINKEL E ERNST, 2005). Diante desse contexto da formação de cidadãos democráticos, os programas de educação cívica são uma estratégia.

Dados os níveis instáveis de legitimidade popular em muitas democracias em desenvolvimento, e os níveis relativamente baixos de capacidade de resposta política de regimes anteriores, pode-se argumentar que o papel da educação cívica deve ser para aumentar a confiança institucional, a fim de promover mais governança democrática. (FINKEL e SABATINI, 2000, p.1853)

A educação cívica foi então, apontada como um caminho possível para alcançar níveis de desenvolvimento de cidadania e competência cívica. (FINKEL & SABATINI, 2000; FINKEL & SMITH, 2011, FUKS, 2012). E isso se daria a partir da transmissão de

significados simbólicos, aquisições de valores e disposições adequadas de competência cívica para a sociedade.

A experiência do Projeto Parlamento Jovem Minas poderia ser um agente efetivo de mudanças de atitudes dos jovens? Como visto no primeiro capítulo, os estudos clássicos consideram que as atitudes são mais resistentes à mudança do que as demais dimensões do comportamento político, e ainda, é a infância o momento da vida apropriado para sua aquisição e cristalização. Nesse sentido, as mudanças sociais profundas são passíveis de ocorrer somente a longo prazo e a partir das substituições das gerações. As teorias contemporâneas já argumentam que é possível que as mudanças ocorram ao longo de toda a vida dos indivíduos. Considerando esse embate entre as teorias, será o PJ capaz de modificar as atitudes dos jovens em um período menor que um semestre letivo? Está posto o desafio.

4.1 As mudanças de atitudes decorrentes do Projeto Parlamento Jovem

Para explorar e identificar as mudanças ou não de atitudes políticas nos participantes do PJ, três dimensões são analisadas: atitudes na escola (espírito democrático); atitudes em relação a grupos (tolerância); e atitudes em relação à certas práticas políticas (ações clientelistas). Espera-se, ao investigar as atitudes, desvendar o efeito do Projeto Parlamento Jovem sobre elas, para assim, contribuir com o campo de estudo sobre o comportamento político.

Dessa forma, os dados serão analisados de acordo com cada dimensão das atitudes. Para cada uma, serão apresentados gráficos que retratam as atitudes dos grupos de tratamento e controle ao longo das duas ondas de entrevistas (tempo 1 e tempo 2). Posteriormente, seguem gráficos sobre as mudanças efetivas de atitudes que ocorreram após o Parlamento Jovem no grupo de tratamento e grupo de controle, por meio da técnica de Diferença em Diferença (Dif. Em Dif)³⁶. Testes de significância estatística como qui-quadrado serão

³⁶ A técnica de Diferenças em Diferença (Dif. em Dif.) consiste da subtração do tempo 2 pelo tempo 1. Dessa subtração, o resultado igual ou próximo a 0, quer dizer que há pouca ou nenhuma mudança nas atitudes, permanecendo o entrevistado com o mesmo posicionamento no tempo 1 e no tempo 2. Quanto maiores os resultados positivos alcançados, maiores os ganhos. E se negativo, isso significa que houveram perdas. Estes resultados ainda são comparados entre os grupos de tratamento e controle. Se os resultados dos participantes forem maiores do que o do grupo de controle, a diferença entre eles mostrará o que de fato é efeito do programa de educação cívica Parlamento Jovem.

realizados. E por fim, apresentam-se análises multivariadas, regressões logísticas que mensuram o efeito do Projeto Parlamento Jovem sobre as atitudes dos participantes, sendo controladas por características da família, escola e atributos individuais.

4.1.1 Mudanças de atitudes na escola (Espírito Democrático)

A escola é um agente de socialização eficiente de crianças e jovens, como visto nos capítulos anteriores, e também, é o ambiente alvo do Parlamento Jovem, ou seja, o projeto trabalha diretamente com jovens do ensino médio de escolas públicas e particulares. Desse modo, espera-se que seja perceptível a influência dele sobre o espírito democrático destes jovens em relação à vivência cotidiana na escola. Espírito democrático é um conceito abstrato em que as atitudes são congruentes com o esperado em um regime democrático, expressas, nesse caso, no ambiente escolar. Para esta análise, quatro variáveis foram selecionadas: a primeira, diz respeito a uma situação de escolha do representante de turma; a segunda, sobre os procedimentos para escolher o destino de uma excursão pelo representante; a terceira, formas de resolução de problemas pelo grupo; e por fim, o posicionamento dos alunos frente a um debate com o professor.

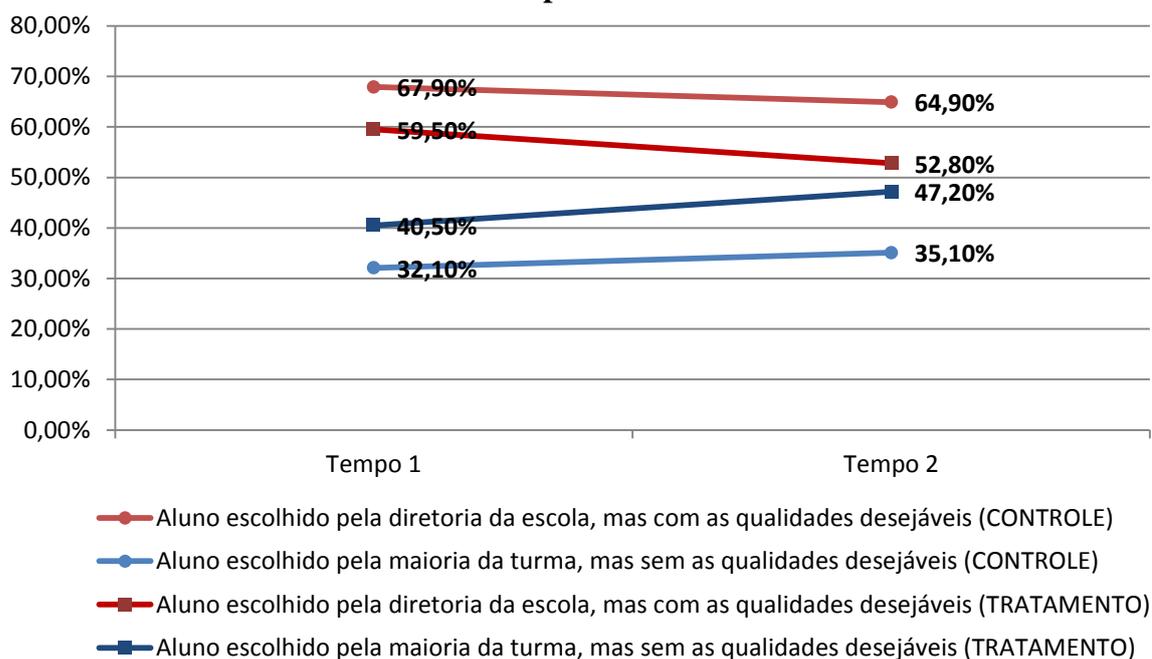
O que seria mais adequado na escolha de um representante de turma? Os entrevistados responderam a essa questão antes do início do PJ (tempo 1) e também, após seu término (tempo 2). Tinham a opção de escolher entre: “*Aluno escolhido pela diretoria da escola, mas com as qualidades desejáveis*” ou “*Aluno escolhido pela maioria da turma, mas sem as qualidades desejáveis*”. Em um regime democrático, espera-se que as decisões sobre os representantes sejam tomadas coletivamente e não impostas sem consulta aos cidadãos por agentes detentores do poder. Desse modo, a decisão coletiva é soberana, configurando-se assim, como uma ação mais democrática.

Como representado no Gráfico 1, a maior parte dos entrevistados acharam que seria melhor a diretora escolher o perfil mais adequado para o representante de turma, no entanto, os participantes do Parlamento Jovem (grupo de tratamento) começaram com um posicionamento mais democrático em relação ao grupo de controle, sendo 40,50% que gostariam que o representante fosse escolhido pela maioria, mesmo ele não tendo o melhor perfil, contra 32,10% defendido pelos não participantes. Nota-se que, no tempo 2, o grupo de

tratamento se diferencia ainda mais do grupo de controle, adotando uma postura um pouco mais democrática, em consequência, menos autoritária, de 40,50% que defendiam a escolha coletiva passaram para 47,80%. E os que preferiram a escolha feita pela diretora caíram de 59,50% para 52,80%. No grupo de controle também houve ganhos de atitudes democráticas, mas estes foram mais modestos do que os dos participantes do PJ, inicialmente, eram 32,10% que apresentaram atitudes democráticas, e no tempo 2, esse número cresceu para 35,10%.

Com o intuito de facilitar a leitura dos gráficos, o seguinte padrão foi adotado ao longo do trabalho: as cores vermelhas representam as atitudes não democráticas e azuis, atitudes democráticas. As cores mais intensas fazem menção ao grupo de participantes (tratamento), que também podem ser identificados com o símbolo do quadrado. As cores mais claras dizem respeito ao grupo de controle e suas extremidades são arredondadas³⁷.

Gráfico 1 – Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: O que seria mais adequado na escolha de um representante de turma?

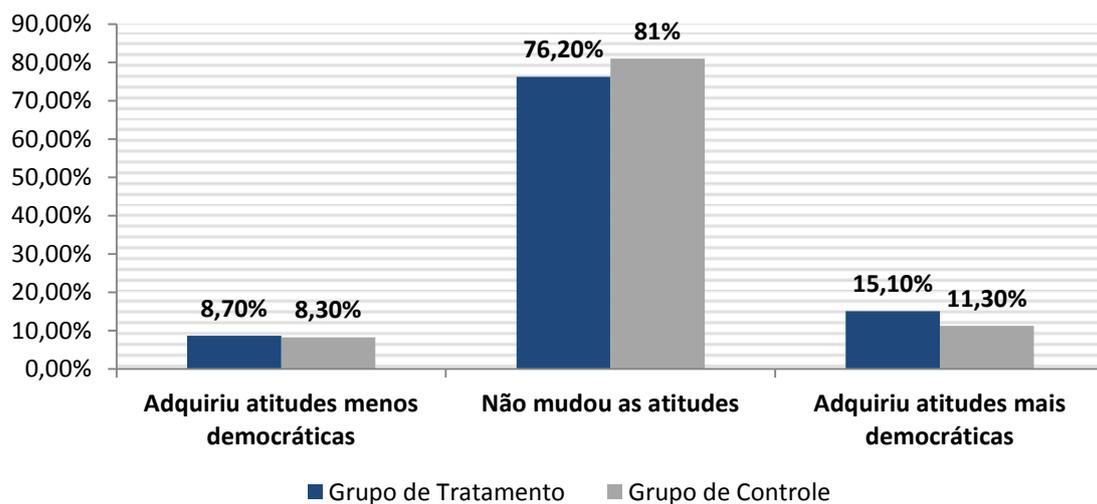


Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

³⁷ Para as análises apresentadas, os valores *missing* foram recategorizados como 0. Ou seja, os casos que não souberam ou não responderam foram enquadrados de maneira conservadora indicando uma atitude antidemocrática.

Ao analisar profundamente as mudanças de atitudes em relação à escolha dos representantes de turma, por meio da técnica dif. em dif., percebe-se com maior detalhamento como as mudanças ocorreram de fato. A maior parte dos participantes mantiveram-se coerentes entre o tempo 1 e o tempo 2, não mudando suas atitudes, como indica o Gráfico 2. Porém, os participantes do Parlamento Jovem tiveram uma mudança maior, 23,80%, se comparados com o grupo de controle, 19%. A direção predominante da mudança de atitudes ocorreu em um sentido mais democrático para ambos os grupos analisados, portanto, os participantes do Parlamento Jovem tiveram maior expressividade, 15,10%, enquanto o grupo de controle ficou 11,3%.

Gráfico 2 – Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - O que seria mais adequado na escolha de um representante de turma?



Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

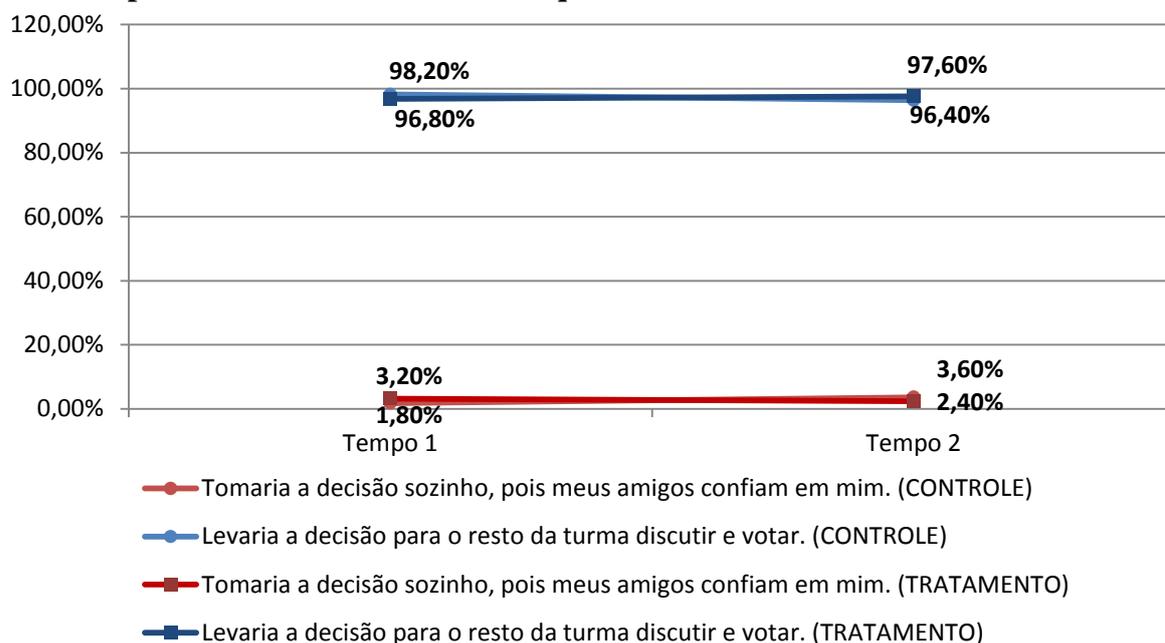
De acordo com o teste de qui-quadrado identificou-se que há relação estatística significativa ao nível de 95% entre o posicionamento dos participantes e não participantes no tempo 2 e a maneira de escolha do representante de turma ($\chi^2 = 4,106$ e $p < 0,05$). Pode-se afirmar assim, que os participantes ao final do projeto possuíam atitudes mais democráticas do que os não participantes em relação a escolha do representante de turma. Mas, não se pode afirmar que esse efeito foi decorrente do PJ, pois, não se identificou significância estatística entre as mudanças de atitudes encontradas e os grupos de controle e tratamento ($\chi^2 = 0,964$ e $p > 0,1$). Ou seja, os participantes do Parlamento Jovem já começam o projeto com um posicionamento mais democrático do que o grupo de controle ($\chi^2 = 2,177$ e $p < 0,1$) no tempo

1, e no tempo 2, como visto, se tornaram ainda mais democráticos. Mas, ao considerar as mudanças ocorridas, essas não puderam ser atribuídas ao PJ, porque não houve relação estatística entre a diferença das mudanças de atitudes com os grupos analisados. Esses testes demonstraram o efeito do viés caracterizado pelo perfil dos participantes, que somente pelo fato de participarem do PJ sugere-se que estes tenham mais interesses e informações sobre política do que o grupo de controle, como descrito na metodologia.

Foi perguntado aos entrevistados: “O que você faria se fosse representante de turma e tivesse que escolher o destino de uma excursão?” As opções de respostas eram: “*Tomaria a decisão sozinho, pois meus amigos confiam em mim*”, ou “*Levaria a decisão para o resto da turma discutir e votar*”. Aqueles que disseram que tomariam a decisão sozinho devido os amigos confiarem nele é considerado menos democrático do que aqueles que levariam a decisão para o restante da turma discutir e votar. Como mostra o Gráfico 3, tanto o grupo de tratamento quanto o grupo de controle apresentaram um alto padrão de respostas no sentido democrático. Quase a totalidade dos entrevistados preferiram levar a decisão para ser discutida e votada pela turma. No tempo 1, 96,80% dos participantes escolheram essa opção e houve uma ligeira ascensão no tempo 2 para 97,60%. Já o grupo de controle, 98,20% defenderam a deliberação da turma no tempo 1, e no tempo 2, esse percentual teve uma leve queda indo para 96,40%.

Nesse caso, a priori, o potencial do efeito do Projeto Parlamento Jovem é praticamente nulo, isto porque os jovens já apresentavam em quase sua totalidade um posicionamento democrático, não tendo o projeto uma margem para proporcionar mudanças. Ou seja, 100% dos jovens com posicionamento democrático em relação à escolha do destino da excursão é o teto máximo que o projeto pode alcançar, no entanto, os participantes já iniciaram o programa com 96,80%, sobrando ao PJ uma margem mínima de 3,20% para poder efetuar mudanças. Ainda assim, no tempo 2 se observou uma ligeira elevação desse grupo.

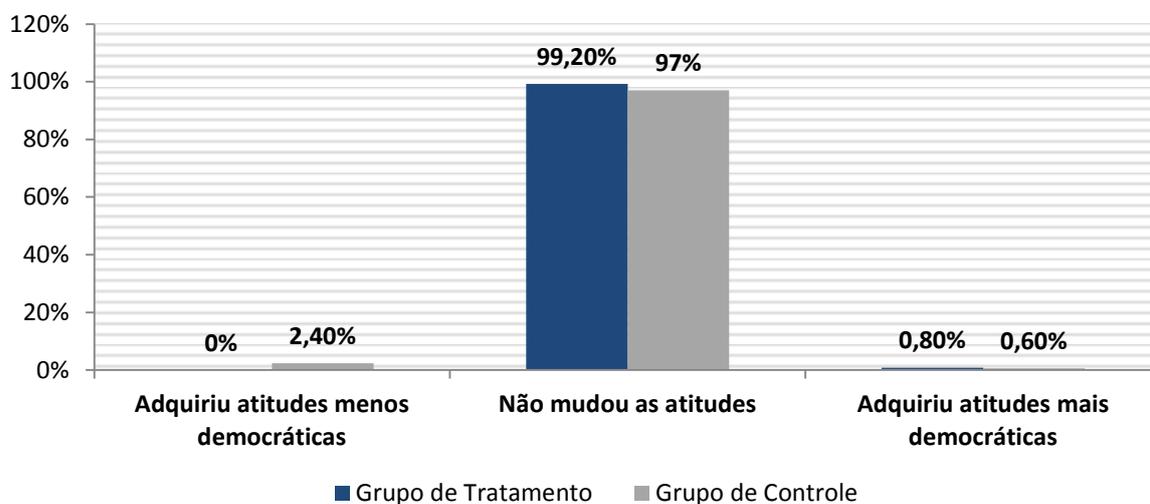
Gráfico 3 - Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: O que você faria se fosse representante de turma e tivesse que escolher o destino de uma excursão?



Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

De acordo com o Gráfico 4, 99,20% dos participantes do PJ não mudaram suas atitudes, devido ao fato dessas já estarem alinhadas com a direção democrática trabalhada pelo projeto (houve um caso, 0,80%, que adquiriu atitudes mais democráticas). Já o grupo de controle obteve uma mudança de atitudes de 3%, sendo que 2,40% adquiriram atitudes menos democráticas e 0,60% atitudes mais democráticas. De acordo com os testes estatísticos de qui-quadrado, de fato, não foi identificado diferenças significativas entre os grupos de tratamento e controle em relação à variável analisada ($\chi^2 = 0,597$ e $p > 0,1$) e nem em relação à diferença das mudanças de atitudes ($\chi^2 = 3,076$ e $p > 0,1$).

Gráfico 4 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - O que você faria se fosse representante de turma e tivesse que escolher o destino de uma excursão?



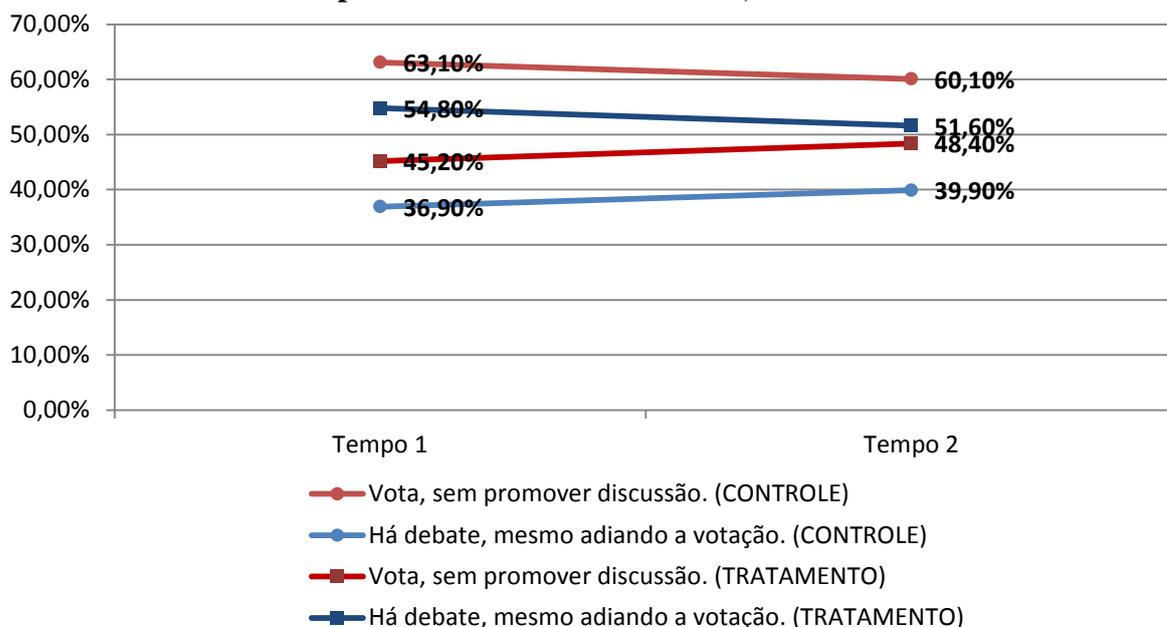
Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

A terceira variável avaliada dentro da dimensão das atitudes na escola em relação ao espírito democrático foi a que analisa a propensão ao debate do grupo para resolução de problemas. Foi perguntado: “Na sala de aula, quando há um problema que precisa da escolha da maioria o que seria melhor na sua opinião? *Colocar o problema em votação sem perder tempo com discussões*, ou *colocar o problema em debate, gastando tempo e adiando a votação?*” Aqueles que preferiram o debate, mesmo que este gastasse tempo ao ponto de ser necessário o adiamento da votação são considerados mais democrático do que aqueles que simplesmente colocariam o tema para votação sem antes proporcionar um momento de explanação dos pontos de vista e difusão de informações. Desse modo, os participantes do Parlamento Jovem, novamente, começaram o tempo 1 com um posicionamento mais democrático do que o grupo de controle, foram 54,80% contra 36,90% que preferiram abrir o debate mesmo que tivessem que adiar a votação. A maior parte do grupo de controle, 63,10% preferiu votar, sem promover discussões.

Ao longo do tempo, um efeito curioso foi observado. O grupo de controle, mesmo com um posicionamento menos democrático, mudaram suas atitudes no sentido democrático. Inicialmente, os que abririam o debate eram 36,90% no tempo 1, e passaram para 39,90% no tempo 2, como mostra o Gráfico 5. Paradoxalmente, o grupo de participantes do PJ apresentou um aumento de atitudes menos democráticas, ou seja, no tempo 1, 54,80% abririam o debate antes de votar, já no tempo 2 o número caiu para 51,60%. E em

consequência, 45,20% votariam sem fazer debates e esse número cresceu para 48,40% no tempo 2.

Gráfico 5 - Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Quando há um problema que precisa da escolha da maioria, você...



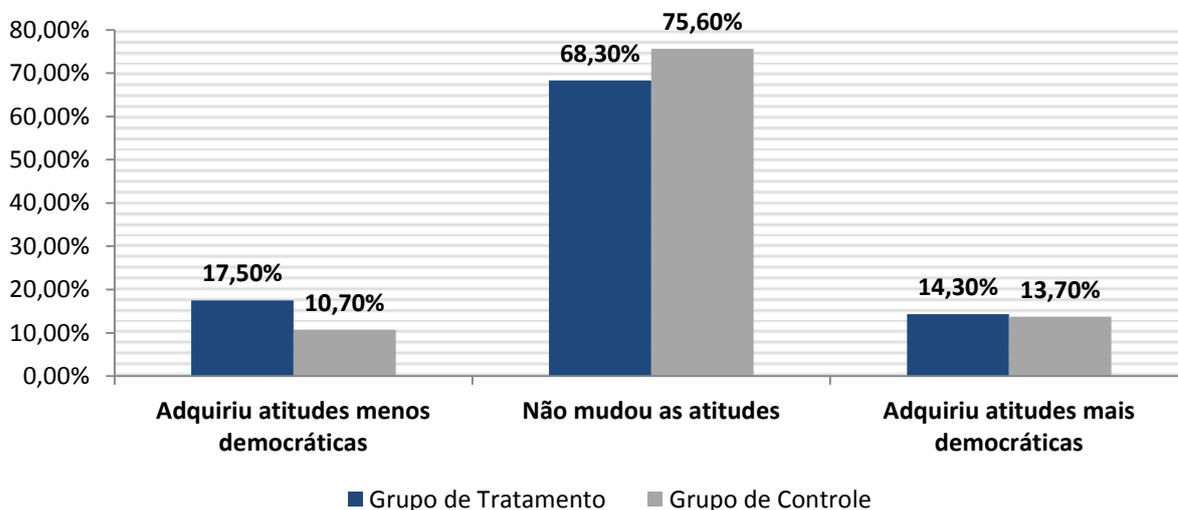
Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Ao analisar as mudanças de atitudes por meio da técnica de diferença em diferença, percebe-se que o grupo de tratamento obteve mudanças de 31,70% das atitudes em relação a essa variável, já o grupo de controle tiveram mudanças de 24,40%. Como retrata o Gráfico 6, 14,30% dos integrantes do grupo de tratamento adquiriram atitudes positivas em relação ao espírito democrático contra 13,70% do grupo de controle. No entanto, 17,5% dos participantes do Parlamento Jovem adquiriram atitudes negativas, menos democráticas, enquanto apenas 10,70% do grupo de controle a contraiu. Ou seja, o saldo da mudança de atitudes foi negativo para os participantes do PJ.

De modo geral, pode-se afirmar com o nível de confiança estatística de 99% que os participantes do Parlamento Jovem iniciaram o tempo 1 com um posicionamento diferenciado em relação ao grupo de controle em uma direção mais democrática ($\chi^2 = 9,293$ e $p < 0,01$). E apesar de se observar maiores mudanças de atitudes em um sentido antidemocrático do que democrático no tempo 2, o grupo de tratamento ainda assim continuou com uma diferença

significativa ao nível de 95% ($\chi^2 = 3,988$ e $p < 0,05$). No entanto, ao realizar o teste de qui-quadrado entre as diferenças das mudanças de atitudes no tempo 2 menos o tempo 1 e os grupos de tratamento e controle, não houve significância estatística para afirmar que existe uma dependência entre a aquisição de atitudes negativas e a participação do PJ. Ou seja, não foi possível associar as mudanças de atitudes observadas com a participação ou não do Parlamento Jovem. Novamente, nessa variável, observou-se o viés da escolha dos participantes no PJ em contraponto ao grupo de controle.

Gráfico 6 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - Em um debate na escola com professores e alunos, você...

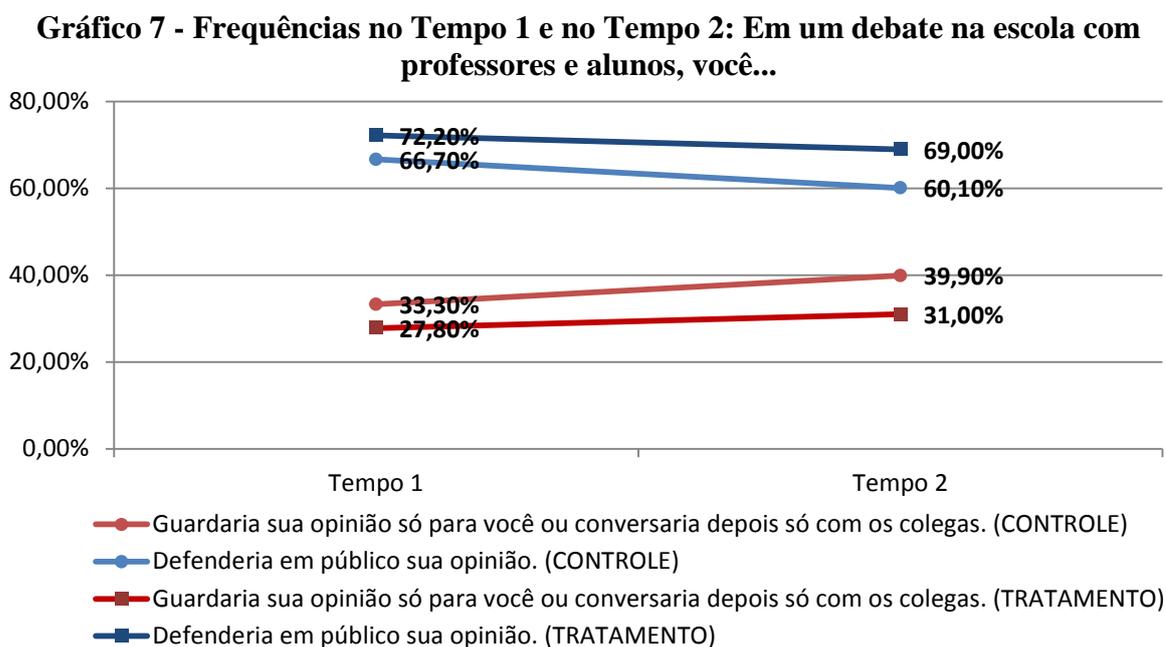


Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Por fim, a última variável a compor a dimensão das atitudes na escola diz respeito ao posicionamento do aluno em debates com seus colegas e professores. Foi perguntado: “Em um debate na escola com professores e alunos, você...” a). “*guardaria sua opinião só para você ou conversaria depois só com colegas*” ou b) “*Defenderia em público sua opinião*”³⁸. Aqueles que dispuseram a se expressar publicamente debatendo suas opiniões em público pertencem a um perfil mais desejável ao regime democrático. E dessa forma, a maioria dos entrevistados, tanto o grupo de controle, 66,70%, quanto do grupo e tratamento, 72,20%, demonstraram possuir essa predisposição a se posicionarem. Percebe-se que o grupo de tratamento no tempo 1 começou com uma vantagem de cerca de 6 pontos percentuais em um

³⁸ Ver em apêndice a construção binarizada dessa variável.

sentido mais democrático do que o grupo de controle. Como exposto no Gráfico 7, ao passar do tempo, ambos os grupos perderam atitudes democráticas, sendo o grupo de controle o que mais sofreu. Entre aqueles que disseram defender sua opinião em público, o grupo de tratamento começou com 72,20% e caiu para 69%; o grupo de controle no tempo 1 começou com 66,70% e caiu para 60,10%. E conseqüentemente, aqueles que guardariam a opinião apenas para si ou conversaria com um colega aumentaram.



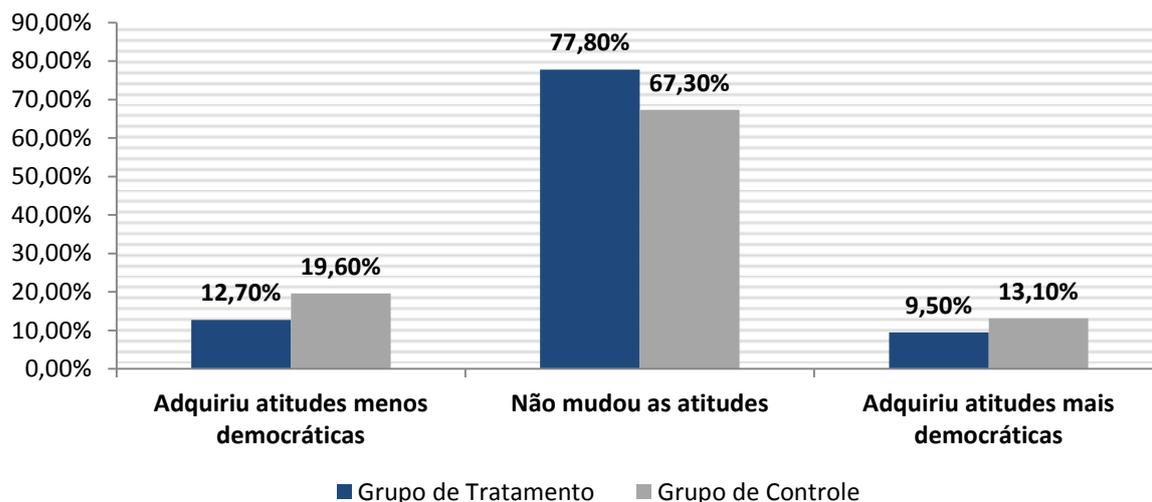
Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

O Gráfico 8 apresenta as diferenças de atitudes do tempo 2 para o tempo 1. Observou-se 22,20% de mudanças de atitudes no grupo de tratamento, sendo que 12,70% referiram-se a aquisição de atitudes menos democráticas e 9,50% de aquisição de atitudes mais democráticas, ou seja, as mudanças no sentido negativo prevaleceram sobre o sentido positivo. No entanto, o grupo de controle perdeu mais do que o grupo de tratamento. Foram 32,70% desse grupo que mudaram suas atitudes, sendo 19,60% em uma direção menos democrática e 9,5% em uma posição mais democrática.

Os testes estatísticos de qui-quadrado mostraram que a diferença de posicionamento do grupo de controle e tratamento no tempo 1 não são estatisticamente significantes para essa variável ($\chi^2 = 1,039$ e $p > 0,1$). Também, no tempo 2, apesar da diferença de posicionamento entre os grupos se acentuar não se pode afirmar que existe uma associação entre opinar em

debates na escola e ser ou não participantes do Parlamento Jovem ($\chi^2 = 2,489$ e $p > 0,1$). Observa-se que o grupo de controle mudou com maior intensidade suas atitudes em um sentido antidemocrático do que os participantes do PJ.

Gráfico 8 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - Em um debate na escola com professores e alunos, você...



Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

De modo geral, a partir dos testes de significância estatística apresentados para as variáveis dessa dimensão, não foram encontrados efeitos significativos do Projeto Parlamento Jovem em relação ao espírito democrático dos jovens no ambiente escolar. E também, não se verificou um padrão de mudanças claro entre as variáveis analisadas, ou seja, ora se observava mudanças em um sentido mais democrático, ora a tendência era antidemocrática, ora a mudança era singela, não havendo contraste entre o tempo um e o tempo dois. Para verificar com maior precisão o efeito ou não do Parlamento Jovem sobre os participantes foi feito um modelo estatístico multivariado de regressão logística expresso na Tabela 2. Como descrito na metodologia, o efeito do Parlamento Jovem sobre as atitudes é visualizado na interação (multiplicação) da variável tempo pela variável participação no projeto (tratamento), pois esta representa o efeito líquido do programa. A interpretação do modelo estatístico é feito da seguinte forma *[(Exponencial do Beta - 1).100]*.

Dessa maneira, como mostra a tabela abaixo, não houve efeito estatisticamente significativo do projeto em relação às atitudes do espírito democrático. Não se pode afirmar

que os resultados observados são efeito do PJ, embora seja possível identificar as tendências sobre as mudanças. Para esse modelo estatístico simplificado, observa-se que somente as variáveis “Escolha do Representante de turma” e “Resolução de problemas coletivos” apresentaram significância estatística em relação à variável tratamento, o que significa que os participantes do Parlamento Jovem possuíam 43% a mais de chances de escolherem os representantes de turma de forma democrática, e possuíam 107% a mais de chances de resolverem os problemas de formas coletivas em comparação com o grupo de controle. Mas como visto, esse efeito é oriundo do viés da escolha dos participantes do PJ.

Tabela 2 - Modelo de Regressão Logística 1 - Variáveis dependentes: dimensão das atitudes na escola (espírito democrático)

	Escolha do Representante de Turma	Escolha do Destino da Excursão	Resolução de problema (escolha da maioria)	Posicionamento em debate com professores e alunos
	Exp (B) (Erro Padrão)	Exp (B) (Erro Padrão)	Exp (B) (Erro Padrão)	Exp (B) (Erro Padrão)
Intercepto	0,474*** (0,165)	55,000*** (0,583)	0,585*** (0,160)	2,000*** (0,164)
Tempo	1,143 (0,231)	0,491 (1,054)	1,134 (0,224)	0,754 (0,227)
Tratamento	1,436* (0,245)	0,555 (0,773)	2,070*** (0,240)	1,300 (0,308)
Tempo * Tratamento	1,133 (0,344)	2,738 (1,054)	0,776 (0,338)	1,138 (0,358)
N	588	588	588	588
Qui-quadrado	7,491*	1,199	13,310***	5,272*

Obs: O (Erro Padrão) de cada coeficiente está entre parênteses.

Nota: * p < 0,1 ; ** p < 0,05; *** p < 0,01. (Teste Uni-caudal)

Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Para compreender quais são as variáveis que influenciam as mudanças das atitudes em relação ao espírito democrático, realizou-se um novo modelo multivariado de regressão logística adicionando variáveis de controle. Como mostra a Tabela 3³⁹, a inclusão das variáveis de controle não alteram a falta de efeito do PJ sobre as atitudes em relação ao

³⁹ **Nota Metodológica sobre os modelos estatísticos:** As variáveis de controle dos modelos estatísticos apresentados não medem propriamente as mudanças de atitudes no período do Parlamento Jovem, mas referem-se ao impacto da média entre as observações do tempo 1 e do tempo 2.

espírito democrático. No entanto, importa para a determinação dessas atitudes as características da família, o tipo de escola em que os jovens estudam e suas características individuais. Os alunos que possuíam pais com escolaridade elevada tiveram 47,20% a mais de chances de escolherem um representante de turma de modo mais democrático do que os alunos com pai de baixa escolaridade. E pais que possuíam um perfil participativo elevavam em 27,90 % as chances dos filhos fazerem a escolha democraticamente. Tendo como referência os alunos da escola pública, jovens que estudavam em escola de classe média possuíam 134,90% de chances a mais de escolherem os representantes de turma de forma deliberativa, e os alunos de escola de elite, 135,80% a mais de chance. Em relação à resolução de problemas, alunos de escolas de classe média elevavam em 155,40% suas chances de resolverem de forma democrática, e os alunos de escola de elite possuíam 191,30% a mais de chance em relação aos alunos da escola pública. As escolas militares não influenciaram as atitudes democráticas em relação ao espírito democrático para a maior parte das variáveis dependentes.

As características individuais dos jovens também são importantes na formação das suas atitudes políticas. Jovens que possuíam uma postura crítica tiveram 78,70% a mais de chance de escolherem o líder democraticamente, 69,70% a mais de chance de resolverem os problemas dessa forma e 89,90% de chances de se posicionarem em um debate com professores, do que aqueles que não possuem postura crítica.

Para a variável “posicionamento em debate com professores e alunos”, influenciaram as características individuais e a religiosidade. De maneira geral, as igrejas foram responsáveis por impactar positivamente as atitudes políticas dos jovens em relação ao espírito democrático. A religiosidade aumentou 35,10% as chances dos jovens resolverem os problemas democraticamente e 52,20% as chances de se posicionarem em um debate com professores se comparados aos que não são religiosos. E sobre a escolha do destino da excursão, ser religioso aumentou 16 vezes a chance de uma atitude democrática.

Tabela 3 - Modelo de Regressão Logística 2 - Variáveis dependentes: dimensão das atitudes na escola (espírito democrático)

	Escolha do Representante de Turma	Escolha do Destino da Excursão	Resolução de problema (escolha da maioria)	Posicionamento em debate com professores e alunos
	Exp (B) Erro Padrão	Exp (B) Erro Padrão	Exp (B) Erro Padrão	Exp (B) Erro Padrão
Intercepto	0,167*** (0,465)	14,235** (1,217)	0,179*** (0,419)	0,110*** (0,551)
Tempo	1,139 (0,255)	0,462 (0,744)	1,190 (0,241)	0,499** (0,331)
Tratamento	1,171 (0,284)	0,726 (0,319)	2,224** (0,270)	0,914 (0,055)
Tempo * Tratamento	1,080 (0,385)	2,985 (1,098)	0,698 (0,364)	1,593 (0,511)
Escolaridade dos Pais	1,472** (0,182)	2,387** (0,493)	1,122 (0,168)	0,915 (0,228)
Participação dos Pais	1,279*** (0,102)	0,730 (0,260)	0,987 (0,888)	1,165 (0,140)
Escola Pública	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Escola Militar	1,306 (0,398)	5,447* (1,250)	0,849 (0,348)	1,534 (0,451)
Escola de Classe Média	2,349** (0,432)	1,404 (1,022)	2,554*** (0,386)	0,884 (0,522)
Escola de Elite	2,358** (0,497)	0,851 (1,208)	2,913*** (0,451)	1,811 (0,610)
Primeiro Ano	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Segundo Ano	2,019*** (0,213)	1,080 (0,014)	1,199 (0,202)	0,822 (0,282)
Terceiro Ano	2,991*** (0,213)	0,502 (0,721)	1,303 (0,305)	0,856 (0,422)
Propensão a debater	0,762 (0,223)	0,774 (0,623)	1,106 (0,207)	32,296*** (0,271)
Interesse por política	0,935 (0,229)	1,259 (0,672)	0,818 (0,217)	1,207 (0,287)
Postura Crítica	1,787*** (0,242)	1,069 (0,660)	1,697*** (0,223)	1,899*** (0,289)
Religioso	0,829 (0,210)	17,618*** (0,781)	1,351* (0,205)	1,522* (0,284)
N	588	588	588	588
Qui-quadrado	95,328***	30,191***	65,897***	287,650***

Obs: O (Erro Padrão) de cada coeficiente está entre parênteses.

Nota: * p < 0,1 ; ** p < 0,05; *** p < 0,01. (Teste Uni-caudal)

Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Ao incluir as variáveis de controle no modelo estatístico também não se percebeu uma padronização quanto ao comportamento dos impactos das variáveis independentes nas variáveis dependentes. No entanto, as variáveis sobre o perfil da família, tipo de escola e religiosidade causaram impactos importantes e positivos sobre as atitudes do espírito democrático na escola. A família, a escola e a igreja são instituições de socialização primária e secundária dos indivíduos, e as atitudes políticas aqui observadas são influenciadas principalmente por elas, não tendo o Parlamento Jovem a mesma força de formação das atitudes nessa dimensão.

4.1.2 Mudanças de atitudes em relação a certas práticas políticas (Clientelismo)

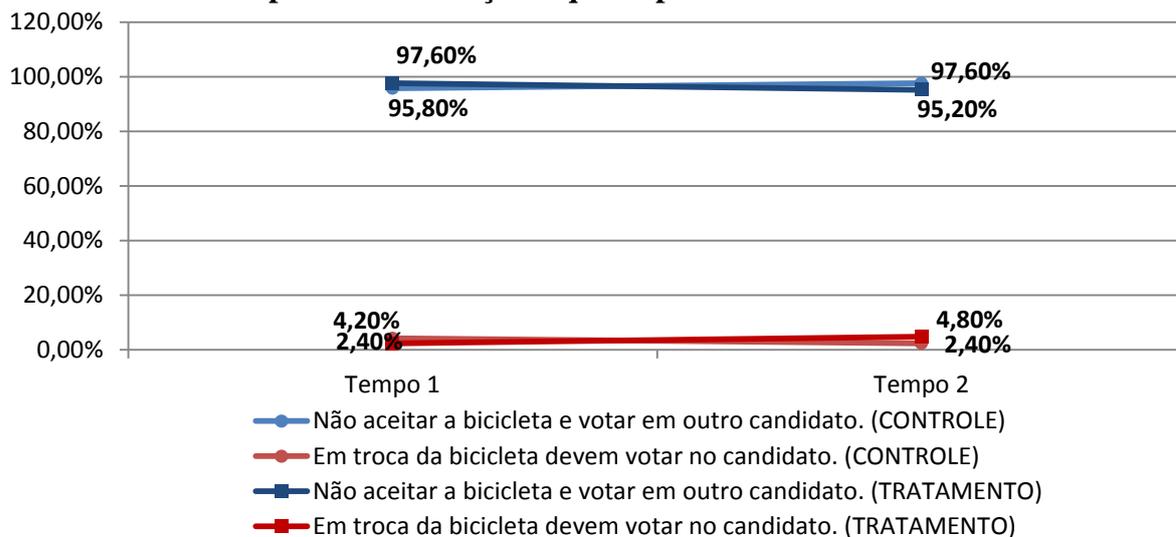
A prática clientelista diz respeito à prestação ou recebimento de favores políticos, seja de natureza eleitoral ou não, que se configura em trocas de benefícios pessoais ou de um grupo. A prática clientelista é uma prática antiga disseminada no território brasileiro e que, de algum modo, faz parte da cultura política dos cidadãos⁴⁰. Desse modo, espera-se que após a participação dos jovens no programa de educação cívica Parlamento Jovem, os alunos percebam a importância da ética na política e as implicações de se escolher candidatos honestos e que não utilizem das práticas de venda e compra de votos e permutação de favores.

Para captar as atitudes em relação às práticas políticas, principalmente em relação ao clientelismo, perguntou-se aos entrevistados: “Um candidato oferece uma bicicleta para uma criança. O que os pais deveriam fazer?”. As respostas oferecidas eram: “*Não aceitar a bicicleta e votar em outro candidato*” ou “*Em troca da bicicleta devem votar no candidato*”. A postura clientelista caracterizam aqueles que escolheram a primeira opção, aceitar a bicicleta. No entanto, apenas uma pequena parcela dos jovens pesquisados fizeram essa escolha: foram 2,40% do grupo de tratamento no tempo 1, crescendo para 4,80% no tempo 2; e 4,20% das respostas do grupo de controle no tempo 1, caindo para 2,40% no tempo 2, como mostra o Gráfico 9. Quase a totalidade dos jovens afirmou a preferência pela prática não clientelista (grupo de tratamento, 97,60% e grupo de controle 95%), se assemelhando ao exemplo do “teto” aqui mencionado. Ou seja, como quase a totalidade dos jovens já possuíam

⁴⁰ O autor Vítor Nunes Leal (1948) com seu livro clássico *Coronelismo Enxada e Voto*, documentou de maneira detalhada as raízes do coronelismo no Brasil.

atitudes democráticas não clientelistas correspondentes ao esperado ser transmitido pelo projeto, havia um “espaço” muito pequeno para o PJ operar, se tornando impossível este exercer um grande efeito no sentido positivo.

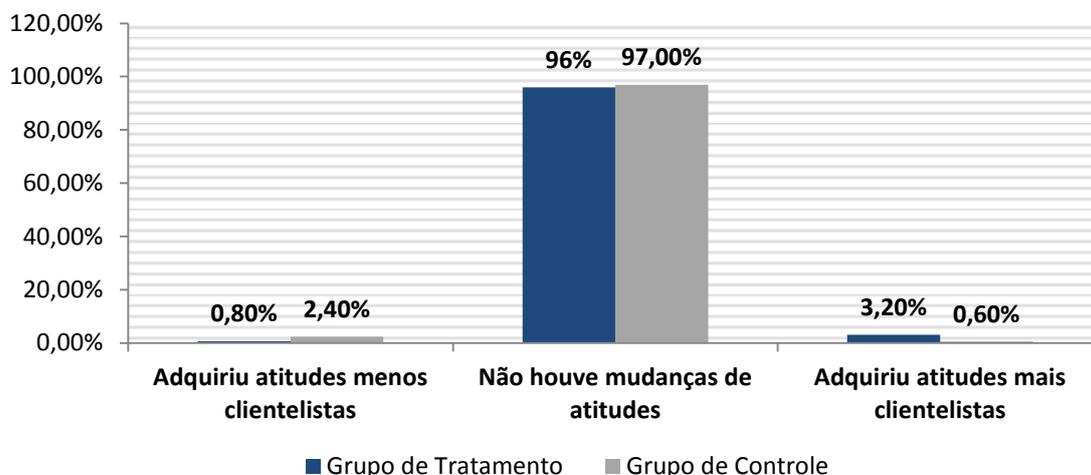
Gráfico 9 – Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Um candidato oferece uma bicicleta para uma criança. O que os pais deveriam fazer?



Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Entre os dois tempos de entrevistas, os participantes do Parlamento Jovem demonstraram uma tendência de crescimento rumo as atitudes clientelistas, como retrata o Gráfico 10. Entre o tempo 1 e o tempo 2 observou-se poucas mudanças, foram 4% para o grupo de tratamento e 3% para o grupo de controle. Enquanto o grupo de controle teve um saldo de mudanças de atitudes de 2,40% em uma direção menos clientelista, o grupo de tratamento possuiu um saldo de 3,20% de mudança de atitudes em um sentido mais clientelista.

Gráfico 10 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - Um candidato oferece uma bicicleta para uma criança. O que os pais deveriam fazer?



Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

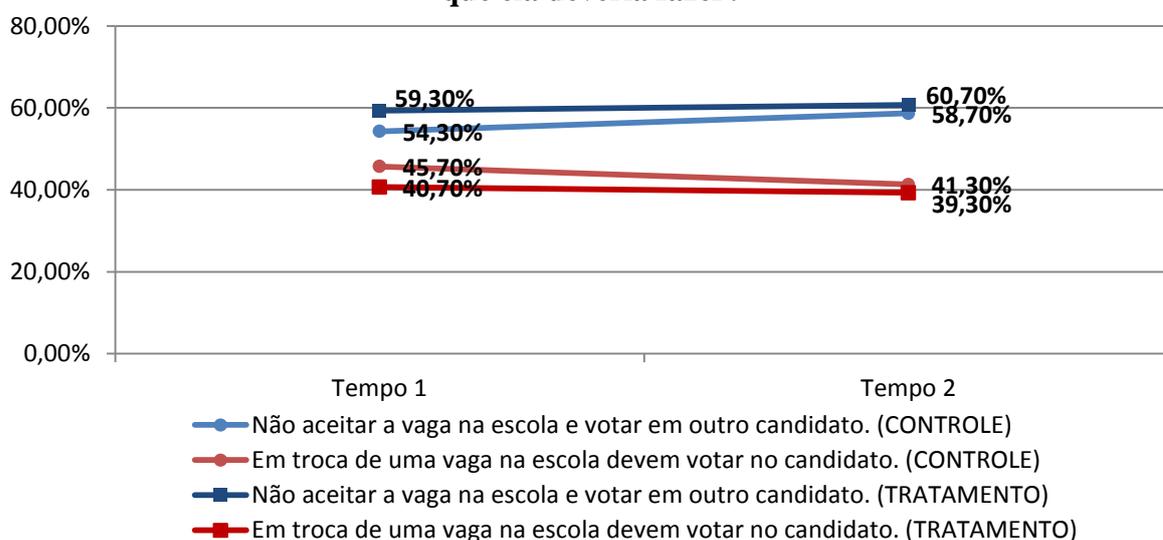
De acordo com os testes de qui-quadrado, não se pode afirmar que no tempo 1 havia diferença com significância estatística de posicionamentos entre participantes e não participantes ($\chi^2 = 0,698$ e $p > 0,1$), e tão pouco no tempo 2 os grupos se diferenciaram ($\chi^2 = 1,242$ e $p > 0,1$). Em relação a diferença de posicionamento de atitudes entre o grupo 1 e grupo 2, também não se pode afirmar que as pequenas mudanças observadas foram efeito do PJ, ou seja, apesar de ver uma pequena tendência dos participantes ficarem mais clientelistas, o teste de qui-quadrado não permite afirmar que há significância estatística entre a diferença de atitudes encontrada e os grupos de tratamento e controle ($\chi^2 = 3,890$ e $p > 0,1$).

Outra situação que se pode configurar uma pratica clientelista foi posta aos entrevistados: “Uma mãe não consegue vaga para matricular seu filho na escola e um candidato consegue uma vaga para o filho dela. O que ela deveria fazer?” As respostas oferecidas eram: “*Não aceitar a vaga na escola e votar em outro candidato*” ou “*Em troca de uma vaga na escola devem votar no candidato*”. Seguindo a lógica da questão anterior, os que escolheram o favor e votaram no candidato foram caracterizados como clientelistas, o que é uma atitude utilitarista, antidemocrática.

De forma geral, os entrevistados se posicionaram contra a prática clientelista, e no tempo 2, essa postura foi acentuada. No tempo 1, 59,30% dos participantes do PJ não aceitariam o favor, e, no tempo 2, houve um ligeiro aumento para 60,70%; já no grupo de não participantes, 54,30% rejeitariam a oferta da vaga e no tempo dois esse número aumentou para 58,70%. De acordo com o Gráfico 11, percebe que o grupo de controle teve um maior

crescimento quanto à mudança de atitudes em um sentido mais democrático, no tempo 2. Conseqüentemente, se há aumento em relação às atitudes não clientelistas, há a diminuição das atitudes clientelistas. No tempo 1, 40,70% dos participantes escolheram a opção clientelista, no tempo dois caíram para 39,30%. O grupo de controle começou com 45,70% de postura antidemocrática e esse número caiu para 41,30%

Gráfico 11 - Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Uma mãe não consegue vaga para matricular seu filho na escola e um candidato consegue uma vaga para o filho dela. O que ela deveria fazer?

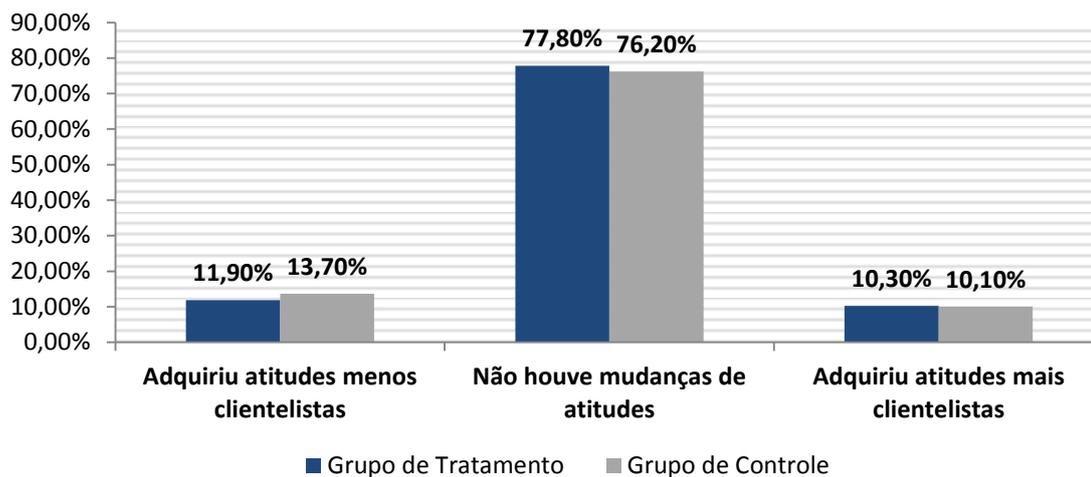


Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Ao se analisar as mudanças de atitudes sobre o clientelismo em relação à vaga na escola oferecida por um candidato, nota-se que 22,20% dos participantes do PJ não mudaram suas atitudes, mantendo-se coerentes em suas respostas no tempo 1 e 2. As mudanças de atitudes do grupo de não participantes foram de 23,80%. O grupo de controle atingiu 13,70% de atitudes menos clientelistas e o tratamento 11,90%. E, ambos os grupos ficaram praticamente empatados quanto à aquisição de atitudes clientelistas, cerca de 10%. Esses dados podem ser visualizados no Gráfico 12. De acordo com a técnica de significância do qui-quadrado, a diferença encontrada quanto a obtenção de atitudes democráticas e antidemocráticas pelo grupo de tratamento e controle não são estatisticamente significantes

($\chi^2 = 0,204$ e $p > 0,1$). Os testes também não mostraram relação estatisticamente significativa entre diferenças do tempo 2 e 1 quanto aos grupos de tratamento e controle⁴¹.

Gráfico 12 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - Uma mãe não consegue vaga para matricular seu filho na escola e um candidato consegue uma vaga para o filho dela. O que ela deveria fazer?



Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

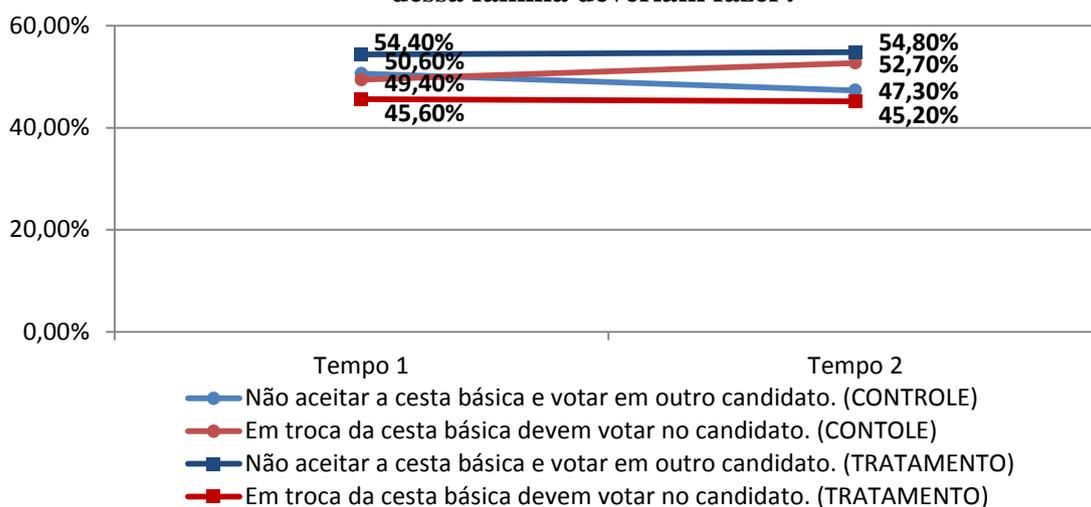
Ainda em relação ao clientelismo foi perguntado aos jovens entrevistados: “Um candidato oferece uma cesta básica de alimentos para uma família muito pobre que passa fome. O que as pessoas dessa família deveriam fazer?” As opções de respostas eram: “*Não aceitar a cesta básica e votar em outro candidato*” ou “*Em troca da cesta básica devem votar no candidato*”. Seguindo a lógica das questões anteriores, mesmo que essa seja uma situação extrema, a atitude democrática seria não aceitar a cesta básica e não votar nesse candidato, a postura antidemocrática seria trocar o voto pela cesta.

De acordo com Gráfico 13, os participantes do PJ no tempo 1 mostraram-se menos clientelistas, 54,40%, e essa proporção praticamente se manteve no tempo 2, 54,80%. Em relação à postura clientelista desse grupo, eram 45,60% que defendiam essa posição no tempo 1, e 45,20% no tempo 2. Já o grupo de controle, no tempo 1 apresentaram posicionamentos bem divididos, foram 50,60% que acharam que a família não deveria aceitar a cesta básica e 49,40% que pensaram que a família deveria aceitar. No tempo dois, o grupo dos não

⁴¹ Tempo 1 x Grupos de tratamento e controle: $\chi^2 = 0,204$ e $p > 0,1$. Tempo 2 x Grupos de tratamento e controle: $\chi^2 = 0,266$ e $p > 0,1$.

participantes se tornou mais clientelista, 52,70% defenderam que a família deveria trocar a cesta pelo voto no candidato e 47,30% não aceitariam essa prática.

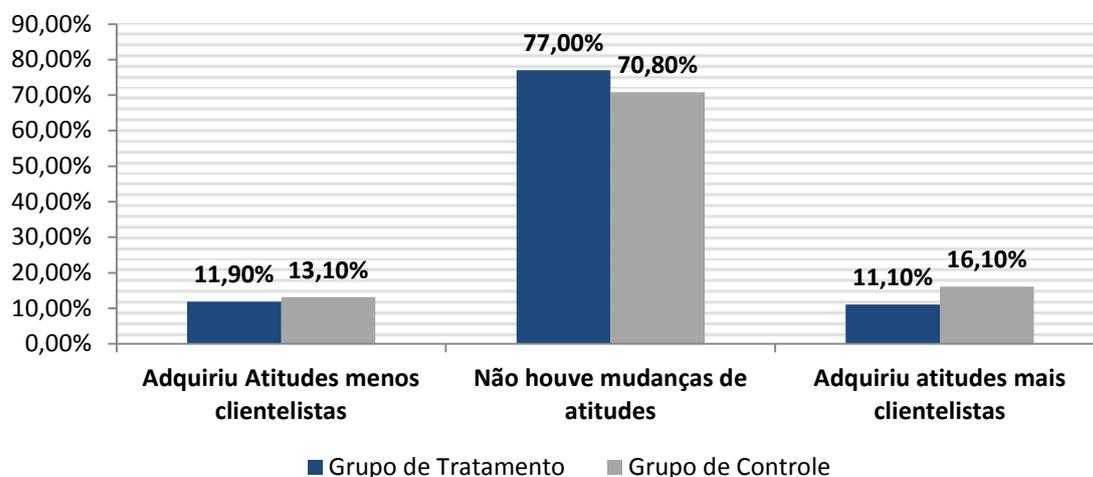
Gráfico 13 - Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Um candidato oferece uma cesta básica de alimentos para uma família muito pobre que passa fome. O que as pessoas dessa família deveriam fazer?



Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

De acordo com o Gráfico 14, percebe-se que o grupo de tratamento mudou 23% suas atitudes em relação à prática clientelista de troca de favores por voto. No entanto, a mudança foi praticamente simétrica, 11,90% adquiriram atitudes menos clientelistas e 11,10% mais clientelistas, desse modo, no gráfico acima não se conseguiu captar essas mudanças. Já as mudanças de atitudes do grupo de controle foram maiores, 29,20%. Desses, 13,10% contraíram atitudes menos clientelistas e 16,10% mais. Ou seja, o grupo de controle entre os tempos 1 e 2 mudaram mais suas atitudes rumo ao clientelismo do que o grupo de tratamento. De acordo com o teste de qui-quadrado, os participantes e não participantes não apresentaram diferenças significativas de posicionamento no tempo 1 ($\chi^2 = 0,368$ e $p > 0,1$). E também essa diferença não foi observada no tempo 2 ($\chi^2 = 1,553$ e $p > 0,1$). A significância estatística da diferença das mudanças de atitudes mostrada no gráfico abaixo também não foi demonstrada ($\chi^2 = 1,722$ e $p > 0,1$). Dessa forma, não se pode afirmar que houve efeito do Parlamento Jovem em relação à mudança de atitudes frente essa prática clientelista da troca de voto pela cesta básica.

**Gráfico 14 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle
- Um candidato oferece uma cesta básica de alimentos para uma família muito pobre que passa fome. O que as pessoas dessa família deveriam fazer?**



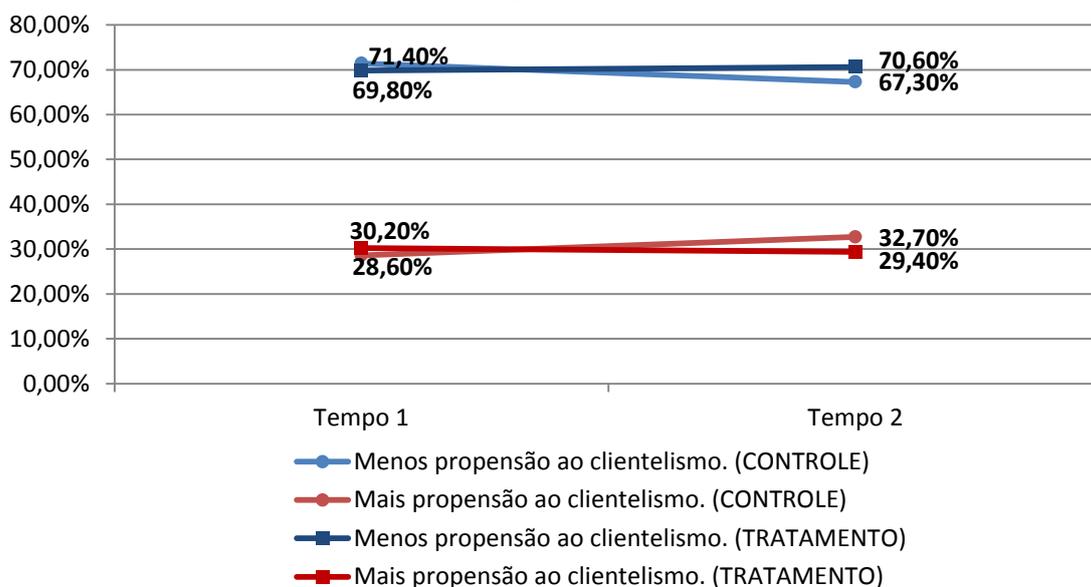
Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Levando em consideração as três variáveis analisadas na dimensão das mudanças de atitudes em relação ao clientelismo, formou-se um índice para subsidiar uma análise geral dessa prática considerada antidemocrática. As atitudes clientelistas receberam um ponto, e as não clientelistas receberam nota igual a zero. Dessa forma, ao somar as três variáveis *proxi* de clientelismo aqui analisadas, os resultados variaram de 0 a 3. Ficou com pontuação igual a 0 o entrevistado que nas três respostas apresentou atitudes não clientelistas; nota igual a 1, representou aquele que das três respostas, em uma delas teria mencionado uma ação clientelistas; nota igual a 2, significa que o entrevistado respondeu duas questões de maneira clientelistas; e os que tiveram nota igual a 3, foram aqueles que responderam todas as questões com postura clientelista. Para fins analíticos, binarizou-se essa variável, aqueles com notas 0 e 1, foram considerados com propensão reduzida ao clientelismo, e os que tiveram nota 2 e 3 foram classificados como tendo maiores propensões às práticas clientelistas.

O Gráfico 15 apresenta a evolução temporal do Índice de Propensão ao clientelismo. O grupo de controle no tempo 1 tinha 71,40% de propensão baixa ao clientelismo e no tempo 2, esse número declina para 67,3%, o que significa que o grupo se tornou mais clientelista. Ou seja, no início 28,60% eram mais propensos ao clientelismo, e no tempo dois, esse número subiu para 23,70%. O grupo de participantes do Parlamento Jovem praticamente se manteve estável. No tempo 1, 69,80% apresentaram menos propensão às práticas clientelistas, e no

tempo 2, 70,60%. Com maiores propensões ao clientelismo, no tempo 1 eram 30,20% e no tempo 2, 29,40%.

Gráfico 15 – Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2 – Índice de Propensão ao Clientelismo.



Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

De acordo com o modelo progressivo de regressão logística expresso na Tabela 4, novamente, ao analisar a variável de efeito “Tempo*Tratamento” percebe-se que o Projeto Parlamento Jovem não desencadeou efeito sobre as mudanças de atitudes em relação a certas práticas políticas como o clientelismo. Semelhante a análise do tópico anterior, em que o PJ não modificou as atitudes em relação ao espírito democrático. No entanto, quanto às atitudes clientelistas ou não dos jovens, as variáveis que mais as explicaram foram a participação dos pais, tipo de escola, série do aluno e postura crítica. O efeito a ser analisado a seguir diz respeito ao modelo 4, por esse controlar a interação de cada uma das variáveis mantendo as demais constantes.

Alunos com pais que participavam de atividades públicas possuíam 27,30% de chances de serem menos clientelistas em comparação com alunos em que os pais não participavam. Já os alunos das escolas militares, em comparação com os estudantes das escolas públicas elevavam 75,60% as chances de serem clientelistas. E ainda em relação à socialização na escola e o processo de amadurecimento dos jovens, os alunos que cursavam o

terceiro ano possuíam 36,60% de chances de serem menos clientelistas do que os alunos do primeiro ano. E por fim, os jovens que possuíam como atributo individual ter uma postura crítica diminuía em 30,7% as suas chances de serem clientelistas.

Tabela 4 - Modelo de Regressão Logística⁴² - Variável dependente: Índice de Propensão ao Clientelismo

	MODELO 1	MODELO 2	MODELO 3	MODELO 4	MODELO 4
	Exp (B) (Erro Padrão)				
Intercepto	0,400*** (0,171)	0,378*** (0,174)	0,317*** (0,334)	0,363*** (0,346)	0,391*** (0,415)
Tempo	1,217 (0,237)	1,222 (0,239)	1,224 (0,241)	1,225 (0,241)	1,236 (0,246)
Tratamento	1,080 (0,077)	1,184 (0,263)	1,171 (0,265)	1,188 (0,265)	1,173 (0,282)
Tempo * Tratamento	0,791 (0,364)	0,787 (0,368)	0,785 (0,370)	0,784 (0,371)	0,775 (0,384)
Escolaridade dos Pais		0,895 (1,081)	0,934 (0,165)	0,934 (0,166)	0,896 (0,173)
Participação dos Pais		0,730*** (0,105)	0,746*** (0,107)	0,753*** (0,108)	0,727*** (0,114)
Escola Pública			<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Escola Militar			1,628* (0,314)	1,452 (0,327)	1,756** (0,340)
Escola de Classe Média			1,248 (0,375)	1,182 (0,376)	1,321 (0,394)
Escola de Elite			0,899 (0,435)	0,855 (0,438)	1,083 (0,468)
Primeiro Ano				<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Segundo Ano				0,963 (0,199)	0,985 (0,208)
Terceiro Ano				0,535*** (0,353)	0,634* (0,361)
Propensão a debater					0,907 (0,212)

⁴² O modelo estatístico apresentado nesse trabalho teve como variável dependente o Índice de Propensão ao Clientelismo. Porém, para fazer essa análise, foram realizados testes estatísticos e gerados modelos de regressão logística para cada uma das variáveis que compõe essa dimensão, verificou-se assim, que as variáveis independentes que impactavam as variáveis sobre o clientelismo mantiveram seu impacto na análise do índice. Por isso, optou-se em apresentar esse modelo progressivo de regressão.

Interesse por política					1,030 (0,220)
Postura Crítica					0,693** (0,220)
Religioso					1,087 (0,215)
N	588	588	588	588	588
Qui-quadrado	0,759	14,858***	21,477***	24,926***	30,470***

Obs: O (Erro Padrão) de cada coeficiente está entre parênteses.

Nota: * $p < 0,1$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$. (Teste Uni-caudal)

Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Nesse caso, a socialização no meio religioso não influenciou os jovens na formação dessa dimensão das atitudes. Porém o perfil da família e o da escola tiveram impactos diretos sobre o posicionamento dos alunos. Ou seja, novamente, na formação das atitudes percebe-se que há uma grande importância das agências de socialização primária e secundárias.

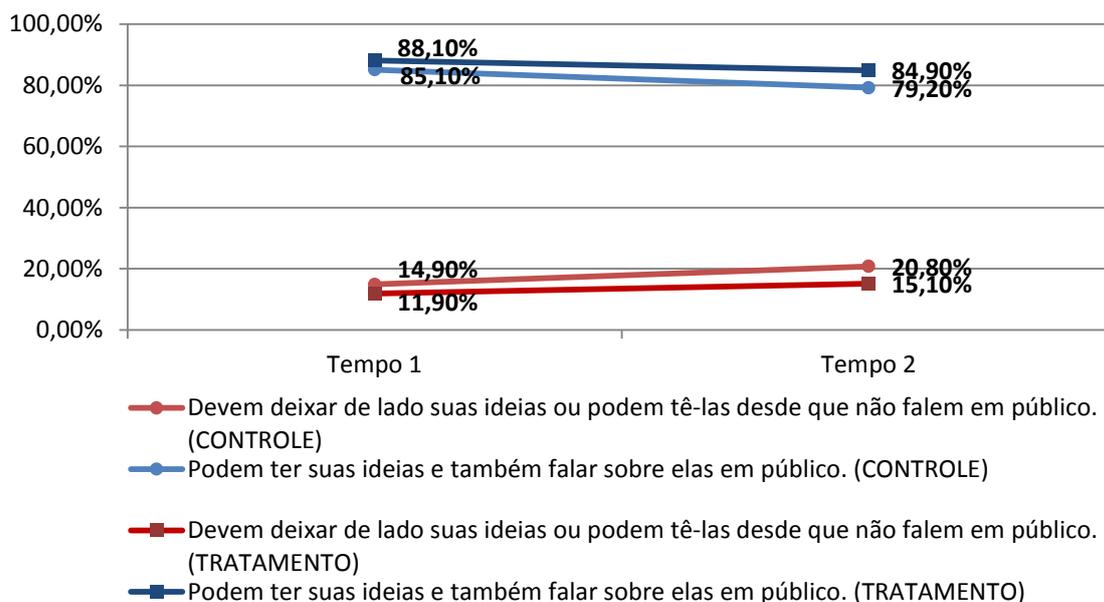
4.1.3 Atitudes em relação a minorias (Tolerância)

Para captar os níveis de tolerância dos entrevistados dessa pesquisa escolheu-se a seguinte questão como *proxi* para análise: “Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião os – 1 *comunistas*; 2 *Membros do Movimento Negro*; 3 – *Homossexuais*; 4 – *Pessoas que defendem a superioridade de uma raça*; e 5 – *Pessoas que não acreditam em Deus* – devem: “a) *Devem deixar de lado suas ideias*; b) *Podem ter suas ideias desde que não falem em público sobre elas*; e c) *Podem ter suas ideias e também falar sobre elas em público*. Para fins analíticos, e para seguir a lógica de análise até aqui apresentada, aglutinou-se as respostas “a” e “b” para representar uma atitude de tendência à intolerância, ou seja, não democrática. E a resposta “c”, em que permite as pessoas terem seus ideais e falarem em público sobre eles, diz respeito a uma tendência à tolerância, e conseqüentemente, mais democrática.

De acordo com o Gráfico 16, que analisa a tolerância em relação aos comunistas, no tempo 1, 88,10% dos participantes manifestaram que eles podiam ter suas ideias e também falar sobre suas ideias em público. Mas no tempo 2, essa percepção teve uma queda, foi para 84,90%. O grupo de controle apresentou índices igualmente altos, 85,10% no tempo 1 responderam a essa questão apresentando seu ponto de vista em um sentido mais tolerante, e

no tempo 2, também observou-se uma queda, indo para 79,20%. Ou seja, percebe-se que essa queda em relação a essa atitude ocorreu para toda a geração, ao ponto de não poder afirmar que esse declínio observado nos participantes foi consequência do projeto.

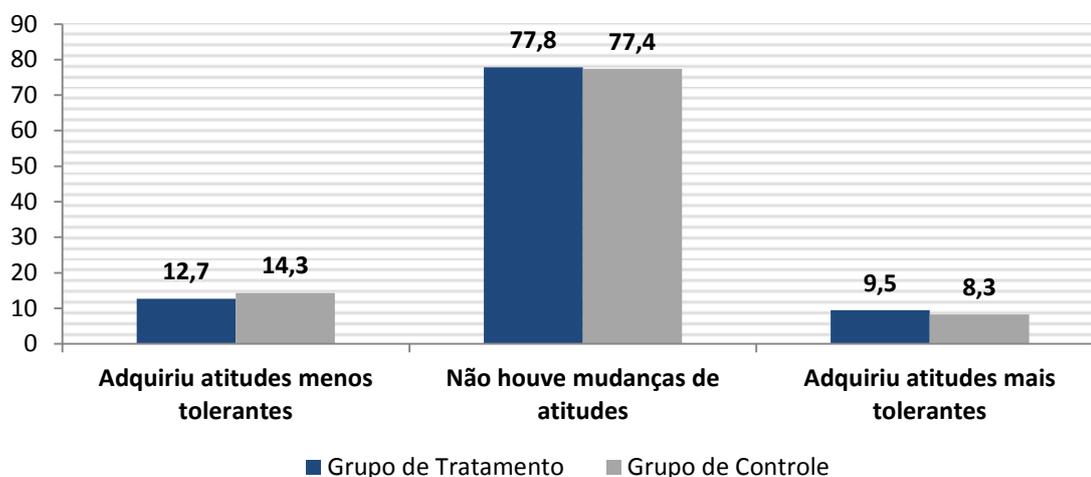
Gráfico 16 – Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) - Comunistas



Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Mesmo com as mudanças de atitudes observadas no Gráfico 17, o teste de qui-quadrado mostrou que não é possível afirmar que há relação entre a diferença de atitudes com os grupos de tratamento e controle ($\chi^2 = 0,250$ e $p > 0,1$). A maior parte dos participantes não mudaram suas opiniões, e houve uma mudança de aproximadamente 22% tanto para o grupo de controle quanto para o grupo de tratamento. Desses, 12,70% dos participantes adquiriram atitudes menos tolerantes e 14,30% do grupo de controle acompanharam essa mudança. Em relação ao grupo que adquiriu atitudes mais tolerantes, 9,50% pertenciam ao grupo de tratamento e 8,30% eram do grupo de controle. O teste de significância estatística do qui-quadrado não demonstrou relação entre o posicionamento dos grupos de participante e não participante no tempo 1, e nem no tempo 2.

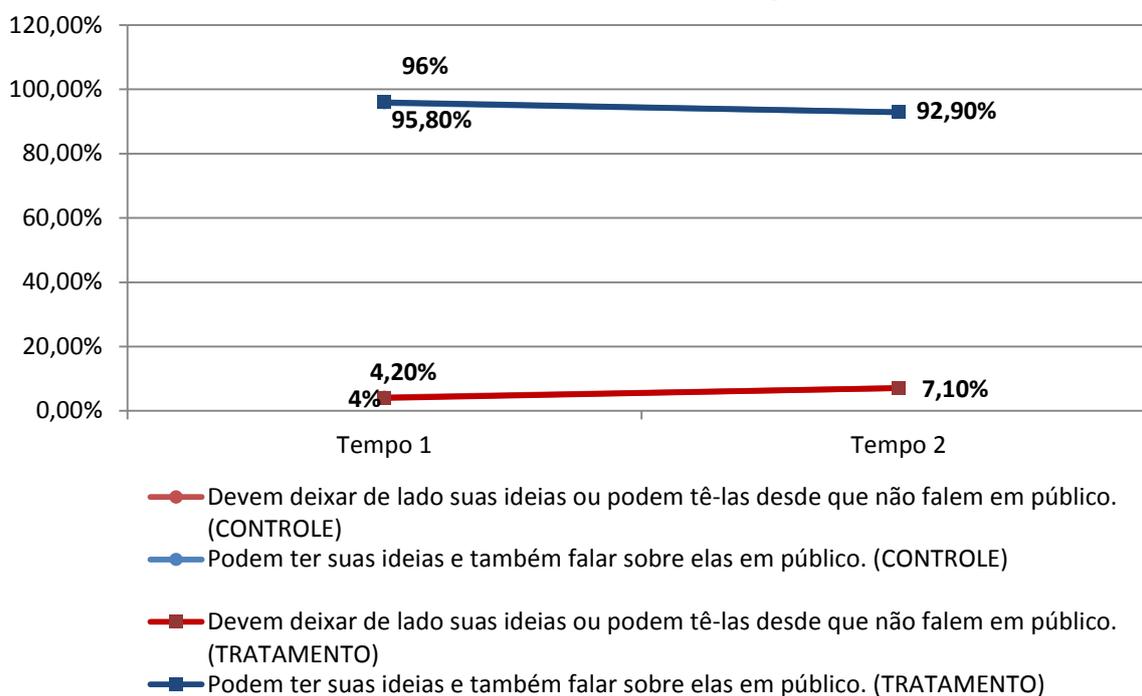
**Gráfico 17 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle
- Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) – Comunistas**



Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Em relação à tolerância ao movimento negro, o grupo de controle e o grupo de tratamento tiveram exatamente o mesmo comportamento. Mais de 90% dos jovens manifestaram uma atitude tolerante em que afirmaram que os membros do movimento negro podem ter suas ideias e também falarem em público sobre elas. De acordo com o Gráfico 18, 96% dos participantes e 95,8% dos não participantes apresentaram atitudes de tolerância no tempo 1, e no tempo dois, ambos os grupos decaíram para 92,90%. Em relação à atitude de intolerância, os participantes começaram o tempo 1 com 4% e o grupo de controle com 4,20%, e ambos cresceram no tempo 2 para 7,10%.

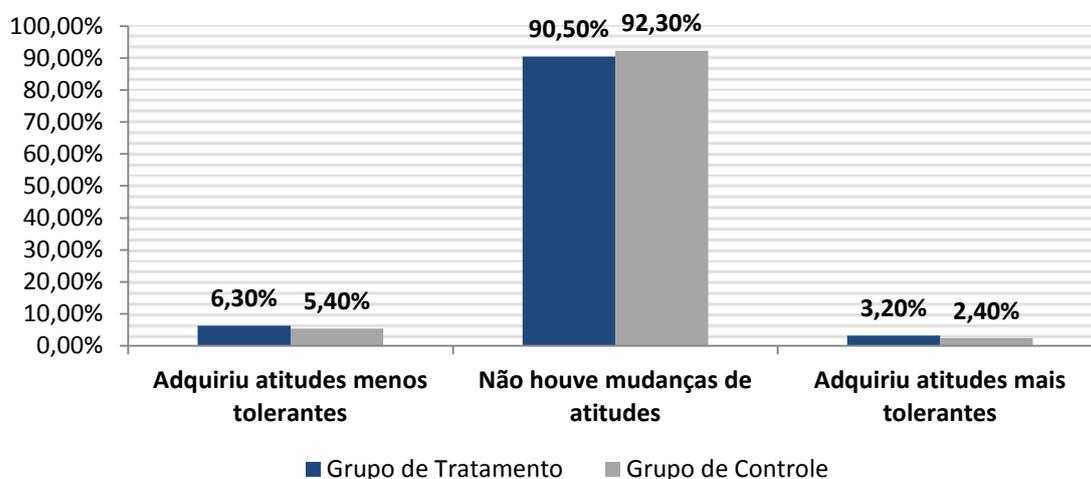
Gráfico 18 – Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) - Membros do movimento negro



Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Ao analisar a diferença entre o posicionamento dos entrevistados no tempo 2 subtraído do tempo 1, nota-se que houve uma coerência de respostas em ambas as entrevistas pelo grupo de tratamento e controle. No entanto, como mostra o Gráfico 19, 6,30% dos participantes adquiriram atitudes menos tolerantes e 5,40% dos não participantes também seguiram rumo a essa direção. Já, 3,20% do grupo de tratamento mudou suas atitudes em um sentido mais positivo e 2,40% do grupo de controle também se demonstraram mais tolerantes. Nenhum dos testes estatísticos de qui-quadrado tiveram significância estatística, o que comprova que para essa variável o grupo de tratamento e controle não se diferenciaram no tempo 1, nem no tempo 2 e tão pouco em relação às mudanças de atitudes. Ou seja, os grupos se comportaram de uma forma semelhante, não sendo possível observar o efeito do PJ nesse contexto. Um dos motivos que podem ter contribuído para isso é que a maior parte dos participantes do programa já começaram com níveis altos de tolerância, não sendo possível o projeto melhorá-lo ainda mais devido ao limite do teto.

**Gráfico 19 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle
- Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) - Membros do movimento negro**

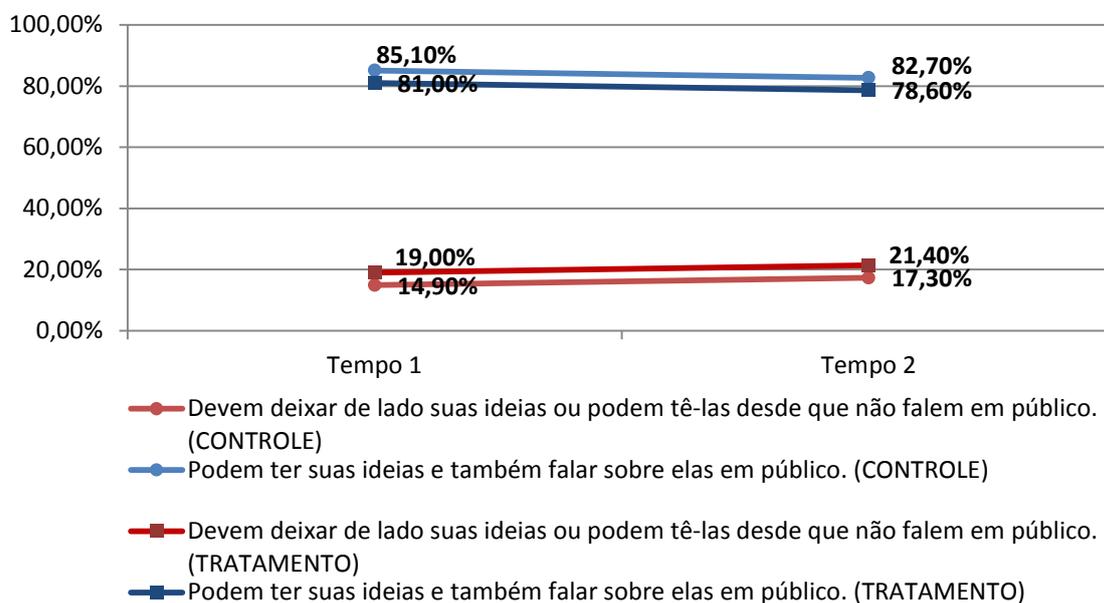


Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Em relação ao grupo dos homossexuais, o grupo de controle mostrou-se mais democrático do que o grupo de tratamento. No tempo 1, 85,10% dos entrevistados do grupo de controle contra 81% do grupo de tratamento afirmaram que os homossexuais podiam ter seus ideais e falar publicamente sobre elas, como salienta o Gráfico 20. No tempo dois, a tolerância teve uma queda para ambos os grupos, 82,70% do grupo de controle e 78,60% do grupo de tratamento sustentaram o ponto de vista democrático em que os homossexuais podiam se expressar livremente.

Entre aqueles com atitudes antidemocráticas, os participantes começaram o tempo 1 com 19% e terminaram o tempo 2 crescendo para 21,40%; e o grupo de controle iniciou com 13,90% e também teve uma elevação para 17,20%. Mais uma vez, dificilmente o projeto Parlamento Jovem conseguiria ser o responsável pela tendência do aumento da intolerância no grupo de tratamento, pois, percebe-se que toda a geração está movendo suas atitudes de maneira semelhante.

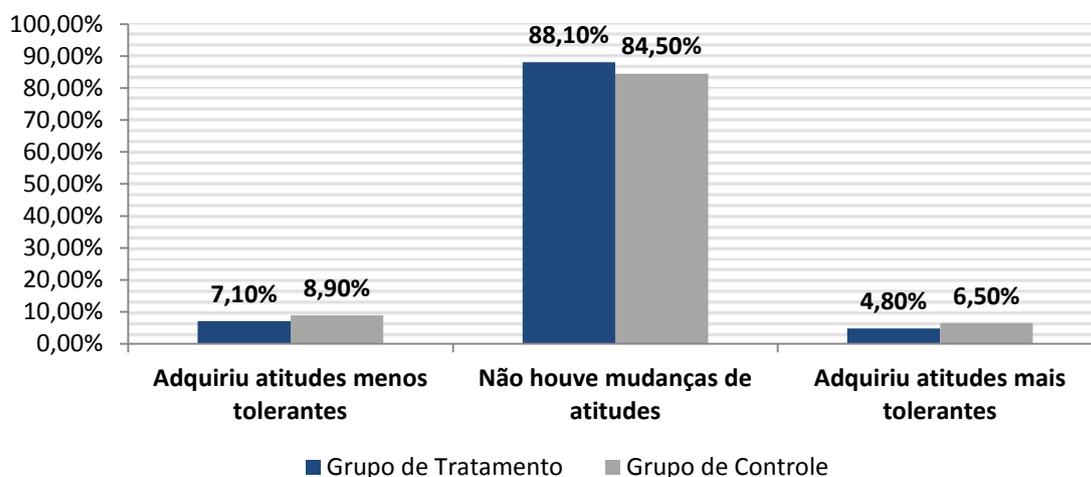
Gráfico 20 – Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) - Homossexuais



Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

O Gráfico 21 mostra as mudanças de atitudes dos entrevistados em relação a tolerância aos homossexuais. A maioria dos entrevistados não mudaram sua atitude ao longo do tempo, porém, foi no grupo de controle que se observou as maiores mudanças. Foram 8,90% que mudaram rumo a um sentido menos tolerante e 6,5% adquiriram atitudes de mais tolerância. Em comparação, o grupo de tratamento mudou menos, no entanto, seguiu a tendência do grupo de controle de mudar em uma direção negativa. Foram 8,90% que adquiriram atitudes menos tolerantes contra 6,50% que receberam atitudes mais positivas. No entanto, a diferença percebida entre os grupos de tratamento e controle não foram estatisticamente significantes de acordo com o teste de qui-quadrado ($\chi^2 = 0,785$ e $p > 0,1$). Também não foi encontrado significância estatística no tempo 1, entre a diferença de posicionamentos entre os entrevistados e os grupos de tratamento e controle ($\chi^2 = 0,900$ e $p > 0,1$), e também não foi acentuada o posicionamento dos grupos no tempo 2 ($\chi^2 = 0,810$ e $p > 0,1$).

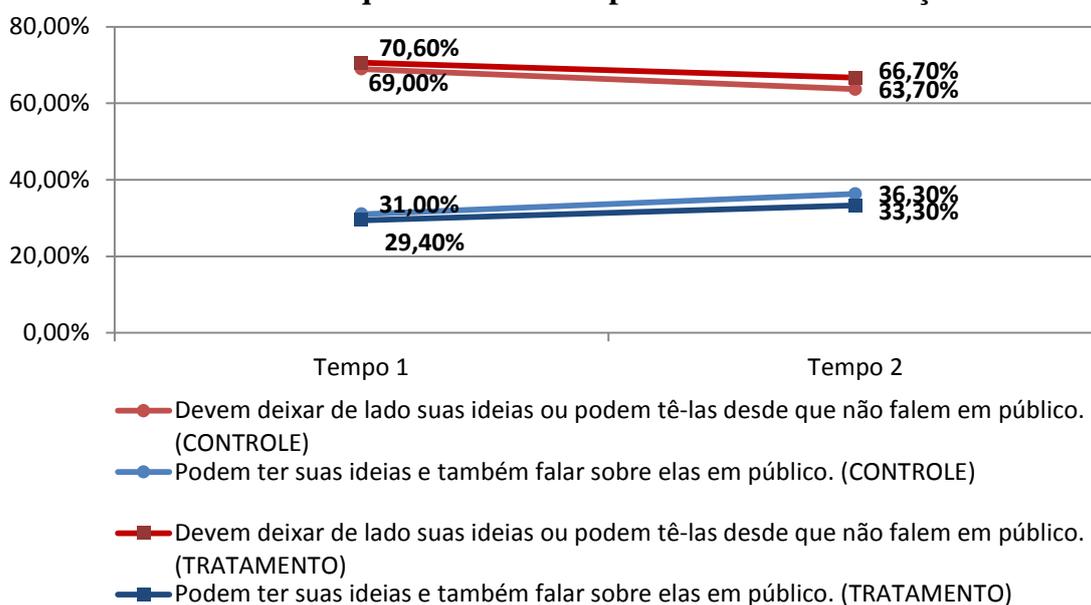
**Gráfico 21 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle
- Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) - Homossexuais**



Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Em uma democracia presume-se que os cidadãos tenham o direito de expressar livremente suas opiniões, no entanto, há alguns pontos de vistas extremos que ferem os princípios de um sistema democrático afetando de maneira negativa, e até mesmo agressiva, os cidadãos, como por exemplo, expressar livremente o preconceito. Seguindo esse princípio liberal, os jovens entrevistados se mostraram intolerantes às pessoas que defendiam a superioridade de uma raça, como mostra o Gráfico 22. Dos entrevistados, 70,60% dos participantes e 69% dos não participantes no tempo 1 e 66,70% do grupo de tratamento e 63,70% do grupo de controle no tempo 2, afirmaram que pessoas com esses ideais tinham que deixar de lado essa ideologia ou não falar em público sobre elas. Entre os tempos, no entanto, houve um crescimento de mudanças de atitudes rumo a uma posição de aceitação de que pessoas com esse ideal podiam defender a superioridade de uma raça. No tempo 1 eram 31% do grupo de controle, e esses passaram para 36,30% no tempo 2. O grupo de tratamento começou com 29,40% de tolerância e no tempo 2 cresceu para 33,30%.

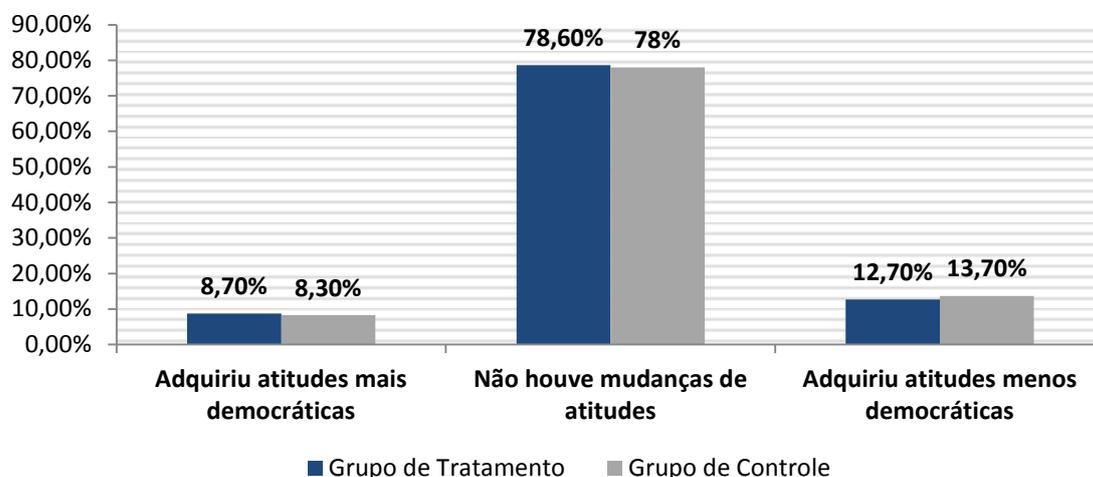
Gráfico 22 – Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) - Pessoas que defendem a superioridade de uma raça



Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Em nossa análise, consideramos aqueles que rejeitaram o racismo mais democráticos do que aqueles que permitiriam grupos se manifestarem sobre a superioridade de uma raça em detrimento das demais. Dessa forma, vê-se, no Gráfico 23, que 21,40% do grupo de tratamento e 22% do grupo de controle mudaram suas atitudes entre o tempo um e dois. Há semelhanças entre o comportamento das mudanças de atitudes e os grupos de tratamento e controle. Adquiriram atitudes mais democráticas 8,70% dos participantes e 8,30% dos não participantes. E a aquisição de atitudes negativas foi de 12,70% para o grupo de tratamento e 13,70% para o grupo de controle. De acordo com o teste de qui-quadrado a variação da mudança de atitudes entre os grupos não foram estatisticamente significantes ($\chi^2 = 0,070$ e $p > 0,1$). O teste também não mostrou significância para comprovar as diferenças entre o grupo de controle e tratamento nos tempos 1 e 2.

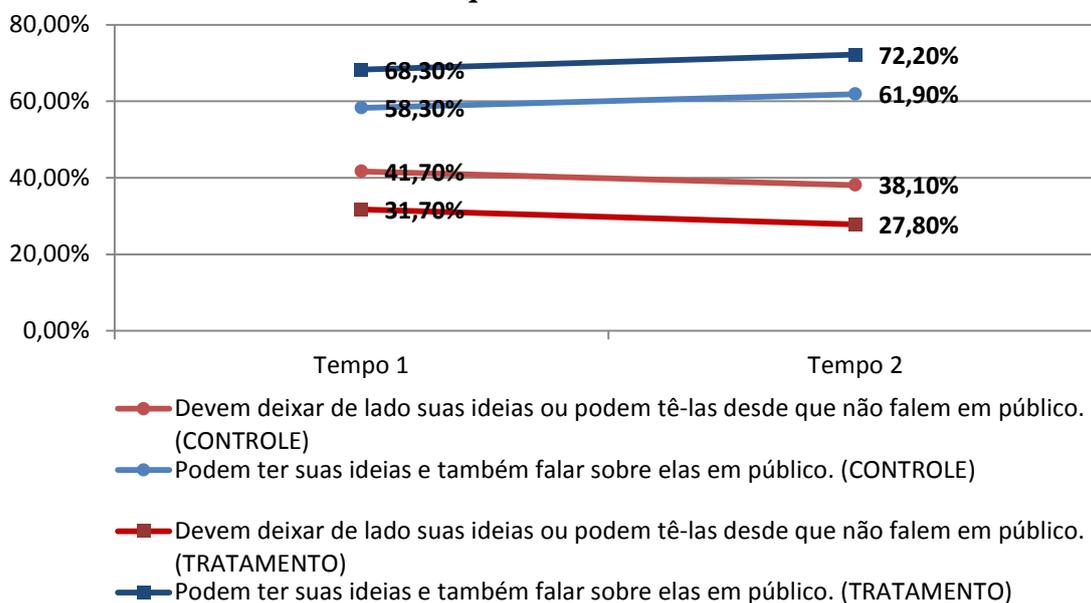
Gráfico 23 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) - Pessoas que defendem a superioridade de uma raça...



Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Por fim, a última variável analisada nessa categoria diz respeito à tolerância em relação às pessoas que não acreditam em Deus. O grupo de tratamento se mostrou mais tolerante do que o grupo de controle, 68,30% no tempo 1, elevado para 72,20% no tempo 2. Enquanto o grupo de controle no tempo 1 tinha 58,30% e cresceu para 61,90% no tempo 2. Em consequência, a intolerância desses grupos diminuíram ao longo do tempo, passando de 41,70% dos participantes para 38,10% e de 31,70% dos não participantes para 27,80%, como é apresentado no Gráfico 24. Ou seja, com o passar do tempo, a geração dos jovens se tornou mais tolerante em relação às pessoas que não acreditavam em Deus.

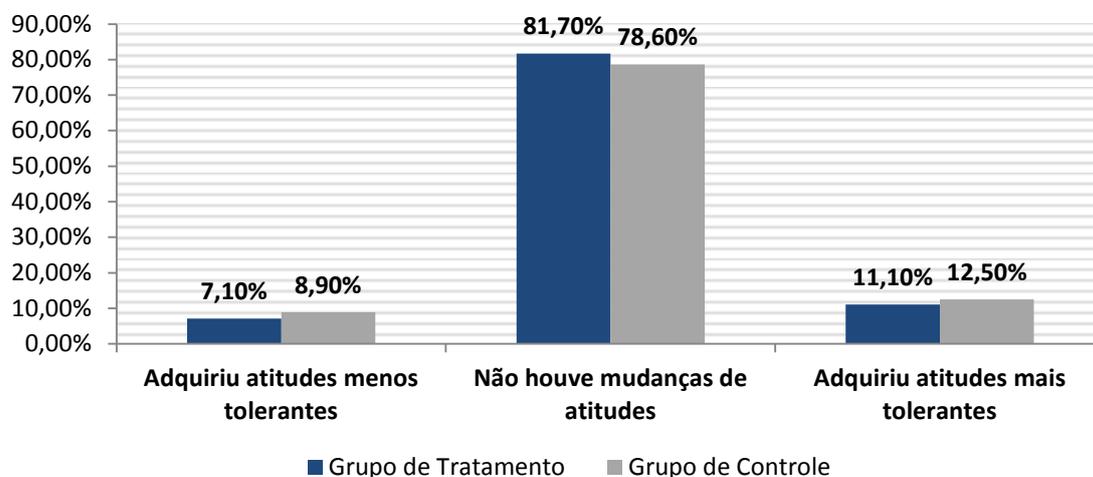
Gráfico 24 – Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) - Pessoas que não acreditam em Deus



Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

De acordo com o Gráfico 25, as direções das mudanças de atitudes em relação às pessoas que não acreditam em Deus ocorreram da seguinte forma: 7,10% dos participantes mudaram em um sentido menos democrático, enquanto essa mudança foi percebida para 8,90% dos não participantes. E a aquisição de mudanças em um sentido positivo ocorreu para 11,10% dos participantes e 12,50% do grupo de controle. A diferença entre as mudanças de atitudes do grupo de tratamento e controle não foram estatisticamente significantes ($\chi^2 = 0,488$ e $p > 0,5$). No entanto, pode-se afirmar que há diferença significativa ao nível de 95% das atitudes de tolerância e os grupos de tratamento e controle. Ou seja, nesse aspecto os jovens participantes do Parlamento Jovem já começaram com uma atitude democrática diferenciada em relação ao grupo de controle ($\chi^2 = 3,026$ e $p = 0,05$). No tempo 2, a diferença entre os grupos de tratamento e controle se acentuaram ainda mais, podendo continuar a afirmar com significância estatística a diferença entre os grupos ($\chi^2 = 3,431650$ e $p < 0,05$). Assim como outras variáveis já analisadas nesse trabalho, os jovens participantes já iniciaram o PJ com um posicionamento diferenciado se comparado ao grupo de controle, mas como os participantes acompanham as mudanças ocorridas em sua geração, não se pode afirmar que as mudanças de atitudes em um sentido mais democrático seja efeito do Parlamento Jovem.

**Gráfico 25 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle
- Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as) - Pessoas que não acreditam em Deus**



Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Mas, quais são as características que influenciam os jovens a terem atitudes democráticas ou não em relação à tolerância? De acordo com os modelos de regressões logísticas apresentados na Tabela 5, de fato, a participação dos jovens no projeto Parlamento Jovem não possui significância estatística sob um efeito em relação ao posicionamento deles diante de atitudes de tolerância, como visto na análise da variável “Tempo*Tratamento”⁴³. As variáveis que mais influenciaram a tolerância em relação aos grupos de minoria são o tipo de escola e a postura crítica dos participantes. Alunos que estudam em escolas de classe média possuem 3 vezes mais chances de serem tolerantes aos comunistas, 4 vezes mais chances de respeitarem o movimento negro, 2 vezes mais chances de tolerarem democraticamente os homossexuais e 10 vezes mais chances de tolerarem aqueles que não acreditam em Deus se comparados com os alunos da escola pública. No então, em comparação com os alunos das escolas públicas, esses alunos de escola de classe média diminuem 46,90% as chances de tolerância a aqueles que afirmam a superioridade de uma raça pela outra, o que representa uma atitude positiva, ao se posicionar contra o racismo. Nota-se que todas essas relações são estatisticamente significantes. As escolas de elite também apresentam efeito positivo sobre a tolerância de seus alunos em comparação com os da escola pública.

⁴³ E por parcimônia, o modelo simplificado não será apresentado, apenas o modelo controlado pelas demais variáveis, para se perceber o impacto do perfil da família, escola e características individuais que exercem em relação à tolerância dos jovens.

Outra variável que apresentou um efeito surpreendente foi a postura crítica. Os jovens que possuíam postura crítica elevavam em 41,10% suas chances de terem atitudes de tolerância em relação aos comunistas, 141,10% de chances de respeitar o movimento negro, 56,20% as chances de serem mais tolerante em relação aos homossexuais e 66,70% de chance de apresentarem atitudes positivas diante de pessoas que não acreditavam em Deus. Assim como os alunos das escolas de classe média e de elite, aqueles que possuíam uma postura crítica diminuía em 49,30% suas chances de tolerarem aqueles que defendem a superioridade de uma raça, ou seja, possuíam cerca de 50% de chance de rejeitam o preconceito se comparados aos alunos sem postura crítica.

Já, os jovens religiosos apresentaram a chance de serem 33,40% menos tolerantes diante daqueles que não acreditavam em Deus se comparados aos não religiosos. Em relação à influência da família, o aumento da escolaridade dos pais diminuiu em 35,50% as chances dos filhos serem tolerantes em relação aos que acreditavam na superioridade de uma raça e também, diminuiu em 34,80% as chances dos filhos serem tolerantes diante dos que não acreditam em Deus.

Tabela 5 - Modelo de Regressão Logística - Variáveis dependentes: Atitudes em relação a grupos (Tolerância)

	Tolerância - Comunistas	Tolerância – Movimento Negros	Tolerância – Homossexualis mo	Tolerância – Superioridade de Raça	Tolerância – Pessoas que não acreditam em Deus
	Exp (B) (Erro Padrão)	Exp (B) (Erro Padrão)	Exp (B) (Erro Padrão)	Exp (B) (Erro Padrão)	Exp (B) (Erro Padrão)
Intercepto	1,894* (0,494)	15,861*** (0,852)	3,024*** (0,495)	0,987 (0,410)	0,297*** (0,445)
Tempo	0,645* (0,298)	0,545 (0,503)	0,826 (0,310)	1,238 (0,247)	1,216 (0,255)
Tratamento	1,302 (0,371)	0,861 (0,632)	0,803 (0,417)	0,960 (0,285)	1,790** (0,297)
Tempo * Tratamento	1,243 (0,487)	0,929 (0,782)	1,029 (0,452)	0,958 (0,383)	1,007 (0,408)
Escolaridade dos Pais	1,042 (0,215)	1,112 (0,329)	0,963 (0,209)	0,645*** (0,176)	0,652*** (0,187)
Participação dos Pais	0,864 (0,129)	1,298 (0,241)	0,955 (0,135)	1,034 (0,102)	0,958 (0,110)
Escola Pública	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Escola Militar	1,312 (0,385)	1,523 (0,546)	0,693 (0,388)	0,544** (0,330)	2,014** (0,352)

Escola de Classe Média	3,679*** (0,486)	4,347** (0,826)	2,552** (0,490)	0,531* (0,386)	10,242*** (0,432)
Escola de Elite	3,468** (0,569)	3,919* (0,950)	2,471* (0,557)	0,738 (0,454)	23,138*** (0,523)
Primeiro Ano	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Segundo Ano	1,344 (0,262)	1,074 (0,441)	0,930 (0,251)	1,714*** (0,213)	0,759 (0,222)
Terceiro Ano	1,650 (0,445)	0,746 (0,231)	0,919 (0,410)	1,293 (0,328)	1,105 (0,361)
Propensão a debater	1,137 (0,261)	0,950 (0,410)	1,917*** (0,246)	0,650** (0,211)	1,043 (0,226)
Interesse por política	0,816 (0,277)	1,008 (0,439)	0,539** (0,281)	1,252 (0,227)	0,850 (0,233)
Postura Crítica	1,411* (0,262)	2,441*** (0,399)	1,562** (0,255)	0,507*** (0,220)	1,667*** (0,231)
Religioso	1,053 (0,273)	0,419 (0,571)	0,973 (0,263)	0,985 (0,214)	0,666** (0,229)
N	588	588	588	588	588
Qui-quadrado	32,228***	34,485***	41,867***	54,058***	130,075 ***

Obs: O (Erro Padrão) de cada coeficiente está entre parênteses.

Nota: * $p < 0,1$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$. (Teste Uni-caudal)

Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

4.2 A família e a escola como agentes de socialização

Apresentada a discussão sobre as três dimensões aqui analisadas, nota-se que a família e a escola desempenharam um efeito causal significativo sobre as atitudes. No entanto, as variáveis independentes utilizadas nos modelos logísticos, com exceção da interação entre tempo e tratamento, referem-se à média entre os tempo 1 e 2. Essa estratégia utilizada se justificou por considerar que a família e a escola possuíam um efeito contínuo na formação das atitudes, não sendo apropriado considerar somente o impacto gerado nos quatro meses de execução das atividades do PJ. Por isso, considera-se importante testar se de fato, no tempo 1, se esses agentes socializadores já tinham um impacto significativo sobre as atitudes.

Como pode ser observado na Tabela 6, as variáveis referentes ao perfil familiar no tempo 1 apresentaram impactos significativos sobre a postura democrática dos jovens. Ou seja, antes do PJ começar verificou-se que alunos com pais escolarizados apresentavam

96,70% a mais de chance de escolherem o representante de turma de modo mais democrático, 81,10% a mais de chance de resolver problemas a partir da escolha da maioria e 35,10% a mais de chance de se posicionarem em debates com professores se comparados aos alunos com pais de baixa escolaridade. Da mesma forma, alunos que possuíam pais politicamente engajados elevavam em 33% as chances de escolherem o representante de turma de modo democrático e 42,20% suas chances de se posicionar em um debate com professores se comparado aos pais que não participavam. Em relação ao clientelismo, pais com alta escolaridade diminuem em 24% as chances dos filhos terem posturas clientelistas se comparados com alunos de pais de baixa escolaridade, e pais participativos reduzem essa chance em 20,90% tendo como parâmetro alunos de pais não participativos.

A escola também se apresenta como uma agência socializadora eficiente em relação às atitudes democráticas no tempo 1. Dependendo do tipo de escola em que aluno estuda, suas chances de terem atitudes mais ou menos democráticas também se alteram. Alunos de escola de elite apresentam até 4 vezes mais chances de escolherem democraticamente o representante de turma, 3 vezes mais chances de resolverem problemas de acordo com a escolha da maioria e 4 vezes mais chances de se posicionarem em um debate entre alunos e professores se comparados aos alunos da escola pública. E em relação ao clientelismo, os alunos das escolas de elite diminuem em 59,6% as chances de trocarem seu voto se comparado aos alunos das escolas públicas. No contexto da formação das atitudes políticas aqui analisadas, as igrejas não desempenharam papel predominante.

Tabela 6 - Modelo de Regressão Logística referente ao tempo 1 - Variáveis dependentes: dimensão das atitudes na escola (espírito democrático) e a certas práticas políticas (clientelismo)

	Escolha do Representante de Turma	Resolução de problema (escolha da maioria)	Posicionamento em debate com professores a alunos	Propensão ao clientelismo
	Exp (B) Erro Padrão	Exp (B) Erro Padrão	Exp (B) Erro Padrão	Exp (B) Erro Padrão
Intercepto	0,166*** (0,621)	0,243*** (0,521)	0,772 (0,497)	0,662 (0,473)
Escolaridade dos Pais	1,967* (0,467)	1,811** (0,153)	1,351** (0,244)	0,760** (0,143)
Participação dos Pais	1,330** (0,140)	0,843 (0,135)	1,422* (0,150)	0,791** (0,255)
Escola Pública	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>

Escola Militar	2,709** (0,587)	0,967 (0,474)	2,828*** (0,447)	1,360* (0,424)
Escola de Classe Média	5,181*** (0,642)	2,826** (0,543)	2,672** (0,536)	1,157 (0,501)
Escola de Elite	4,854** (0,720)	3,249** (0,627)	4,153** (0,631)	0,404*** (0,368)
Religioso	0,790 (0,287)	1,371 (0,288)	1,236 (0,300)	1,669 (0,277)
N	280	280	180	180
Missing	14	14	14	14
Qui-quadrado	39,683***	37,326***	15,625***	19,280***

Obs: O (Erro Padrão) de cada coeficiente está entre parênteses.

Nota: * $p < 0,1$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$. (Teste Uni-caudal)

Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

De acordo com a Tabela 7, também se verifica que o perfil da família e da escola são preditores do grau de tolerância dos filhos já no tempo 1. Alunos cujos pais possuem escolaridade alta elevam em 60,2% suas chances de serem tolerantes aos grupos comunistas, possuem 37,5% a mais de chance de serem tolerantes aos grupos homossexuais, diminuem em 39,80% suas chances de permitir posicionamentos que afirmem a superioridade de uma raça e também reduzem em 41% as chances de tolerarem pessoas que não acreditam em Deus. O efeito da escola sobre a tolerância dos jovens também é significativo, alunos de escola de classe média possuem até 3 vezes mais chances de serem tolerantes a comunistas e homossexuais e 10 vezes mais chance de tolerarem pessoas que não acreditam em Deus se comparados aos estudantes de escolas públicas. E esses alunos de escola de classe média possuem 61,7% a menos de chance de tolerarem as pessoas que defendem a superioridade de uma raça.

Tabela 7 - Modelo de Regressão Logística referente ao tempo 1 - Variáveis dependentes: atitudes em relação a grupos (tolerância)

	Tolerância – Comunistas	Tolerância – Homossexualis mo	Tolerância – Superioridade de Raça	Tolerância – Pessoas que não acreditam em Deus
	Exp (B) (Erro Padrão)	Exp (B) (Erro Padrão)	Exp (B) (Erro Padrão)	Exp (B) (Erro Padrão)
Intercepto	2,004 (0,587)	3,001** (0,573)	0,846 (0,475)	0,346** (0,506)
Escolaridade dos Pais	1,602** (0,202)	1,375* (0,186)	0,602*** (0,159)	0,590** (0,253)

Participação dos Pais	0,944 (0,188)	0,854 (0,166)	1,045 (0,139)	0,979 (0,145)
Escola Pública	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Escola Militar	1,811 (0,526)	0,924 (0,500)	0,581 (0,429)	2,954*** (0,455)
Escola de Classe Média	3,285** (0,680)	3,144** (0,674)	,383** (0,528)	11,066*** (0,577)
Escola de Elite	6,767*** (0,842)	2,852	0,461* (0,613)	29,313*** (0,689)
Religioso	1,394 (0,587)	0,985* (0,759)	0,937 (0,299)	0,548** (0,286)
N	280	280	280	280
Missing	14	14	14	14
Qui-quadrado	11,599**	11,293***	15,009***	51,935***

Obs: O (Erro Padrão) de cada coeficiente está entre parênteses.

Nota: * $p < 0,1$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$. (Teste Uni-caudal)

Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

A análise dos dados até aqui apresentada enfatiza que o projeto Parlamento Jovem não gerou efeitos significativos sobre as atitudes na escola (espírito democrático), em relação a grupos (tolerância) e diante de certas práticas políticas (clientelismo). Ao considerar a análise das Tabela 6 e Tabela 7 confirma-se a maior influência da família e escola como agências efetivas de socialização política se comparadas com o Parlamento Jovem.

4.3 O Parlamento Jovem e as mudanças de atitudes

As três dimensões analisadas tiveram como objetivo entender como acontece o processo de formação das atitudes políticas dos jovens no âmbito de um projeto de educação cívica: o Parlamento Jovem. Ficou evidente que, a partir dos dados apresentados, PJ não influenciou, aparentemente, as atitudes políticas de seus participantes. As possíveis explicações para esse fenômeno fazem referência à literatura mobilizada nos dois primeiros capítulos.

Primeiramente, ressalta-se que, diante das três dimensões analisadas, os ambientes socializadores como a família e a escola desempenharam um papel importante na formação das atitudes políticas. Ou seja, as agências de socialização primária e secundária são capazes

de inculcar em seus membros valores e atitudes fortes que poderão ser sustentados pelos indivíduos ao longo de suas vidas.

Portanto, vale recuperar o seguinte debate que permeia os estudos de socialização política: como os cidadãos adquirem competências cívicas e atitudes congruentes com o regime no qual vivem? De acordo com a linha clássica, esse processo de mudanças de atitudes acontece a longo prazo à medida que a sociedade se moderniza e as gerações são substituídas (HYMAN, 1959; GREENSTEIN, 1968; EASTON & DENIS, 1969). Desse modo, de acordo com a literatura desenvolvida no capítulo 1, a infância é considerada a fase crucial do desenvolvimento, nela os indivíduos estão sujeitos à aquisição e à cristalização das atitudes políticas, pois elas são estabilizadas ao longo da vida adulta.

A linha contemporânea das teorias da socialização política considera que pode haver descontinuidades expressivas na sociedade a curto e a médio prazo, uma vez que se observa mudanças de atitudes em todas as etapas da vida, ou seja, as atitudes são maleáveis (JENNINGS & NIEMI, 1974; JENNINGS & MARKUS, 1984; SEARS & VALENTINO, 1997). No entanto, os dados trabalhados nessa dissertação parecem indicar que a literatura clássica tem mais força explicativa do que a literatura contemporânea, devido a não observância aparente de mudanças estatisticamente significativas. Pois, apesar de haver mudanças essas são irrisórias se comparadas aos entrevistados que se mantiveram estáveis entre o tempo 1 e o tempo 2. A análise desenvolvida demonstrou, portanto, o quanto as instituições família e escola são importantes na formação de atitudes políticas resistentes.

Porém, de acordo com Finkel (2010), a atitude é a dimensão do comportamento político que muda em menor velocidade. Talvez seja por isso que, no curto período de quatro meses, não se observou mudanças significativas provindas diretamente do projeto no sentido esperado. Além disso, como o Parlamento Jovem também é uma instância socializadora, ele pode gerar efeitos tardios em seus participantes. No entanto, a metodologia utilizada (quase-experimento de duas ondas – tempo 1 e 2) não permite fazer essa análise temporal, pois presumiria uma terceira onda de entrevistas após um certo período do término da edição. Desse modo, esse trabalho se limita aos resultados imediatos observados ao término do programa.

Embora, aparentemente, essa dissertação pareça se filiar à linha clássica das mudanças de atitudes, as evidências apresentadas não são o suficiente para refutar as teses da linha contemporânea. Pois, como dito, além das limitações do PJ enquanto experiência de

socialização política, as técnicas de pesquisa utilizadas não são capazes de captar os efeitos tardios e os efeitos de reforço das atitudes que os jovens já possuem.

Considerado todo esse processo, as hipóteses de pesquisa podem ser respondidas. Tendo como referência a primeira hipótese⁴⁴, o Parlamento Jovem não se mostrou capaz de influenciar as atitudes dos que dele participam, enquanto as demais agências socializadoras exercem influência. Diante da segunda hipótese⁴⁵, como não se observou tais mudanças, a consideração de que elas ocorreriam em um sentido democrático não se sustentou. Quanto à direção das mudanças de atitudes dos entrevistados, não se encontrou um padrão, ora mudam em uma direção mais democrática, ora menos democrática.

Por fim, a terceira hipótese de pesquisa teorizava sobre as velocidades das mudanças das atitudes⁴⁶. Como as mudanças não puderam ser observadas por meio da participação no PJ, a hipótese de que elas mudavam em velocidades diferentes entre si não pôde ser comprovada.

⁴⁴ *HIPÓTSE 1: O PJ se configura como um programa de educação cívica capaz de influenciar mudanças de atitudes dos que dele participam, em consonância com a teoria da mudança de atitudes em curto prazo, contrariando assim a perspectiva clássica.*

⁴⁵ *HIPÓTESE 2: As mudanças de atitudes proporcionadas pelo Parlamento Jovem Minas devem ocorrer em um sentido positivo, ou seja, mais democrático.*

⁴⁶ *HIPÓTESE 3: As mudanças de atitudes não mudam na mesma velocidade. Espera-se que a atitude em relação à escola mude mais rapidamente que as atitudes de tolerância e as atitudes sobre o comportamento clientelista. Isso é esperado pelo fato de ser uma dimensão menos abstrata, pois se localizam em um espaço explorado pelo projeto (escola); ou seja, é mais fácil de o participante perceber e colocar em prática suas novas atitudes em ambientes físicos e de convívio cotidianos.*

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

O Projeto Parlamento Jovem Minas é considerado uma experiência de socialização política e, como já demonstrado em outros trabalhos, exerce influências positivas sobre aspectos distintos do comportamento político, como concluiu Fuks (2011), Casalecchi (2012), Marques e Medeiros (2012) e Quaresma (2012). No entanto, no que se refere às dimensões das atitudes políticas, a literatura aponta que elas possuem um ritmo de mudanças mais lentas se comparadas a outras dimensões como participação e cognição, por exemplo. Desse modo, coube pesquisar se o projeto Parlamento Jovem era capaz de mudar as atitudes de seus participantes, e em caso afirmativo, quais eram os aspectos que as influenciavam. Porém, os resultados do estudo mostraram que aparentemente o PJ não foi capaz de gerar efeitos perceptíveis, pois, eles esbarravam nas atitudes adquiridas na família e na escola.

Cabem, portanto, duas considerações: a primeira diz respeito aos efeitos de reforço e a segunda aos efeitos tardios. Os jovens analisados fazem parte de uma geração que já nasceu em um regime democrático e, desse modo, já apresentavam níveis consideráveis de valores e atitudes democráticas, o que, em muitos casos, limita o efeito do projeto sobre as mudanças de atitudes políticas. Os vetores das atitudes políticas disponíveis na sociedade apontam para a mesma direção do pretendido pelo projeto de educação cívica, podendo, assim, exercer um efeito de reforço enquanto uma agência socializadora. O PJ reforçaria nos jovens as atitudes democráticas que eles já possuíam em decorrência da família e da escola, fazendo com que ficassem mais resistentes aos seus posicionamentos em situações futuras. Portanto, é desejável que novas pesquisas sejam realizadas tendo esse viés específico de investigação.

Tratando-se de atitudes, aproximadamente quatro meses seria tempo suficiente para observar mudanças nessa dimensão? A pouca influência do PJ pode estar associada ao curto tempo do programa (são quatro meses para cumprir um cronograma de atividades distintas que envolvem desde a formação geral sobre o sistema político à temas específicos da edição, tempo também para o desenvolvimento de habilidades pessoais à formulações legislativas de projetos de leis). Essa interpretação tem amparo na literatura que defende que as atitudes são mais resistentes às mudanças do que as outras dimensões do comportamento político. O segundo efeito temporal, também relacionado a esse processo, é o que pode ser chamado de efeito tardio das mudanças de atitudes. As informações adquiridas e a experiência de vivência dos participantes no PJ podem gerar um efeito posterior, mensurável após algum tempo do

término do programa. Dessa maneira, a operacionalização da terceira onda de entrevistas seria ideal para captar esse efeito.

Portanto, o que se pode afirmar com precisão a partir da análise desenvolvida é que as mudanças de atitudes observadas entre os entrevistados foram reflexos do contexto que a geração estava exposta, e não em decorrência da participação no PJ. As direções das mudanças observadas não seguiram um padrão claro, pois em alguns momentos apresentou-se em um rumo mais democrático, e em outros, menos. As variáveis independentes que mais causaram impactos sobre as atitudes foram: possuir pais participativos e com alta escolaridade, ser religioso, tipo de escola que frequenta e postura crítica do entrevistado. E por fim, não foi possível analisar as diferenças de velocidade em que mudam as atitudes em decorrência da participação no projeto, justamente porque o projeto não foi capaz de alterar as atitudes políticas de seus participantes ao considerar as dimensões: atitude na escola (espírito democrático), atitudes em relação à grupos (tolerância) e atitudes em relação à certas práticas políticas (clientelismo).

A pesquisa realizada, assim como a maior parte das pesquisas em ciências humanas, esbarra em limitações de um controle absoluto sobre o experimento. Os dados coletados em campo, apesar do investimento técnico da equipe de pesquisa, não conseguem captar todos os aspectos que influenciam o fenômeno estudado, o que pode limitar o entendimento do objeto às informações disponíveis.

A edição de 2008 do Parlamento Jovem configurou-se como um estudo de caso para se observar as mudanças de atitudes em projetos de educação cívica. No entanto, não é possível que seus resultados sejam generalizados aos demais projetos de educação cívica protagonizados pelo Poder Legislativo. Os estudos sobre as mudanças de atitudes são complexos e há muitos fatores que os influenciam, tornando a prática de pesquisa desafiadora. Desse modo, incentiva-se novas pesquisas que analisem os efeitos dos programas de educação cívica sobre as atitudes, para que se possa estabelecer um padrão comparativo que permita fazer inferências mais ousadas. Ainda, como ponto frágil, salienta-se que para um entendimento mais completo sobre as mudanças de atitudes era desejável haver uma terceira onda de entrevistas. Dados no “Tempo 3” permitiriam medir com maior propriedade a velocidade das mudanças de atitudes.

Os resultados aqui apresentados não tratam de um impacto negativo do Projeto Parlamento Jovem sobre as atitudes, mas de um resultado nulo ou não observável devido aos efeitos tardios e os efeitos de reforço que podem aparecer no futuro. Essa dificuldade de

mensuração era esperada, sendo as atitudes políticas uma das dimensões mais complexas do comportamento político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMG, Parlamento Jovem. *Site Oficial*. Disponível em < http://www.almg.gov.br/educacao/parlamento_jovem/index.html> Acesso em 10 de julho de 2013.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. *Acervo de Imagens Digital da ALMG*. Disponível em < <http://www.almg.gov.br/salaimprensa/fotos/index.html?hdnQry=true&radio-foto=foto&filtroPalavras=Parlamento+Jovem&filtroInicio=01/01/2008&filtroFim=31/12/2008&sltNorma=849&pgAtual=1&tp=60&run=1&pagina=2>> Acesso em 8 de julho de 2013.

ALMOND, G. & VERBA, S. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].

ALMOND, G. & VERBA, S. (Orgs). *The civic culture revisited*. California: Sage Publications, 1989.

ANASTASIA, F. Transformando o Legislativo: a experiência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. In: SANTOS, F. (org.). *O poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SILVA, Antônio Carlos da (2001). “**A subjetividade da categoria juventude**”. <Disponível em <http://www.psicopedagogia.com.br/download/pausa.>> Acessado em: 20 de maio. 2003.

BAQUERO, M. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, 2001.

BAQUERO, M (org). *Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BAQUERO, M., & BAQUERO, R. Educando para a democracia: valores democráticos compartilhados por jovens porto-alegrenses. *Ciências Sociais em Perspectiva*, v.6, p.139-153, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: UNB, 2000.

CAMPBELL, D. E. Voice in the Classroom: How an Open Classroom Climate Fosters Political Engagement Among Adolescents. *Political Behavior*, v. 30, p. 437–454, 2008.

CAMPBELL, A. CONVERSE, P. MILLER, W. & STOKES, D. *The American Voter*. New York: John Wiley, 1960.

CASALECCHI, G. Á. *Socialização Política e Mudanças de Atitudes: a experiência do Parlamento Jovem Mineiro 2008*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012

CASTRO. Lúcia, R. Juventude e Socialização Política: atualizando o debate. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Brasília, Out-Dez 2009, Vol. 25 n. 4, pp. 479-487

CAROTHERS, T. “Democracy assistance: the question of strategy”. *Democratization*, vol. 4, pp. 109-132, 1997

COSSON. R. *Escolas do Legislativo, Escolas da Democracia*. Brasília: Edições Câmara, 2008.

DELLI CARPINI, M. & KEETER, S. *What Americans Know About Politics and Why It Matters?* New Haven: Yale University Press, 1996.

EASTON, D. & DENNIS, J. *Children in political system: origins of political legitimacy*. New York: McGraw-Hill, 1969.

EISENSTADT, Schmucl. (1956). The function of age groups in the social system. *From generation to generation: Transaction Publishers*. 3ª Edição, 2002

FINKEL, S. E. Can Democracy Be Taught? *Journal of Democracy*, v. 14, p. 137-151, 2003.

FINKEL, S. E., SABATINI, C. & BEVIS, G. Civic Education, Civil Society, and Political Mistrust in a Developing Democracy: the case of the Dominican Republic. *World Development*, v. 28, p. 1851-1874, 2000.

FINKEL, S. E. & ERNST, H. R. Civic Education in Post-Apartheid South Africa: Alternative Paths to the Development of Political Knowledge and Democratic Values. *Political Psychology*, v. 26, n. 3, p. 333-64, 2005.

FINKEL, S. E. & SMITH, A. E. Civic Education, Political Discussion, and the Social Transmission of Democratic Knowledge and Values in a New Democracy: Kenya 2002. *American Journal of Political Science*, v. 55, n. 2, p. 417-435, 2011.

FUKS, M. & FIALHO, F. Mudança institucional e atitudes políticas: a imagem pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1993-2006). *Opinião Pública*, v. 15, p. 82-106, 2009.

FUKS, M. Efeitos Diretos, Indiretos e Tardios: Trajetórias da Transmissão Intergeracional da Participação Política. *Lua Nova*, São Paulo, 83: 145-178, 2010

FUKS, M. e CASALECCHI, G. A. Confiança e informação política: as bases cognitivas da mudança atitudinal dos participantes do Parlamento Jovem mineiro. Trabalho apresentado a *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais* (ANPOCS), 2011

FUKS, M. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. Campinas, São Paulo. *Opinião Pública*. Vol.18, nº.1, 2012

GALSTON, W. Political Knowledge, Political Engagement, and Civic Education, *Annual Review of Political Science*, 2001.

GREENBERG, Edward S. *Political socialization*. New York: Atherton, c1970. 199p.

HYMAN, H. *Political socialization: a study in the psychology of political behavior*. Glencoe: The Free Press, 1959.

INGLEHART, R. The renaissance of political culture. *American Political Science Review*, v.82, n.4, p.1203-29, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; PÓLIS. *Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ibase, 2006.

JENNINGS, M. K. e NIEMI, Richard G. *The political character of adolescence: the influence of families and schools*. Princeton: Princeton University Press, 1974.

JENNINGS, M. K; MARKUS, G. B. Partisan Orientations over the Long Haul: Results from the Three-Wave Political Socialization Panel Study. *The American Political Science Review*, v. 78, n. 4, p. 1000-1018, 1984.

JENNINGS, M. K., STOKER, L., & BOWERS, J. Politics across Generations: Family Transmission Reexamined. *The Journal of Politics*, Vol. 71, No. 3, July 1999, Pp. 782–799

JENKINS, Z & ANDOLINA, M. Tree Core Measures of Community-Based Civic Engagement: evidence from the Youth Civic Engagement Indicator Project, 2003

JENKINS, Krista; ANDOLINA, Molly W; KEETER, Scott; ZUKIN, Cliff. Searching for the Meaning of Youth Civic Engagement: Notes from the Field. In: *To appear in the Journal of Applied Developmental Science 2002*; 2002

KROSNICK, J. A. American's perceptions of presidential candidates: a test of the projection hypothesis. *Journal of Social Issues*, v. 46, p. 159 –182, 1990.

LAZARFELD, Paul Felix,; BERELSON, Bernard,; GAUDET, Hazel. **The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign**. 3. ed. New York: Columbia University Press, 1968. xlv, 178 p. (A Columbia paperback, 83)

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil*. 6ª impressão. Editora Nova Fronteira, 1997.

MaCCOBY, E. E. Historical overview of socialization research and theory. In GRUSEC, J. E & HASTINGS, P. D (Orgs.). *Handbook of socialization: Theory and research*. New York, NY: Guilford Press, 2007.

MANGUE, D. C. S. *(In)formação, um caminho para a participação política?* Um estudo de caso sobre o programa de educação para a cidadania da ALMG. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MARQUES, M. E. ; KELLES, E. Parlamento Jovem: uma experiência inovadora em Minas. *Cadernos Adenauer*, v. 11, p. 69-80, 2010.

MELUCCI, Alberto. Juventude em Tempo e Movimentos Sociais.in *Revista Brasileira de Educação*. n.5 e 6 mai/dez,1997.

MEDEIROS, R.; MARQUES, M. E.; NASCIMENTO, M. R. *Aprendizagem política e participação juvenil no legislativo local e estadual*: Projeto Parlamento Jovem. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

MEDEIROS, R. P.; MARQUES, M. E (org). *Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem*. 1. Ed, Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. 328 p.

NASCIMENTO, M. R. O Parlamento Jovem no contexto da política da extensão da PUC-Minas: metodologia e práticas. Apresentado no *V Seminário de extensão da PUC-Minas*, 2010.

NIEMI, R. G. & SOBIESZEK, B. L. Political Socialization. *Annual Review Sociology*, v.3, p. 209-233, 1977.

NIEMI, R. & JUNN, J. *Civic education*: what makes students learn. New Haven: Yale University Press, 1998.

PETTY, R. E., & KROSNICK, J.A. *Attitude strength*: antecedents and consequences. Mahwah, N. J: Erlbaum, 1995.

PUC MINAS; ELMG. *Projeto Parlamento Jovem 2004*. Belo Horizonte, out. 2004.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia*: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

QUARESMA. Guilherme Gonçalves. *O Parlamento Jovem como política pública: o impacto do projeto na confiança em instituições políticas e conhecimento político*. 2012. 56f. – Monografia (Conclusão do curso) – Universidade Federal de Minas Gerais, Curso de Gestão Pública, Belo Horizonte.

RIBEIRO, G. Educação legislativa é uma resposta a crise do Parlamento? Brasília: *E-legis*. n.6, p. 96, 2011

SAPIRO, V. Not your parents' political socialization: Introduction for a New Generation. *Annual Review Political Science*, v. 7, n. 1, p. 1-23, 2004.

SAPIRO. V. Not your parent's political socialization: Introduction for a New Generation: In: *The Annual Review of Political Science*. 2004. Disponível em <<http://polisci.annualreviews.org>>. Acesso em novembro de 2011

SLOMZYNSKI, Kazimierz; SHABAD, Goldie (1998), "Can Support for Democracy and the Market Be Learned in School? A Natural Experiment in Post-Communist Poland". *Political Psychology*, vol. 19, n. 4.

SEARS, D. O. The Persistence of Early Political Predispositions: the roles of attitude object and life stage. In: WHEELER, L. & SHAVER, P (Orgs.). *Review of Personality and Social Psychology*. Beverly Hills, CA: Sage, 1983.

SEARS, D. O. & VALENTINO, V. Politics Matters: Political Events as Catalysts for Preadult Socialization. *The American Political Science Review*, v. 91, n. 1, p. 45-65, 1997.

SEARS, D. O. & LEVY, H. Childhood and Adult Political Development. In: SEARS, D. O. HUDDY, L. D. & JERVIS, R. (Orgs). *Oxford Handbook of Political Psychology*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SIGEL, R. S. (org.) *Political learning in adulthood: a sourcebook of theory and research*. Chicago: The University Chicago Press, 1989.

TRIOLA, Mario F. 2008. “**Introdução à estatística**”. 10^a ed. Rio de Janeiro: LTC. Capítulo 2 (pp.32-59)

TELLES, H. S; DIAS, M. Condutas Políticas, Valores e Voto dos Eleitores Jovens de Belo Horizonte. In: **Revista do Legislativo**. Belo Horizonte: ELMG, vol. 14, p. 82-102, 2011.

ZALUAR, Alba. Gangues, Galeras e Quadrilhas; globalização, juventude e violência.in VIANNA, Hermano. (org.) **Galeras Cariocas**. RJ.UFRJ,1997.

APÊNDICE 1 – CONSTRUÇÃO DAS VARIÁVEIS DE PESQUISA

1. Variáveis dependentes

<u>Atitudes na Escola</u>	
<p>PP43. (VD) (C.R., p.14) Na sua opinião, o que seria mais adequado na escolha de um representante de turma: 1. Um aluno que foi escolhido pela maioria da turma, mas que não tenha as qualidades desejáveis para ser representante, ou 2. Um aluno que foi escolhido pela diretoria da escola, mas que tenha as qualidades desejáveis para ser representante de turma.</p>	<p>Foi atribuído o valor 0 para a resposta 2, e 1 para a resposta 1. Compondo, assim, uma variável binária em que 0 = posição antidemocrática e 1 = posição democrática.</p>
<p>PP44. Você é representante de turma e, por isso, a diretora do colégio pediu que você escolhesse o destino de uma excursão para sua turma. O que você faria? 1. Tomaria a decisão sozinho(a), pois seus amigos confiam na sua escolha; ou 2. Levaria a decisão para o resto da turma discutir e votar?</p>	<p>Foi atribuído o valor 0 para a resposta 1, e 1 para a resposta 2. Compondo, assim, uma variável binária em que 0 = posição antidemocrática e 1 = posição democrática.</p>
<p>PP46. Na sala de aula, quando há um problema que precisa ser resolvido pela escolha da maioria, o que seria melhor na sua opinião: 1. Colocar o problema em votação sem perder tempo com discussões; ou 2. Colocar o problema em debate, gastando muito tempo e adiando a votação?</p>	<p>Foi atribuído o valor 0 para a resposta 1, e 1 para a resposta 2. Compondo, assim, uma variável binária em que 0 = posição antidemocrática e 1 = posição democrática.</p>
<p>PP48. Imagine que você está presente em um debate organizado pela escola com a presença de todos os alunos e professores, o que você faria? 1. Defenderia em público as suas opiniões. 2. Não falaria em público, conversando depois sobre o assunto com os seus colegas, ou 3. Guardaria suas opiniões só para você.</p>	<p>Foi atribuído o valor 0 para as respostas 1 e 2, e 1 para a resposta 3. Compondo, assim, uma variável binária em que 0 = posição antidemocrática e 1 = posição democrática.</p>

<u>Atitudes Clientelistas</u>	
<p>VC10a. Um candidato oferece uma bicicleta para uma criança. O que os pais deveriam fazer? 1. Em troca da bicicleta devem votar no candidato, ou 2. Não aceitar a bicicleta e votar em outro candidato?</p>	<p>Foi atribuído o valor 0 para as respostas 2 e o valor 1 para a resposta 1. Compondo, assim, uma variável binária em que 0 = posição não clientelista e 1 = posição clientelista</p>

<p>VC10b. Uma mãe não consegue vaga para matricular seu filho na escola e um candidato consegue uma vaga para o filho dela. O que ela deveria fazer? 1. Em troca de uma vaga na escola devem votar no candidato, ou 2. Não aceitar a vaga na escola e votar em outro candidato?</p>	<p>Foi atribuído o valor 0 para as respostas 2 e o valor 1 para a resposta 1. Compondo, assim, uma variável binária em que 0 = posição não clientelista e 1 = posição clientelista</p>
<p>VC10c. Um candidato oferece uma cesta básica de alimentos para uma família muito pobre que passa fome. O que as pessoas dessa família deveriam fazer? 1. Em troca da cesta básica, votar no candidato, ou 2. Não aceitar a cesta básica e votar em outro candidato?</p>	<p>Foi atribuído o valor 0 para as respostas 2 e o valor 1 para a resposta 1. Compondo, assim, uma variável binária em que 0 = posição não clientelista e 1 = posição clientelista</p>

<u>Tolerância</u>	
<p>VC11. Em muitos lugares existem grupos de pessoas com idéias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, os (as)...(Comunista; Membros do movimento negro; Homossexuais; Pessoas que defendem a superioridade de uma raça; Pessoas que não acreditam em Deus)...1. devem deixar de lado suas idéias aceitando a opinião da maioria, 2. podem ter suas idéias, sem ter permissão de falar sobre elas em público, ou 3. podem ter suas idéias e também falar sobre elas em público?</p>	<p>Foi atribuído o valor 0 para as respostas 1 e 2, e o valor 1 para a resposta 3. Compondo, assim, uma variável binária em que 0 significa não tolerantes e 1 tolerantes.</p>

1. Variáveis independentes

<u>Tempo</u>	
<p>Utilizada para os testes estatísticos realizados no banco de dados “long”. Esse formato de banco de dados considera que cada entrevista realizada, tanto no tempo 1 quanto no tempo 2 é um caso, tendo uma variável específica, “Tempo”, para distinguir as entrevistas realizadas em ambos os tempos</p>	<p>Para o Tempo 1 (primeira rodada de entrevista) foi atribuída a nota 0, e para o Tempo 2 (segunda rodada de entrevista) foi dada a nota 1. Desse modo, criou-se uma variável binária em que 0 = tempo 1 e 1 = tempo 2.</p>
<u>Tratamento</u>	
<p>Essa variável identifica quais são os casos condizentes com o</p>	<p>Foi atribuída a nota 0 para o grupo de controle, e a nota 1 para o</p>

<p>grupo de tratamento (participantes do Parlamento Jovem) e o grupo de controle (jovens pareados não participantes com o Parlamento Jovem)</p>	<p>grupo de tratamento, formando assim, uma variável binária.</p>
<p><u>Escolaridade dos Pais</u></p>	
<p>BF1. Até que série seu pai cursou a escola? 1. Nunca frequentou a escola. 2. De 1ª a 4ª série do ensino fundamental incompleto. 3. 1ª a 4ª série do ensino fundamental completo. 4. 5ª à 8ª série do ensino médio incompleto. 5. 5ª à 8ª série do ensino médio incompleto. 6. 1º ao 3º ano do ensino médio incompleto. 7. 1º ao 3º ano do ensino médio completo. 8. Superior (universitário) incompleto. 9. Superior (universitário) completo. 10. Pós graduação incompleto. 11. Pós graduação completo. 77 NR. 99 NS.</p> <p>BF4. Até que série seu pai cursou a escola? 1. Nunca frequentou a escola. 2. De 1ª a 4ª série do ensino fundamental incompleto. 3. 1ª a 4ª série do ensino fundamental completo. 4. 5ª à 8ª série do ensino médio incompleto. 5. 5ª à 8ª série do ensino médio incompleto. 6. 1º ao 3º ano do ensino médio incompleto. 7. 1º ao 3º ano do ensino médio completo. 8. Superior (universitário) incompleto. 9. Superior (universitário) completo. 10. Pós graduação incompleto. 11. Pós graduação completo. 77 NR. 99 NS.</p>	<p>Construção: Foi criado um construto a partir da Análise Fatorial por Eixos Principais que aglutinou os anos de escolaridade completos do pai e da mãe do respondente, de modo a obter apenas uma variável geral de escolaridade dos pais. As duas variáveis isoladas foram medidas em termos dos graus escolares completos ou incompletos do pai e da mãe. Para transformá-las em variáveis contínuas, foi seguida a estratégia de Bills & Haller (1984), atribuindo os seguintes valores para os anos de escolaridade: 0 (nunca frequentou a escola), 2 (1ª a 4ª série do fundamental incompleto), 4 (1ª a 4ª série do fundamental completo), 6 (5ª a 8ª série do fundamental incompleto), 8 (5ª a 8ª série do fundamental completo), 9,5 (1º ao 3º do ensino médio incompleto), 11 (1º ao 3º ano do ensino médio completo), 13 (curso superior incompleto), 15 (curso superior completo), 16 (pós-graduação incompleta) e 17 (pós-graduação completa).</p>
<p><u>Participação dos Pais</u></p>	
<p>PP33. Desta lista de associações ou grupos eu gostaria de saber se sua mãe é ou já foi membro, ou associada, ou participa com frequência. (a) Associação comunitária, de moradores ou sociedade de amigos(as) do bairro (b) Associação/ONGs ligados ao movimento negro / indígena/ feminista /liberdade de opção sexual. (c) Associação /ONGs / ligadas a movimentos sociais como saúde, educação, moradia, meio ambiente, cultura, etc. (d) Orçamento Participativo ou Conselhos de Políticas Sociais.</p> <p>PP33. Desta lista de associações ou grupos eu gostaria de saber se seu pai é ou já foi membro, ou associada, ou participa com frequência. (a) Associação comunitária, de moradores ou sociedade de amigos(as) do bairro (b) Associação/ONGs ligados ao movimento negro / indígena/ feminista /liberdade de opção sexual. (c) Associação /ONGs / ligadas a movimentos sociais como saúde, educação, moradia, meio ambiente, cultura, etc. (d) Orçamento Participativo ou Conselhos de Políticas Sociais.</p>	<p>Foi criado um construto por Análise Fatorial por Eixos Principais que aglutinou a participação política do pai e da mãe do respondente. Os índices de participação política do pai e da mãe foram construídos a partir da contagem do número de associações, partidos e sindicatos dos quais os pais dos respondentes participam.</p>

<u>Tipo de Escola</u>	
<p>Como indicador da diferença entre os ambientes escolares dos jovens, classificamos as escolas em quatro tipos: escola pública, escola pública militar, escola particular de classe média e escola particular de elite. Os critérios utilizados na classificação das escolas como de elite e classe média foram a mensalidade e a localização geográfica. Assim, nenhuma escola de classe média tem, na primeira e segunda série do ensino médio, mensalidade superior a R\$ 520,00, enquanto que as mensalidades das escolas de elite variam entre R\$ 642,00 e 738.00. Da mesma forma, além de serem reconhecidas publicamente como “tradicionais”, todas as escolas de elite se situam na região mais valorizada de Belo Horizonte (zona sul). No caso das escolas públicas e militares, a classificação reproduz a identidade jurídica dessas escolas. Foram criadas três variáveis indicadoras (binárias) a partir das quatro categorias, sendo a primeira (escola pública) a categoria de referência.</p>	<p>Foram criadas 4 variáveis binárias a partir do tipo de escola. A primeira foi “Escola pública”, nela foi atribuído nota 1 às escolas públicas e 0 as escolas não públicas. A segunda variável construída foi “Escola Militar”, em que 1 foi atribuído às escolas militares e 0 às demais escolas. A variável, “Escola de Classe Média recebeu as seguintes notas: 1 que significa escolas particulares de classe média e 0 as demais escolas. E por fim, foi criada a variável “Escola de Elite”, em que 1 representa as escolas de elite e 0 as escolas não de elite.</p>
<u>Interesse por política</u>	
<p>PP1. Em relação à política, você diria que é (1) Muito interessado, (2) Interessado, (3) Pouco interessado (4) Nada interessado? (7) NR (9) NS.</p>	<p>A variável final de interesse por política foi binarizada, aglutinando as duas primeiras e as duas últimas categorias de respostas: 0 = nada ou pouco interessado e 1 = interessado ou muito interessado.</p>
<u>Postura Crítica</u>	
<p>PP45. (VD) (C.R., p. 16) Agora imagine que na sua escola existe um jornal mensal feito pelos alunos e impresso pela escola. Numa edição, um aluno escreveu uma matéria em que criticava a escola. Por isso, a diretoria resolveu não publicar o jornal. Qual seria a sua reação? (LER OPÇÕES DE 1 A 4) 1. Aceitaria a decisão da diretora, pois cabe a ela decidir sobre o que deve ser publicado, 2. Seria contra a decisão da diretora, mas não entraria na discussão, 3. Seria contra a decisão da diretora e buscaria, junto com os seus colegas, formas de defender a publicação do jornal, ou 4. Não se posicionaria, pois pra você tanto faz? 7. NR 9. NS</p>	<p>A variável foi binarizada da seguinte maneira, as respostas 1, 2 e 4 receberam nota 0 representando uma postura não crítica e a resposta 3 recebeu nota 1, identificando os alunos com postura crítica.</p>
<u>Religioso</u>	<p>O valor 0 diz respeito aos entrevistados que não são religiosos e o valor 1 aos que são religiosos.</p>

<p><u>Série do ensino médio</u></p>	<p>Criou-se três variáveis binárias:</p> <p>“Primeiro Ano” – As notas atribuídas foram: 0 igual alunos que não são do primeiro ano e 1 alunos do primeiro ano.</p> <p>“Segundo Ano” – As notas atribuídas foram: 0 igual alunos que não são do segundo ano e 1 alunos do segundo ano.</p> <p>“Terceiro Ano” – As notas atribuídas foram: 0 igual alunos que não são do terceiro ano e 1 alunos do terceiro ano.</p>
--	---